

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
E A ALCA

A realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, coloca uma grande responsabilidade para a esquerda brasileira. É o mais ambicioso esforço já feito de articulação da luta internacional contra a globalização neoliberal, constituindo um espaço permanente de discussão, troca de experiências e busca de alternativas.

Para cumprir este objetivo, o FSM tem que responder a dois desafios. De um lado, manter um caráter pluralista, capaz de acolher as inúmeras expressões de descontentamento com a ordem neoliberal vigente, permitindo não apenas a convivência, mas também a atuação conjunta, em tudo que for possível, de visões por vezes muito distintas. De outro, avançar no debate político de perspectivas de ação e de alternativas, ajudando a consolidar o rico movimento antiglobalização que vem ganhando corpo em todos os continentes (ver páginas 13 a 15).

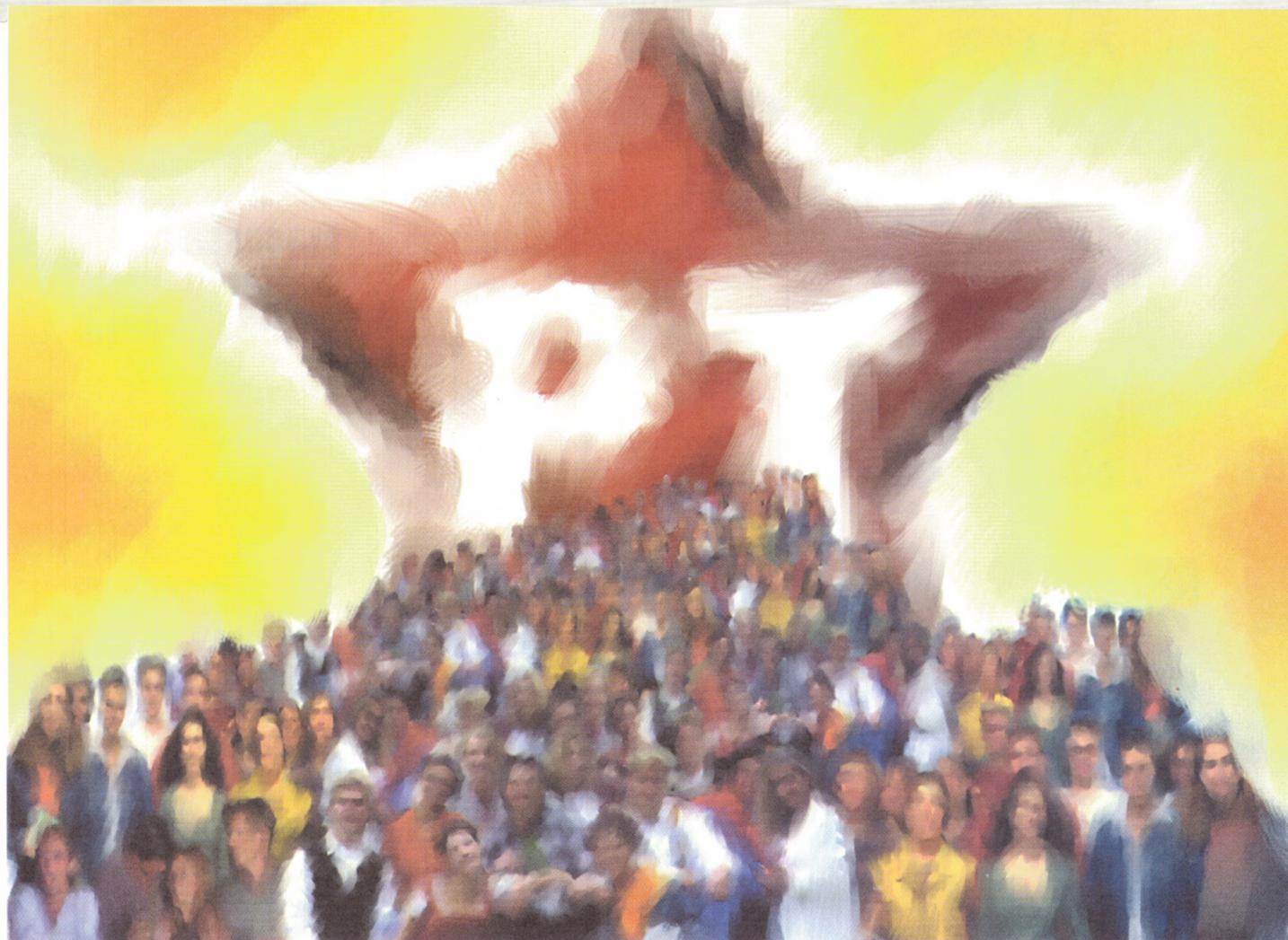
Para nós, brasileiros e latino-americanos, a globalização começa a ganhar uma feição institucional ainda mais ameaçadora do que a apresentada pela OMC. Trata-se da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, que busca anexar o conjunto da América Latina à economia norte-americana, reproduzindo em escala continental o processo de recolonização que já ocorreu no México com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o NAFTA (ver páginas 10 a 12).

O Mercosul acaba de receber um duro golpe com a notícia de que o Chile – que publicamente negociava sua entrada no bloco –, estava negociando em segredo sua adesão ao NAFTA. E a situação da Argentina também se deteriora, aumentando sua vulnerabilidade. As pressões se avolumam sobre o Brasil. Um intenso debate está em curso: enquanto o próprio Ministro das Relações Exteriores afirma que a economia brasileira não suporta um novo "choque liberalizante", responsáveis brasileiros pelas negociações multiplicam declarações favoráveis a ALCA, cogitando inclusive antecipar a data de sua implantação.

Duas reuniões em abril são centrais para isso: a reunião preparatória de ministros em Buenos Aires e a III Cúpula das Américas em Quebec. Protestos internacionais contra a ALCA estão sendo planejados para estes dois eventos, mas também começam a ser preparadas manifestações em diversas cidades brasileiras para o dia 20 de abril.

Assim, as discussões em Porto Alegre podem ser não apenas um momento para avançar na participação da esquerda brasileira na construção do movimento mundial contra a globalização, mas também para avançar na compreensão do significado da ALCA e da necessidade de organizar a luta contra a transformação de nossos países em um protetorado norte-americano.

José Corrêa Leite é editor do Em Tempo.



A VITÓRIA DO PT VERMELHO

HELOISA HELENA E BETO BASTOS

A onda vermelha se confirmou. O resultado eleitoral do Partido dos Trabalhadores no segundo turno reforçou o desempenho obtido no primeiro, sendo-nos favorável de norte ao sul do país. A força do PT enquanto partido nacional de oposição a FHC e ao bloco no poder surpreendeu a direita e agora constrói um novo ambiente para as lutas sociais, a disputa de projetos políticos e as eleições de 2002, tanto presidenciais como para muitos governos estaduais.

Fomos vitoriosos em seis capitais. Reelegemos as prefeituras de Porto Alegre e Belém, reconquistamos as de São Paulo e Goiânia e conquistamos duas capitais do Nordeste, Recife e Aracaju. Conquistamos também importantes cidades-pólo, como Campinas (SP), Pelotas (RS), Vitória da Conquista (BA), Imperatriz (MA), Governador Valadares (MG), Maringá (PR) e Criciúma (SC), reelegendo as prefeituras de Caxias do Sul (RS) e Santo André (SP).

Passamos de 105 prefeituras eleitas em 1996, para 187 prefeituras no ano de 2000, um crescimento de 78%. Dos cerca de 5,5 mil municípios existentes no Brasil, o PT administrará 3% das prefeituras do país. Elas, porém, representam quase 25 milhões de habitantes, o que significa que governaremos para 15% da população brasileira. Das 62 cidades do Brasil com mais de 200 mil eleitores, o PT elegeu o prefeito em 17 delas. Em 1996 elegemos os prefeitos de apenas cinco destas cidades, o que significa um crescimento de 240%. Estes 62 municípios, que incluem as 26 capitais do Brasil, representam aproximadamente 40% do eleitorado brasileiro. Nestas cidades, a votação do PT cresceu de 3.593.540 votos

em 1996, para 7.838.465 votos, um crescimento de 118% (contra 4.469.463 votos do PSDB, 3.846.226 votos do PFL e 2.492.293 votos do PMDB).

Em números de prefeituras por estado, destaca-se São Paulo, com 38, o Rio Grande do Sul, com 35, e Minas Gerais, com 34 municípios governados pelo PT. Destaca-se também a situação de Santa Catarina, onde o PT ganhou as eleições em 13 cidades, sendo cinco delas pólos do interior – Concórdia, Criciúma, Rio do Sul e a reeleição em Chapecó e Blumenau. No Mato Grosso do Sul, onde somos governo estadual, o PT passou de uma prefeitura para 11. No Acre, onde também temos o governo do estado, com as sete prefeituras o PT passa a governar 32% dos municípios.

A explosão eleitoral do PT se expressou também em cidades onde não ganhamos. Ficamos em segundo lugar com expressiva votação em Salvador (BA), Teresina (PI), Natal (RN) e Osasco (SP). Mesmo com o PT dividido, e a polêmica candidatura de Bene-

dita da Silva, não fomos ao segundo turno no Rio de Janeiro por menos de 15 mil votos.

Das dezesseis cidades onde o PT disputou na cabeça de chapa o segundo turno, ganhamos em treze, só perdendo em Curitiba (PR), Santos (SP) e Canoas (RS). Junto com o PC do B, conquistamos Olinda (PE) e perdemos Fortaleza (CE), sendo que nesta última derrotamos a candidata de Ciro Gomes na ida ao segundo turno. Elegemos o vice em Belo Horizonte em coligação com o PSB, derrotando o PSDB na única capital onde o partido de FHC disputava o segundo turno. Também na vice, conquistamos junto com o PDT a prefeitura de Niterói (RJ), derrotando o candidato do governador Garotinho.

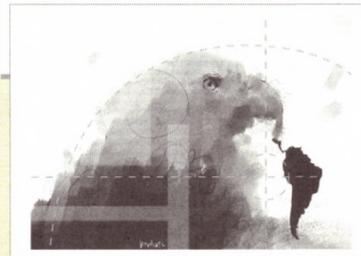
Nossa bancada de vereadores pelo Brasil cresceu 38%, passando de aproximadamente 1.800 eleitos em 1996 para 2.485 vereadores eleitos nestas eleições.

CONTINUA NA PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

AS ELEIÇÕES, EM ARTIGOS DE JOSÉ LUIS FIORI, MILTON TEMER, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, LÚCIO COSTA, FRANCISCO VICENTE, INÁCIO FRITZEN, ANDRÉA BUTTO E DEMÉTRIO FIORAVANTE
PÁGINAS 3 A 7

AMÉRICO BERNARDES DISCUTE AS ÚLTIMAS DESCOBERTAS DA FÍSICA, QUE COMPROVAM O "MODELO PADRÃO" CONSTRUÍDO AO LONGO DO SÉCULO XX
PÁGINAS 18 A 19



DOSSIÊ GLOBALIZAÇÃO

Janette Habel analisa a formação da ALCA, Francisco Louçã discute a cultura globalizada e Miriam Nobre faz o balanço da marcha mundial de mulheres. E mais: o significado dos protestos de Praga em 26 de setembro e o renascimento do movimento progressista nos Estados Unidos.
PÁGINAS 10 A 17



FOLHA DE SÃO PAULO, DEZEMBRO/2000

NOTAS

JORNAL EM TEMPO É UMA
PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,
CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE,
GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.
TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL.
FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 11 DE DEZEMBRO.

Fracassa a Conferência do Clima em Haia

A VI Conferência da Convenção Mundial sobre Mudanças no Clima, realizada em Haia na Holanda, foi encerrada no dia 25 de novembro, depois de duas semanas de discussões, sem alcançar nenhum acordo. A Conferência deveria permitir a ratificação do protocolo firmado em 1997 na Conferência de Kyoto, no Japão, que estabelecia a redução dos gases causadores do efeito estufa para os níveis de 1990.

Segundo porta-vozes de organizações ambientalistas como a Umbrella, o Greenpeace, o Fundo Mundial para a Natureza e os Amigos da Terra, a Conferência fracassou pela intransigência dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Este bloco de países chocou-se com os países europeus, mais sensíveis às pressões dos movimentos ecológicos e já sofrendo as consequências do aquecimento global do planeta. Liderados pelos EUA, eles procuravam estabelecer uma regulamentação da emissão de poluentes que lhes permitissem considerarem as florestas e cultivos agrícolas como sumidouros de carbono, isto é, fossem contabilizados como fatores que seriam descontados na emissão de gases acordada em Kyoto.

O fracasso da Conferência é ainda mais dramático na medida em que aumentou muito, nos últimos anos, o consenso entre os cientistas

sobre as mudanças climáticas. Enquanto em Kyoto, negociadores poderiam preterir a falta de provas quanto à ligação entre a emissão de poluentes e o aquecimento global, agora o Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima patrocinado pela ONU estabeleceu de forma conclusiva a responsabilidade dos países industrializados pelas mudanças. A mesma posição foi firmada por um painel de especialistas do Conselho Nacional de Pesquisa norte-americano. O painel dos Estados Unidos reviu a previsão anterior sobre o aquecimento global para 2100, de um aumento variando de 1-3,5° para 1,5-6°.

Os sinais de derretimento no Ártico são cada vez maiores e os cientistas temem os efeitos catastróficos do derretimento de parcela da calota de gelo da Antártica. Os países da Europa já atribuem as mudanças climáticas que tem golpeado o continente às transformações globais provocadas pelo efeito estufa. As previsões de elevação dos níveis dos oceanos para 2100 variam de 15 a 95 centímetros, suficientes para varrer do mapa países inteiros, como Bangladesh.

George Bush já se posicionou contra a ratificação dos acordos de Kyoto. Mas nenhuma posição sobre o tema tem significado sem a adesão dos Estados Unidos, principal responsável pela emissão dos gases poluentes.

As discussões devem ser retomadas em maio de 2001 em Bonn.

VÂNIA

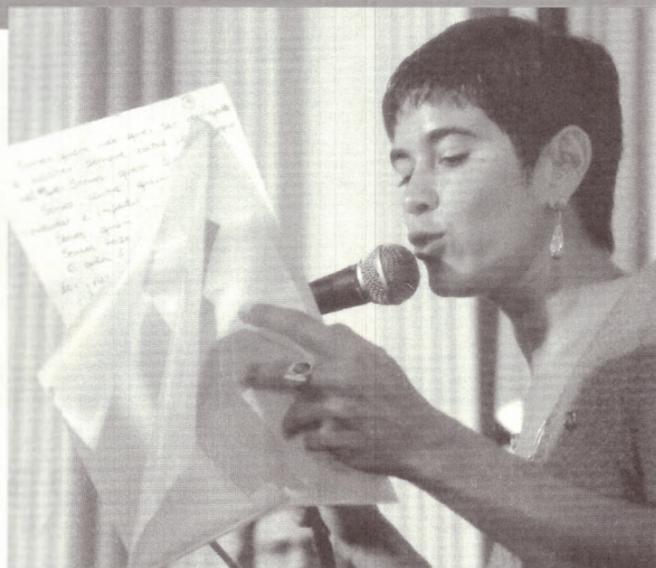
Como disse Maria Guerra, "o fato de estarmos aqui é o triunfo de muitas mulheres que nos antecederam: as visionárias, as bruxas, as sufragistas, as feministas e, sem dúvida, as poetas. Porque esta realidade foi utopia, como é utopia o que falta a conquistar".

Para nós, mulheres do PT, igualdade é muito mais do que uma mera palavra de ocasião. Ela significa décadas de luta junto com os movimentos sociais em todo país. Onde nossas companheiras batalharam a conquista de novos espaços que hoje ocupamos junto com milhares de mulheres.

No Rio Grande do Sul, desde o início do ano passado, o Governo do Estado tem priorizado as políticas públicas de gênero, da mesma forma que a Administração Popular já faz há 12 anos em Porto Alegre.

A companheira Vânia Araujo Machado foi responsável por coordenar a implantação deste projeto no estado. Fundadora do PT e do movimento de mulheres em Porto Alegre, a companheira Vânia esteve sempre à frente da luta feminista, das atividades de formação política para as mulheres, na defesa do projeto do PT.

Ela sempre soube que não há socialismo sem feminismo. E que a vitória da luta das mulheres passa pela conquista de projetos comprometidos com nossas bandeiras.



MÁRCIA HELENA RAMOS

Por isto, sempre atuou de forma decisiva na elaboração dos nossos programas de governo de políticas públicas de gênero. Quando estive na Secretaria Municipal de Educação, a companheira Vânia contribuiu na implementação do projeto de Educação Infantil, reivindicação histórica das mães trabalhadoras.

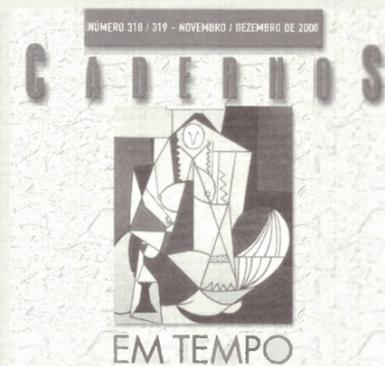
Nós, do movimento de mulheres, nos orgulhamos de ter atuado ao lado da Vânia, uma fonte inesgotável de vontade, energia e esperança.

Carregamos nas nossas bandeiras lilás, nas nossas bruxas, nas nossas camisetas o ideal feminista que o seu exemplo plantou em cada uma de nós. E nas nossas lembranças o seu mais largo e otimista sorriso.

É! A luta continua, companheira Vânia! E o que nos faz mais fortes é saber que podemos contar contigo, com a tua energia nos iluminando. Afinal, agora tu és uma estrela. A nossa estrela.

Saudações Feministas!
Assinado: as mulheres que cativaste!
Primavera, outubro de 2000

LEIA NESTA EDIÇÃO DOS CADERNOS EM TEMPO:



"Uma nova ordem produtiva?"

de Henri Wilno
A situação conjuntural internacional favorável que marcou a economia capitalista nos últimos anos diz muito pouco sobre as tendências do "ciclo" longo. Da mesma forma, o recente "pouso" da economia norte-americana, que tem funcionado como dínamo do mercado mundial. Mas se devemos rejeitar o discurso da "nova economia", é necessário reconhecer que mudanças significativas estão se acumulando, redefinindo o perfil do capitalismo

contemporâneo. Até aqui, podíamos manter a idéia de que a superação da onda longa depressiva dos anos 80 e 90 estava "diante de nós" e que as políticas neoliberais eram inadequadas para lançar as bases de um regime de crescimento viável no médio prazo. Agora, Henri Wilno avança alguns elementos para modificar essa análise, afirmando que estamos diante de uma nova ordem produtiva.

"O Partido Trabalhista Inglês e a terceira via: perspectivas teóricas da nova social-democracia"

de Gleyton Trindade
A "Nova Social Democracia" – que se apresenta como uma "Terceira Via" entre o neoliberalismo da "nova direita" e a crise do Estado do Bem-Estar social em tempos de globalização – tem sido teorizada por autores como David Milliband, Ulrich Beck e, principalmente, Anthony Giddens, não podendo ser dissociada da retórica da "Terceira Via" do Partido Trabalhista Inglês, em sua versão do *New Labour* de Tony Blair. Gleyton Trindade examina, neste artigo, as raízes históricas e as fontes teóricas do discurso da "terceira via".

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000 ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380 - Fone: (51) 226.5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

A VITÓRIA DO PT VERMELHO

Os analistas da direita propagaram em todos os meios de comunicação que estas eleições seriam pautadas pelo debate municipal e que o eleitor votaria no candidato que apresentasse as melhores propostas para governar a cidade. Era a idéia do síndico. Esta análise simplista escondia o medo da nacionalização da campanha, da identificação das candidaturas do arco de sustentação do governo federal com o presidente Fernando Henrique Cardoso – o presidente da recessão, do desemprego, da desesperança.

Este tipo de análise foi absorvido por alguns dirigentes petistas. Fundamentados em pesquisas qualitativas – que normalmente precisam ser vistas de forma muito crítica –, bastava que nos grupos reunidos fosse dito que a crítica ao governo federal teria pouca influência nas eleições para que a conclusão precipitada fosse a de que as eleições seriam estritamente municipais.

A consequência imediata deste tipo de análise era o “esquecimento” da bandeira vermelha e da estrela do PT, o esvaziamento do discurso, da crítica e do enfrentamento ao neoliberalismo. Um estilo de campanha despolitizado, que não combina com a militância petista e não era o que esperava a maioria do povo brasileiro.

A vitória petista foi o resultado da combinação de diversos fatores. As propostas petistas de orçamento participativo, bolsa-escola, primeiro emprego e banco do povo encontraram eco como um conjunto de medidas concretas já testadas com sucesso em alguns locais com grande visibilidade. O PT podia se apresentar como bom de governo e experiente, o que diluiu a crítica de que nossos candidatos não tinham experiência administrativa.

A tradição de luta contra a corrupção foi outro elemento fundamental. Das qualidades do futuro prefeito, ser honesto era uma exigência decisiva. O entendimento de que a corrupção significa menos verbas para o investimento em áreas sociais foi absorvido pela população numa escala jamais vista. Havia muito menos espaço para o “rouba, mas faz”. Os vários escândalos envolvendo prefeitos e vereadores, com destaque para a administração Pitta em São Paulo, deram uma dimensão nacional a este tipo de problema.

Mas a estes fatores, somou-se, além das conjunturas locais mais ou menos favoráveis, um elemento subjetivo de revolta contra o governo federal e é este elemento que pode explicar a dimensão da vitória petista. Sem ele, seria impossível entender o resultado nacional. Cairíamos na análise caso a caso, município a município, o que seria um equívoco.

A vitória do PT foi uma vitória nacional. A votação no PT foi um voto na capacidade de governar do PT, na honestidade, mas também um voto na oposição, um voto consciente na mudança. O enfrentamento feito pelo PT ao governo FHC desde 1994, denunciando a política econômica, o desmonte do estado e o desemprego, cacifou o partido para se apresentar nestas eleições como o legítimo representante das oposições ao modelo neoliberal. Uma parcela considerável do eleitorado, particularmente o urbano, enviou uma mensagem clara para o governo federal. Seu voto não foi simplesmente uma manifestação de revolta,

mas a afirmação da identidade com o projeto político defendido pelo PT. E, em geral, onde o PT se apresentou por inteiro, com as bandeiras vermelhas se orgulhando de sua estrela, venceu. Onde se camuflou e amarelou o discurso, perdeu.

PROBLEMAS E LIMITES DO PT

Um ponto negativo a se destacar é a derrota do PT em 49 das cidades que governamos, boa parte delas pequenos

mil destes o PT não participou das eleições em qualquer nível. Significa que para 20% do eleitorado brasileiro, não houve prefeito, vice ou vereador petista para ser votado. Isto impõe uma grande tarefa para as direções estaduais e para a direção nacional do partido: construir o partido em todos os municípios, a cada eleição apresentar sua plataforma, ganhar experiência, representatividade e vincular-se ao projeto nacional do PT que luta para ser governo.



municípios com menos de 50 mil eleitores. Várias causas podem ser arroladas, como a pouca eficiência na divulgação do trabalho destas prefeituras ou a unificação da direita local contra nossas candidaturas. Mas também o fato de que muitas vezes nossa atuação não se diferenciou o suficiente daquela que caracteriza os partidos tradicionais da burguesia, isto é, por não termos, na prática, implantado nosso programa. Isso deve ser motivo de séria preocupação para nosso partido. No Rio Grande do Sul, onde se mantém uma forte polarização política e o PT foi o partido mais votado, avançamos ao conquistarmos cidades importantes como Bagé, Santa Maria e Pelotas, mas perdemos 15 das prefeituras que governávamos.

Em Minas Gerais também perdemos 15 cidades que governávamos. A fragmentação partidária e os zig-zags na relação com o governo Itamar seguramente contaram para este resultado. No Rio de Janeiro a divisão do partido e o vai-e-vem na relação com o PDT e o governo Garotinho custou-nos uma importante derrota. Perdemos Angra dos Reis e Barra Mansa; a subordinação do PT a projetos pouco definidos ou ambíguos turvou o brilho da estrela no estado.

Além disso, o PT não elegeu prefeitos nos estados do Amapá, Alagoas, Amazonas, Roraima e Espírito Santo. No Espírito Santo, o baixo desempenho eleitoral do PT tem a ver com a crise ligada à saída do ex-governador Vitor Buáiz do partido. Nos outros quatro estados, podemos entender o resultado pela pouca inserção do partido no interior; o PT nestes locais é fundamentalmente um partido da capital.

É preocupante o dado de que dos 5,5 mil municípios brasileiros, em quase três

No embate do segundo turno os comentaristas da direita ornamentaram suas análises com uma nova pérola. Foi vitorioso no primeiro turno o PT cor-de-rosa, o PT que não responde a “baixaria” dos adversários, enfatizando mais uma vez o tom municipalista das eleições. Estes analistas esqueceram que a campanha vitoriosa no primeiro turno em Aracaju foi uma campanha de camisas vermelhas com a militância na rua. Alguns petistas, todavia, acreditaram nesta análise. Em reunião da Executiva Nacional com os candidatos do PT que disputariam o segundo turno, nosso candidato de Curitiba chegou a afirmar que a vitória no primeiro turno não foi uma vitória do PT, foi “de uma coisa mais ampla”. Este tipo de comportamento gerou uma crítica contundente do Senador Roberto Requião (PMDB), de que na eleição em Curitiba quem fazia oposição a FHC era ele, enquanto o candidato petista corria ao largo com um discurso moderado.

VACILAÇÕES NO SEGUNDO TURNO

Os resultados das pesquisas eleitorais no início do segundo turno colocavam muitos candidatos do PT com mais de 20% de vantagem sobre os adversários. Isso fez com que em vários lugares a linha adotada fosse a de “administrar” o resultado, adotando um perfil “propositivo”, sem fazer o devido enfrentamento. Mas do lado de lá da luta de classes, comandados por Bornhausen do PFL e Paulo Maluf do PPB, veio o tom da disputa: o PT vai fechar as igrejas evangélicas, o MST vai invadir as cidades, o PT continuando o partido das greves e da baderna. Esta luta ideológica foi

O RESULTADO DO PT FOI UM VOTO NA SUA CAPACIDADE DE GOVERNAR E NA HONESTIDADE, MAS TAMBÉM UM VOTO NA OPOSIÇÃO, UM VOTO CONSCIENTE NA MUDANÇA.

HELOISA HELENA E BETO BASTOS

afirmada em todos os lugares e onde o PT não respondeu ou demorou a acordar para este enfrentamento, perdeu ou quase perdeu. É o que se viu em Curitiba.

Exatamente o oposto aconteceu em Recife, onde a militância foi para as ruas, não vacilou no apoio a greve da PM e se agigantou na reta final. Ou em Campinas, onde a palavra-de-ordem mais cantada nos comícios era “Fora Covas, FHC e o FMI!”. A sintonia desta militância com o projeto nacional do PT pode ser resumida na apuração no ginásio da UNICAMP, quando cerca de dez mil pessoas gritaram espontaneamente. “Brasil, urgente, Lula Presidente!”.

Assim, podemos afirmar que o resultado da vitória petista foi fruto da imagem de competência, honestidade e oposição construída pelo PT nestes últimos anos. Havia necessidade de mudança radical, e era o PT da estrela vermelha que simbolizava este desejo para boa parte da população.

Lembremos que, onde vencemos, a aliança foi normalmente com partidos da esquerda e não com partidos moderados ou conservadores. Os Diretórios Municipais do PT que insistiram em alianças subordinadas ao PSDB e PMDB (com o PT na vice e, em muitos casos, fora da chapa majoritária), não apareceram na vitrine da vitória do PT. Um caso exemplar para esta avaliação é o de Governador Valadares (MG), onde o diretório municipal, com o apoio da maioria da direção estadual, insistiu até o fim na coligação com o PFL. Afirmava-se que sem esta aliança o PT perderia. A Comissão Executiva Nacional vetou a coligação, o PT teve que sair com chapa própria e ganhou!

CONTINUA NA PÁGINA 4

O DESEMPENHO ELEITORAL COLOCA O PT PAULISTA EM SINTONIA COM A VITÓRIA NACIONAL DO PARTIDO.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Os resultados eleitorais do Partido dos Trabalhadores em São Paulo colocam o estado em sintonia com o crescimento e a vitória nacional do partido. Os 4,7 milhões de votos obtidos pelo PT contribuíram com cerca de 40% dos votos obtidos pelo partido em todo o país no primeiro turno (contra 35% em 1996). Além disso, o PT foi o partido mais votado no estado de São Paulo, ultrapassando em um milhão de votos, aproximadamente, o segundo partido mais votado, o PSDB, e em mais de dois milhões de votos o PPB, o quarto partido mais votado. O PT passa a administrar a capital e diversas das mais importantes cidades do estado, que compreendem cerca de 16 milhões de habitantes, 44% da população de São Paulo.

Comparado com a situação eleitoral de 1996, quando o PSDB e o PPB obtiveram cerca de 3,7 milhões de votos cada e o PT obteve 2,7 milhões, a mudança é significativa. É claro que o fator decisivo que explica estes números é a vitória do PT na capital, que reúne cerca de 1/3 dos votos do estado. Mas não só. A vitória do partido em cidades estratégicas como Campinas, Guarulhos (ambas com cerca de um milhão de habitantes), Ribeirão Preto e Santo André – na verdade, o destaque aqui é para o ABCD, com vitórias em Diadema, Mauá e Ribeirão Pires e importantes votações em São Bernardo e outras –, além das expressivas votações em Osasco (onde quase ganhou), Santos e São José dos Campos, evidenciaram a capacidade de disputa no conjunto do estado. Cidades médias, como Araraquara e São Carlos, compuseram este vigoroso resultado geral.

Dois outros partidos cresceram bastante, mais de um milhão de votos no estado, o PSB e o PPS. O crescimento do primeiro se explica principalmente pela candidatura de Luiza Erundina na capital (em 1996, lembremos, foi a candidata do PT). O PPS vem reunindo dissidências do PSDB e de outros partidos e marca presença importante no ABCD (em São Bernardo reelegeu Maurício Soares que, em 1996, foi eleito pelo PSDB; seu candidato foi derrotado pelo PT no segundo turno de Diadema).

O PT E SUAS ALIANÇAS

O balanço geral das alianças do PT nas principais cidades e particularmente onde foi vitorioso foi bastante “estrito”, para usar um termo caro aos que apreciam alianças direcionadas à centro-esquerda. Na capital, no primeiro turno, a candidatura de Marta Suplicy baseou-se na aliança PT-PCdoB-PHS. No segundo turno incorporou o PSB e o PPS. Em Campinas foi PT-PSTU; em Guarulhos, PT-PSTU-PCdoB-PSB; em Diadema, PT-PCdoB-PSTU; em Araraquara, PT-PSB-PCdoB; em São Carlos, PT-PCdoB-PSTU-PSB; em Franca, PT-PCdoB. Alargou em Santo André (incluindo o apoio do PMDB, mas numa chapa majoritária em que prefeito e vice são do PT); em São José dos Campos e Ribeirão



SÃO PAULO: UM GRANDE CRESCIMENTO

VOTAÇÃO POR PARTIDO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1996-2000)

Partidos	1996	2000	Var. Absoluta
PT	2.751.064	4.745.383	1.994.319
PSDB	3.753.514	3.888.520	135.006
PFL	1.402.574	1.788.168	385.594
PMDB	1.730.673	1.473.245	-257.428
PPB	3.719.039	1.541.791	-2.177.248
PTB	1.132.217	1.341.079	208.862
PDT	1.046.327	626.003	-420.324
PSB	317.622	1.069.002	751.380
PPS	91.933	1.102.270	1.010.337

Preto também se incluiu o PMDB.

Em cidades médias e menores foram aprovadas, por maioria, alianças com o PSDB, com resultados eleitorais limitados e com o ônus de sustentar este partido no governo de uma dezena de cidades.

De todo modo, o que se verificou é que as vitórias mais significativas, bem como o resultado de conjunto, foram devidos em primeiro lugar à força do PT. De modo geral, onde o partido foi vitorioso, as campanhas expressaram uma clara identidade partidária. Seguramente isto está entre as principais razões do crescimento eleitoral. Também neste aspecto há uma diferença marcante com o “estilo” de campanha de 1996, que foi defendido por muitos setores do partido e cuja caricatura mais lembrada é o slogan “O PT que diz sim”, que animou a campanha na capital.

Mas é importante também destacar o que o PT perdeu e o que poderia ganhar e não ganhou, para um posterior e mais cuidadoso balanço. Duas cidades deixam de ser administradas pelo PT, Matão (na região de Ribeirão Preto) e Caçapava (no Vale do Paraíba). Em Santos, o PT disputou o segundo turno e terminou perdendo para o atual prefeito, do PPB. Em São José dos Campos, onde o PT aparecia como favorito, perdeu para o PSDB. E em Osasco, os últimos dias de campanha

mostraram um vertiginoso crescimento do partido, superando em muito as expectativas iniciais.

POLARIZAÇÃO E TAREFAS

Os resultados destas eleições municipais são um dos elementos para compor a atualização da conjuntura e da disputa política no estado. Não são suficientes, isoladamente, para projetar as disputas futuras, como a de 2002 para Presidente e Governador, quando entram em cena, com muito mais peso, a solidez de projetos nacionais. Mas os resultados de agora devem ser entendidos como um indicador importante do potencial do PT para organizar alternativas fortes no plano do estado e nacionalmente.

Neste sentido eles confirmam uma tendência de enfraquecimento do PMDB e do PPB, e de consolidação do PSDB como principal partido de direita no estado. De outro lado, também indicam o fortalecimento do PT como pólo de oposição e alternativa ao projeto organizado pelos neoliberais em São Paulo.

A nova situação aberta pelas vitórias do PT no estado impõe a discussão partidária de como dar conta de tarefas maiores e mais exigentes do que as postas na situação anterior. Elas têm a ver com um maior equilíbrio da implantação do partido no estado, a melhor organização nos municípios pequenos e médios, a contribuição para inserir as administrações conquistadas na estratégia de disputa estadual e nacional (além daquela que se refere à efetiva execução dos nossos programas municipais), a contribuição para unificar um movimento amplo de oposição às privatizações e ao neoliberalismo tucano e a construção do programa de governo e da unidade partidária para enfrentar a disputa pelo governo do estado. São, na verdade, um conjunto de iniciativas para reforçar a capacidade de direção do partido.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É MEMBRO DA EXECUTIVA ESTADUAL DO PT.

A VITÓRIA DO PT VERMELHO

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

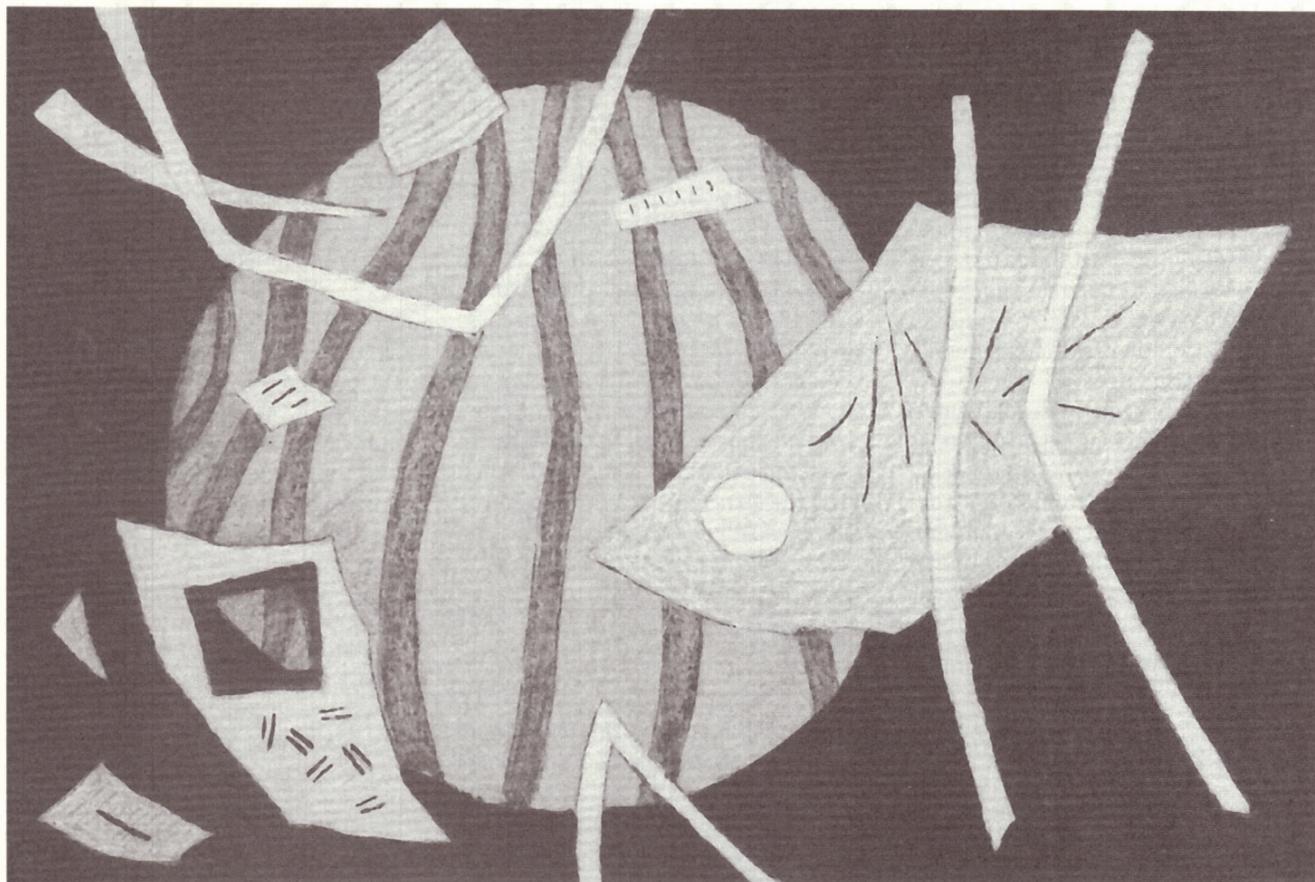
As eleições ajudaram a consolidar deslocamentos políticos, sociais e ideológicos favoráveis à esquerda que vinham se desenvolvendo no último período. Elas marcam um novo momento político que atravessa a sociedade brasileira, passada a força maior da vaga neoliberal dos anos 90. Embora não estejamos colocados frente a um quadro de crise aberta ou de descontrole, os horizontes não são auspiciosos para o bloco no poder: um cenário econômico internacional desfavorável, dificuldades econômicas internas crescentes em um quadro de maior vulnerabilidade nacional, ausência de uma candidatura “natural” para a próxima disputa presidencial, um PT fortalecido pelo resultado eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores está colocado diante da tarefa que é organizar um bloco social e político capaz de vencer as próximas eleições presidenciais e diversas eleições para governador. Mas esta vitória nacional exige preparação prévia, objetivos definidos, programa de governo e direção política com vontade de vencer. O povo brasileiro poderá, caso tenhamos êxito nesta preparação, viver uma nova disputa presidencial onde se condense a disputa de rumos no país. Uma disputa entre os que pretendem dar continuidade ao receituário do FMI, da OMC e do Banco Mundial e a oposição democrática e popular que acredita que um outro mundo é possível.

Esta disputa de rumos para o país está colocada pelas alternativas políticas que se apresentam. A força social e política que organizamos tem sua principal vertente constitutiva nas lutas e mobilizações do nosso povo. Mas só se constituirá como força hegemônica através da luta política. Para esta disputa, o PT é o nosso principal e mais valioso instrumento.

HELOISA HELENA É SENADORA PELO PT DE ALAGOAS E INTEGRA A COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO. BETO BASTOS É ACESSOR DA SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA.

BLOCO GOVERNISTA ENTRA EM CRISE


YENHAI GOETZ/ARTE/SEM PARELLO/SP/ART

AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES EVIDENCIARAM UM AVANÇO EXPRESSIVO DAS OPOSIÇÕES. COMO VOCÊ ANALISA O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO PÓS-ELEIÇÕES?

Acho que o cenário político pós-eleições apresenta três traços novos e fundamentais. Em primeiro lugar, os resultados da eleição e o avanço da oposição acentuaram a percepção de que se encerrou o governo FHC e de que existe um vácuo propositivo no Brasil. O governo não tem mais nada de novo e substantivo para propor, nem tem como "remaquiá" a sua própria face, por exemplo, com algum tipo de nova reforma ministerial. Além disto, o governo estava contando com um desempenho melhor da economia neste e no próximo ano, e isto muito provavelmente não ocorrerá. Pelo contrário, a tendência é de que o governo viva uma permanente expectativa com a crise argentina, e gaste seu tempo tentando assegurar aos investidores e à população que esta crise não afetará o Brasil. Esta é uma posição defensiva que o deixará com poucas condições de negociar aumentos salariais ou novos gastos sociais. A população está irritada e hoje vê o governo FHC como um governo paralisado, sem iniciativa, frente a uma sociedade enfrentando condições sociais extrema-

mente ruins. Em segundo lugar, o resultado eleitoral provocou um deslocamento do eixo da atenção e do poder midiático para as administrações das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os dois novos prefeitos eleitos capitalizam no momento quase toda atenção da imprensa. E isto deverá seguir ocorrendo pelo menos até o início do próximo ano. E, em terceiro lugar, as vitórias do PT provocaram um redesenho completo da imagem e da estrutura interna de poder da esquerda e, sobretudo, do próprio PT.

QUAL SERÁ, A SEU VER, A LÓGICA DE SUCESSÃO NO BLOCO GOVERNISTA? EXISTE POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES NESSE BLOCO COM VISTAS A 2002?

O bloco governista entrou numa crise profunda e tende à decomposição nos próximos meses. O que não significa que não vá chegar unido para as eleições de 2002. Mas isto ficará cada vez mais difícil. Está sem lideranças expressivas e vitoriosas e tem pouco a oferecer para manter unidos os inúmeros interesses congregados por FHC. O nome com maiores condições de unir a geléia governista, no momento, parece ser o de Jereissati. Se ele for o candidato, Ciro Gomes já anunciou que retira sua

candidatura e, portanto, o candidato de São Paulo será o do PT e deverá contar com o apoio de uma parcela significativa do PSDB paulista. É muito pouco provável que o PSDB possa se manter unido longe de FHC. E é muito pouco provável que o bloco governista consiga se reunificar senão na beira do precipício. Mas aí talvez já seja tarde para eles.

QUAL O RAI DE MANOBRA QUE TERÃO AS FUTURAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DA OPOSIÇÃO, COLOCADAS DIANTE DO IMPASSE DE UMA ELEVADA DÍVIDA AO LADO DO CERCO IMPOSTO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL?

Pequeno, muito pequeno. Sobretudo porque todos estarão tentando ou necessitando mostrar um bom comportamento fiscal para viabilizar, ou fazer confiável aos olhos da comunidade financeira internacional, a candidatura de oposição em 2002.

QUANTO À OPOSIÇÃO, QUE LÓGICA DE SUCESSÃO DEVERÁ PREDOMINAR E QUAIS AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS QUE SE LHE COLOCAM?

É provável que as distâncias aumentem cada vez mais, a partir de agora, entre a vertente opositora simbolizada pela figura de Itamar Franco e as forças aglutinadas

O SOCIÓLOGO JOSÉ LUÍS FIORI ANALISA O CENÁRIO POLÍTICO PÓS-ELEIÇÕES, DESTACANDO O PAPEL QUE PODEM DESEMPENHAR AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS.

ENTREVISTA DE JOSÉ LUÍS FIORI A VALERIA NADER

em torno do PT. Dentro do PT, os novos prefeitos de Porto Alegre, São Paulo e Recife passam a ser grandes eleitores. Além disto, se conseguir montar um secretariado "ministeriável", a figura de Marta Suplicy passará a ter um enorme peso, pela força política de São Paulo e pelo seu indiscutível charme "midiático".

O DESEMPENHO DAS FUTURAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS SERÁ DECISIVO À SUCESSÃO PRESIDENCIAL?

Com toda certeza. É muito provável que o realismo eleitoral faça o PT assumir como um dado de realidade, no curto prazo, as restrições externas da economia brasileira criadas pelo "modelo econômico de FHC". Neste caso, o grande perigo é o de cair num debate estéril e economicista sobre a questão do equilíbrio fiscal, discutido em abstrato. Ganharão aqueles que consigam ultrapassar esta armadilha e implementar, com força, decisões e políticas que redistribuam os ônus financeiros e os benefícios sociais do tal do equilíbrio fiscal. No curto prazo, esta será a questão central com que o PT se defrontará: saber mostrar, no discurso e na prática, que, se a economia cresce pouco e tem restrições externas, então aí sim que é chegada a hora de redistribuir a riqueza que já existe. É este um objetivo muito mais difícil do que desenhar um novo pacote de políticas macroeconômicas, como provavelmente estarão fazendo, em breve, quase todos os economistas deste país e também os do PT.

JOSÉ LUÍS FIORI É PROFESSOR NO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ E NO INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL DA UERJ. ESTA ENTREVISTA FOI ORIGINALMENTE PUBLICADA NO CORREIO DA CIDADANIA.

VITÓRIA DO PT, DERROTA DE FHC

De "PT cor-de-rosa" a "Moderados ganham eleição", a grande mídia recorreu a tudo para alcançar seu objetivo editorial maior, na análise dos resultados do processo eleitoral: provar que o Partido dos Trabalhadores só cresceu porque vendeu a alma ao *establishment*. O PT estaria marchando pelo mesmo caminho do PSDB. Estaria trocando a utopia socialista pela social-democracia institucional, o que o levaria a optar, ao fim e ao cabo, pela mesma trilha adesista ao sistema, e pela conseqüente subordinação à ordem capitalista vigente.

Pode até ser, porque forças internas voltadas para esse horizonte o PT realmente abraça. Mas não é por aí que o debate deve se dar na conjuntura atual. Quando concentra fogo na discussão sobre uma "nova cara petista", a imprensa "livre, mas nem por isso democrática", como bem classificou ar-

tigo recente de Wanderley Guilherme dos Santos, tenta eludir a questão de fundo — a relação direta entre crescimento eleitoral do PT e rejeição popular ao governo FHC.

Marcelo Deda, eleito em primeiro turno em Aracaju, contra as oligarquias de Albano Franco e João Alves, pertence à ala moderada do PT? Sem nenhuma dúvida, naquilo que diz respeito à discussão mais profunda e teórica sobre o projeto partidário estratégico. Mas não foi por aí que se construiu sua vitória em Aracaju.

"Minha campanha não tinha marqueteiro. Tinha política contra as oligarquias", ele responde, para explicar o fenômeno da intensa mobilização de rua — dezenas de milhares de estrelinhas do PT distribuídas à guisa de símbolo de campanha; tudo envolto em camisetas vermelha, ou em lençóis e até guardanapos vermelhos, quando as cami-

setas à venda não supriam a demanda exigida.

No Recife, não foi diferente. Uma Frente de Esquerda, sem disfarces, explícita no próprio logotipo, foi que levou o petista João Paulo a colocar o até então inatingível Roberto Magalhães no canto do ringue. Pois também entrou no rol da vitória dos "moderados". Assim como Tarso Genro, em Porto Alegre. Como se não fosse ele um dos mais permanentes formuladores — em artigos vários, publicados em vários jornais — de uma política eleitoral sempre preocupada em ligar a questão local ao projeto estratégico de luta nacional contra o modelo FHC...

Mas para aqueles que, por todos os meios e modos, pretendam "desfederalizar" os resultados eleitorais, há um dado definitivo e incontestável. Até julho deste ano, Lula e Ciro Gomes corriam cabeça-com-cabeça nas pesquisas eleitorais para 2002. De repente, Lula dispara, e passa a ter o dobro

de Ciro. Que bizarra razão teria ocorrido para mudar o tom da disputa entre os dois, nestes poucos meses, que não o processo eleitoral das prefeituras? Lula subiu porque simboliza, com a mobilização petista de rua, toda uma dinâmica energética de contestação à modernização conservadora de FHC. Ao contrário de Ciro, cujas posições se vêem atenuadas nas nuances indefinidas dos movimentos políticos de seu partido e de seus candidatos.

Gostem ou não nossas elites dominantes, o crescimento eleitoral do PT não resultou do entorpecimento da combatividade militante. Muito pelo contrário, é prova concreta de que a sigla representa, no espectro partidário, o símbolo mais evidente da crescente contestação social aos caminhos que o atual governo quer impor a nosso País.

MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PELO PT DO RIO DE JANEIRO.

AS ELEIÇÕES FIRMAM O PT COMO O PRINCIPAL PARTIDO GAÚCHO, MAS ALERTAM PARA O RISCO DE EROÇÃO EM SUA BASE SOCIAL.

**INÁCIO FRITZEN,
FRANCISCO VICENTE
E LÚCIO COSTA**

As eleições de 2000 realizaram-se num cenário marcado por significativas novidades. Os resultados positivos obtidos nos estados que governamos e, particularmente no Rio Grande, revelam que ao protesto contra FHC e ao desempenho positivo das Administrações Populares veio somar-se o efeito multiplicador das políticas dos governos democráticos e populares. Através do Orçamento Participativo e de uma série de políticas públicas que têm como marcos a democratização do Estado e a inversão de prioridades temos contribuído para nos credenciar como alternativa de governo.

O primeiro elemento que se destaca ao analisarmos os resultados eleitorais é a consolidação da dinâmica estadual, inaugurada nas eleições para o governo do estado em 1994, de superação da antiga polarização entre o populismo trabalhista e a direita conversadora. O PT consolidou-se como o partido que, polarizando as classes trabalhadoras e os setores médios urbanos, passou a organizar a luta pelas reformas democráticas e populares. E dirigir o enfrentamento dos interesses do latifúndio e da grande burguesia gaúcha e do Governo Federal.

De outro lado, a direita neoliberal, continuando a um processo iniciado em 1998, conseguiu junto a segmentos mi-

O PT SE CONSOLIDA NO RIO GRANDE DO SUL

noritários das classes trabalhadoras e dos setores médios uma adesão mais explícita e ativa a seu projeto político-ideológico. Transmutou-se o que era uma certa passividade e timidez numa postura mais ativa de enfrentamento a nosso projeto. O discurso da direita requeira e adapta aos dias de hoje o discurso da ditadura militar: trata-se de enfrentar o totalitarismo, a ameaça às instituições democráticas, à subversão e à agitação. Este movimento político-ideológico expressou-se na produção de uma série de brochuras antipetistas — cujo discurso preconceituoso reproduziu-se “até o cansaço” nos veículos de comunicação burgueses e nos programas eleitorais da oposição de direita.

VELHOS (E NOVOS) INIMIGOS

O campo democrático e popular, particularmente a intelectualidade progressista, não soube responder com o vigor necessário a estes ataques, o que permitiu que um discurso preconceituoso, autoritário e legitimador de práticas antidemocráticas ganhasse trânsito junto a setores da sociedade.

Anteriormente já havíamos localizado na mídia burguesa capitaneada pelo Grupo RBS, na maioria direitista na Assembleia Legislativa, na postura da maioria dos(as) magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado e na Federação das Indústrias (Fiergs) e Federação da Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), os centros a partir dos quais a burguesia gaúcha enfrentava o Governo Democrático Popular. Hoje, um conjun-

to de decisões extremamente polêmicas do Judiciário, das quais a maior sem dúvida foi o bloqueio do Orçamento Participativo Estadual, somado à adesão explícita de segmentos significativos da magistratura riograndense ao discurso dos partidos da oposição de direita (que se expressou através de manifesto em que se afirma que nosso Governo rompe com a ordem constitucional), transformam este setor majoritariamente em trincheira da reação neoliberal, em elemento de contenção e limitação das políticas do Governo Democrático e Popular.

OS NÚMEROS

O PMDB gaúcho fez 1.347.353 votos, um pouco menos do que o PT. O partido do ex-governador Britto elegeu 139 prefeitos e 1.358 vereadores. Mesmo ficando em segundo lugar no número de prefeitos eleitos, sai das urnas menor do que em 1996. Em relação a 1996, perdeu 19 cidades mas manteve centros importantes como São Leopoldo e Santo Ângelo; tirou Campo Bom das mãos do PPB, arrancou Dom Pedrito do PDT, elegeu o prefeito de Guaíba, mas perdeu Passo Fundo para o PFL e fracassou em seu projeto de retomar a prefeitura de Novo Hamburgo do PDT. A derrota mais significativa ocorreu em Caxias do Sul. Em que pese as figuras públicas peemedebistas terem acampado naquela cida-

de no segundo turno e o volume de recursos materiais gastos, reafirmamos o projeto democrático e popular, reelegendo o companheiro Pepe Vargas.

O PPB fez 1.196.929.000.00 votos (174 prefeitos e 1.451 vereadores). Foi o partido que mais prefeituras conquistou, 33 a mais do que em 1996. Em que pese haver perdido prefeituras importantes como Bagé e Ijuí e ter sido derrotado no segundo turno em Pelotas, o PPB, segundo em 1996, manteve cidades importantes como Alegrete, Bento Gonçalves e Lajeado e venceu em São Borja, Cruz Alta, Erechim, Santana do Livramento e Palmeira das Missões.

OPTB obteve 326.843 votos (31 prefeitos e 390 vereadores). Fez sete prefeituras a mais do que em 1996. O PFL (15 prefeitos) obteve 246.081 votos, perdendo seis prefeituras nesta eleição. O PSDB (14 prefeitos) obteve 429.775 votos e venceu a eleições no segundo turno em Canoas. O PL saiu de dois para três municípios entre 1996 e esta eleição.

A CRISE DO TRABALHISMO

O PDT obteve 956.536 votos, elegeu 78 prefeitos e 923 vereadores. As respostas de Brizola à diminuição do espaço político do PDT em nível nacional, suas manobras com vistas às próximas eleições presidenciais, cujo lance mais espetacular até agora é o acercamento e/ou

O RECIFE ESTRELOU

**DEMÉTRIUS FIORANTE
E ANDREA BUTTO**

Duras derrotas foram impostas ao neoliberalismo no Brasil e em Pernambuco. A referência das lutas sociais que o PT em Recife construiu em sua caminhada foi decisiva para despertar na população de Recife a confiança e a esperança de mudança com a candidatura de João Paulo à prefeitura.

Apesar da crise de perspectivas que atingiu a esquerda nos anos noventa, o PT em Recife lutou contra a implantação do neoliberalismo, denunciou o desastre social que se abateu sobre a cidade, apoiou os movimentos sociais nas lutas e deu a contribuição decisiva para que o partido se tornasse a principal força política de oposição de Pernambuco.

Em torno de Jarbas Vasconcelos, iniciou-se em 1993, na Prefeitura do Recife, a construção de um comando neoliberal na cidade e no estado com base na aliança entre o PMDB, o PFL e o PSDB. Esta aliança levou Jarbas Vasconcelos ao Governo do Estado e elegeu seu sucessor na prefeitura. Apesar da administração de Roberto Magalhães ter sido desastrosa para a cidade, ele parecia no início da disputa pela prefeitura de Recife, um candidato invencível.

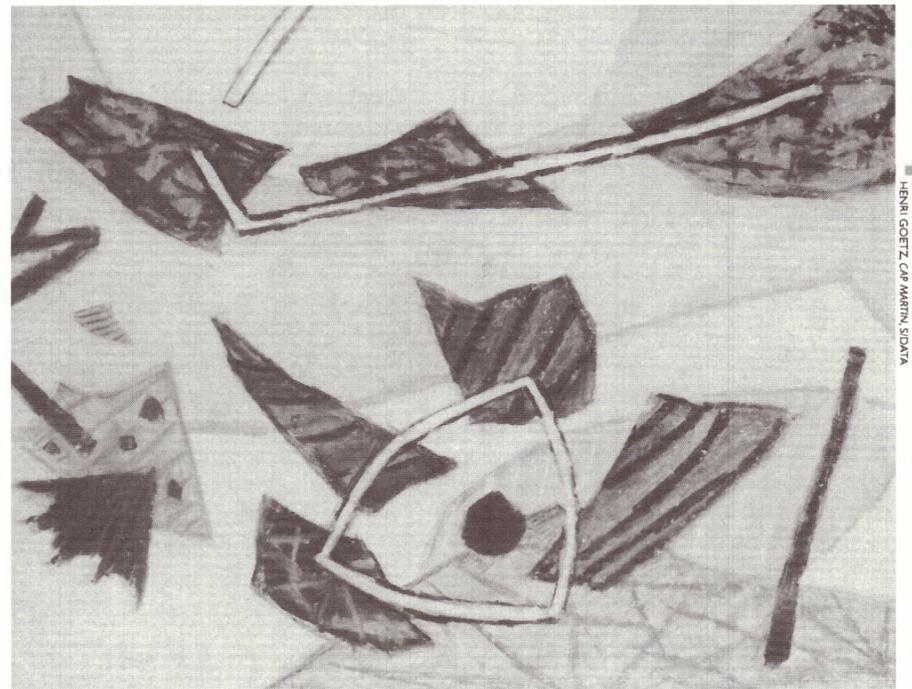
Na campanha apresentava-se uma Recife sob a administração de Roberto Magalhães que a população sabia não existir. Mas a identificação com FHC, de um lado, e a arrogância e violência que ficaram como marca da sua personalidade de outro, também foram es-

senciais para explicar a virada no resultado eleitoral que deu a vitória ao PT. Marco Maciel foi escondido na disputa eleitoral de Recife, em um esforço em vão para tentar separar o candidato do PFL do governo FHC. E a invasão das dependências de um dos principais jornais da cidade para ameaçar um jornalista com arma na mão, empurrões a lideranças comunitárias e gestos machistas durante a campanha, mostraram Roberto Magalhães como um candidato sem controle emocional e extremamente arrogante.

Nem com a tremenda máquina eleitoral que o apoiava, ele conseguiu reverter a insatisfação que marcava a maioria dos eleitores/as da cidade do Recife. Isso foi decisivo para possibilitar o segundo turno das eleições, o desempenho de João Paulo e o bom resultado na disputa proporcional, com a eleição de cinco vereadores petistas e um do PCdoB.

Ocorreu um claro deslocamento das referências de oposição na cidade do Recife. Na eleição para o governo do Estado, em 1998, o PT se consolidou como principal força política de oposição. Agora, a votação obtida por João Paulo no primeiro turno (36%), muito superior à do terceiro colocado (Carlos Wilson da aliança PPS/PSB/PTB com 11%), e a vitória no segundo, já permitem projetar o PT na disputa eleitoral de 2002 para o Governo do Estado e a presidência.

Mas as candidaturas dos demais partidos



HENRI GOETZ, CAP. MARTIN, SODANA

políticos de oposição também desempenharam papel importante para criar um clima de insatisfação e denúncia de uma administração autoritária, que “governou de costas para o povo”. Com o apoio no segundo do turno dos candidatos Carlos Wilson, Vicente André Gomes (PDT/PMN), Fred Brant (PSN) e Pantaleão (PSTU), Recife ficou dividida e elegeu João Paulo prefeito com uma dianteira de 5.800 votos (0,4% dos eleitores).

Ainda sem a finalização completa da contagem dos votos, a população que desde cedo estava colorindo as ruas da cidade de vermelho na boca de urna, seguiu para o centro de Recife numa manifestação popular só comparável àquela da disputa presidencial de 1989.

Festajávamos também as derrotas eleitorais em Olinda e Jaboatão dos candidatos de

FHC e do governador Jarbas Vasconcelos, desencadeando uma crise interna da aliança PFL/PMDB/PSDB.

O PT está, junto com as demais forças que levaram João Paulo à vitória, empenhado na construção de uma Gestão Democrática e Popular. Enfrentando as desigualdades sociais e econômicas na cidade, o governo refundará a democracia no município, estabelecendo um novo pacto ético-político com a maioria da população para dirigir o poder local.

Demétrius Fiorante é membro da Executiva Municipal do PT de Recife e foi coordenador da campanha de João Paulo. **Andrea Butto** é membro do Diretório Regional do PT e da Secretaria Estadual de Mulheres do PT.

fusão com o PTB, a candidatura de Collares, a participação dos setores majoritários do PDT nas frentes neoliberais no segundo turno das eleições municipais, a exclusão e/ou afastamento do PDT de dirigentes da esquerda trabalhista e a derrota eleitoral deste setor indicam que a luta interna entre os setores comprometidos com a classe trabalhadora e segmentos aliados às elites gaúchas decidiu-se em detrimento dos setores populares, com a vitória dos setores de direita. É de se destacar a coragem e o compromisso popular dos setores da esquerda pedetista como a Senadora Emilia Fernandes que cerraram fileiras contra a direita, apoiando as candidaturas do PT no segundo turno das eleições, como, por exemplo, em Caxias do Sul.

A luta pela nossa hegemonia política nos cobra um decidido esforço de debate e chamado à ação comum com a militância e as bases populares trabalhistas. Devemos combinar uma crítica dura ao giro à direita do brizolismo, um chamado à ruptura com esta orientação e a retomada dos caminhos da unidade popular – baseado na luta dos movimentos sociais contra o neoliberalismo e na defesa do projeto e dos governos democráticos e populares. Ao travarmos este diálogo, estaremos colaborando para manter e ampliar as bases de sustentação de nosso projeto e governo, para reforçar as condições de superação dos impasses políticos dos setores do trabalhismo popular.

O PSB obteve 89.635 votos (sete prefeitos e 83 vereadores), com destaque para a reeleição em Esteio e a conquista de São Luis Gonzaga. O Partido Comunista do Brasil atingiu 36.217 votos para vereador, tendo eleito 14 parlamentares. O PSTU obteve 10.275 votos, não elegendo nenhum vereador.

O DESEMPENHO DO PT

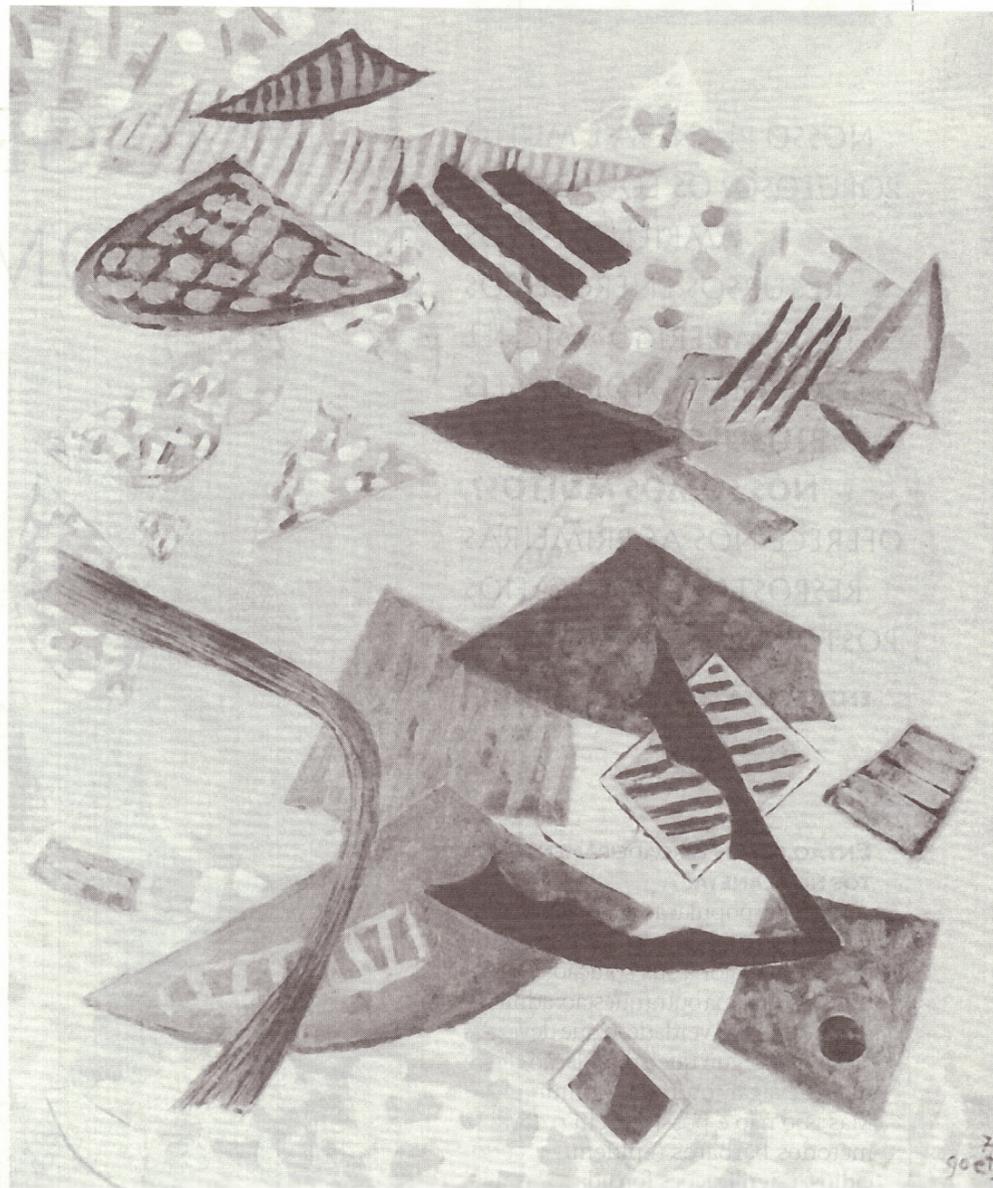
O PT gaúcho obteve 1.351.091 votos. Administrava 26 municípios do Rio Grande e chegou em 2000 ao governo

de 35 cidades. Elegemos 456 vereadores. Considerando apenas as cidades de maior relevância político-eleitoral, o partido no primeiro turno conseguiu manter as prefeituras de Viamão, Alvorada e Gravataí, e ganhar as eleições em Cachoeirinha, Santa Maria e Bagé. No segundo turno, fomos vitoriosos em Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, tendo perdido as eleições em Canoas.

A defesa da política de Frente Popular, os esforços em atrair os setores progressistas do PDT, a recusa em compor com os partidos comprometidos com FHC e com a oposição de direita ao Governo Democrático Popular contribuíram decisivamente para aprofundar o debate e a polarização de projetos em nosso estado.

Diante de um cenário marcado pela polarização política, ataque sistemático da oposição de direita ao governo estadual, utilização cotidiana da máquina de desinformação da mídia, atritos com setores de nossa base social como foi o caso da greve do magistério público, conseguimos enfrentar com êxito o desafio eleitoral: o PT gaúcho consolidou-se como o partido com a maior votação no estado. Reelegemos os prefeitos nas principais cidades que administrávamos e ampliamos nossas bases de sustentação institucional, elegendo prefeitos em cidades como Pelotas, Santa Maria e Bagé. Nossa presença nas câmaras municipais espalhou-se com a eleição de 96 vereadores a mais em relação aos 350 que havíamos eleito em 1996.

No entanto, o resultado eleitoral positivo não pode permitir que outros aspectos da realidade política sejam relegados ao esquecimento. Os atritos existentes com parcelas de nossa base social, a explicitação do discurso direitista nitidamente antipetista, a consolidação de uma base social de massas enquadrada pela oposição de direita, a fragilização do campo popular riograndense com a adesão de setores majoritários do PDT ao



bloco neoliberal gaúcho e a crise vivida pelo PSB são elementos preocupantes. Sinalizam um processo potencial de erosão da unidade popular e de nossas bases político-sociais, com o conseqüente fortalecimento do campo político neoliberal, a diminuição das condições de governabilidade sobre o Estado e o risco de um cenário para a sucessão estadual preocupante para a classe trabalhadora. Enfrentar esta realidade, requalificando a relação com nossas bases so-

ciais e reconstituindo as condições para a unidade mais ampla do campo popular é uma tarefa urgente, de cujo sucesso dependerá em grande parte a manutenção de nosso projeto a frente do Estado.



INÁCIO FRITZEN É SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DO PT DO RS, FRANCISCO VICENTE É SECRETÁRIO SINDICAL DO PT DO RS E LÚCIO COSTA É MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT DO RIO GRANDE DO SUL.

A ESQUERDA VIVE: DAVID CAPISTRANO, PRESENTE!

NEWTON GOMES

No início da noite de 10 de novembro de 2000, David Capistrano da Costa Filho perdeu aquela que seria sua última batalha contra a morte. Ele, que já a vencera quando enfrentou a leucemia nos anos 80, estava convencido que novamente superaria as dificuldades e riscos de um transplante de fígado. Todos nós tínhamos esta certeza, acostumados a vê-lo superar dificuldades, com uma força e disposição próprias daqueles que acreditam na vida.

Por telefone, recém-operado, com a voz fraca e arfando, David me disse "Esse transplante eu já superei". Eu, como qualquer outro que ouviu isso, acreditei!

A vida desse Camarada é uma história de luta, somando muitas vezes sozinho, desilusões e derrotas, partilhando com todos vitórias e alegrias.

De família comunista, desde cedo se tornou liderança e referência política, primeiro no Recife nos anos de ginásio, depois na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Nos áspersos tempos da ditadura, contrariando a análise equivocada do Comitê Central do PCB no exílio, torna-se o principal dirigente do Partido na reorganização em São Paulo. Naqueles anos da luta clandestina, dos riscos e privações, David nunca se

vangloriou de suas vitórias, de seus feitos. Quando lembrava as inúmeras prisões, destacava sempre a importância, a valentia, a resistência dos seus companheiros de cela. Desses tempos, o que mais gostava de contar eram os episódios engraçados protagonizados pelos ocupantes da cela X3 e pelos parentes e amigos empenhados em fazer chegar até eles, por meio de artifícios, os jornais do dia, livros, comidas.

O uso desses expedientes para burlar restrições era constante na sua vida pessoal. No Hospital do Servidor em São Paulo, internado por conta da leucemia no início dos anos 80, um misterioso personagem de bigodes enormes fez chegar ao quarto um file mignon ao alho preparado no restaurante Moraes. Consta que esse mesmo cidadão estaria preparando outra investida, dessa feita no Hospital Sírio-Libanês. A volta para a UTI acabou com o plano.

Em Santos, responsável junto com Glauco Arbix pela campanha eleitoral que levaria o PT à prefeitura, David aceita o convite para revolucionar a Saúde no município. Foi um período de trabalho frenético, em que formulou uma política de saúde pública reconhecida pela excelência no atendimento da população. Foi o mentor da intervenção no Hospital Anchieta, pon-do fim a um manicômio sombrio, inaugu-

rando um novo período para a Saúde Mental de Santos, política premiada por inúmeras organizações internacionais.

A mão do David Capistrano está, ainda como secretário de saúde de Santos, na municipalização dos transportes, iniciada com a intervenção na concessionária privada que operava na cidade, no programa de despoluição das praias, resgatando-lhes a balneabilidade e estimulando o turismo, na concepção do Diário Oficial Urgente, uma combinação eficiente de publicações de atos oficiais com notícias sobre a vida e a política da cidade.

Essa disposição para contribuir com todas as áreas, muitas vezes lhe valeu críticas e desafeitos. Pragmático e generoso, envolvia todos, até aqueles que discordavam, em seus projetos e ações. Fazia isso com entusiasmo, arrastando aqueles com quem trabalhava, noite adentro, construindo sonhos que eram escrupulosamente realizados pela ação concreta, empenhada pelo social.

Em 1992, foi eleito prefeito de Santos, em uma das mais emocionantes campanhas que a cidade já viveu.

Orador brilhante e intelectual refinado, venceu seus adversários nos debates, sempre com argumentos bem construídos, ardis refinados, ironias elegantes.

Após quatro anos de governo, David volta ao seu cargo de médico sanitário da Secretaria de Saúde do Estado. Em poucos meses estava envolvido na implantação de um audacioso programa de saúde da família na cidade de São Paulo, o Qualis. Então, o fígado que suportara as longas

sessões de quimioterapia na luta contra a leucemia, dava sinais claros de enfermidade.

Se por um lado sua saúde exigia cuidados cada vez maiores, por outro, a urgência da vida empurrava David para novos desafios. Ora na Bahia, em Vitória da Conquista ou em Pintadas, em Belo Horizonte, em Brasília, em Pernambuco, Recife, Cabo, em Caracas, Paris, Zurique. Nesse mundo de lugares, fiel à boa comida, ele se atirava com alegria em moquecas, acarajés, bode e carneiro.

A morte, que nos pegou a todos de surpresa, impediu que outra vez nos reuníssemos em mais um projeto. Há algum tempo, David vinha seduzindo amigos e colaboradores com a idéia de irmos todos para o Timor Leste participar da reconstrução daquele país. Dessa vez ele iria se superar já que arquitetava um plano de desenvolvimento global. Estava convencido que, em qualquer lugar do mundo, conseguiria entender a realidade e propor intervenções que melhorariam a vida do povo.

Para a esquerda, para aqueles que ainda acreditam no sonho de um mundo socialista, a vida ficou mais triste.

Para os amigos e camaradas de longos anos, a sensação de vazio. O telefone não vai mais tocar tarde da noite ou muito cedo, para comentar um editorial ou uma notícia. Nossas mesas terão sempre um lugar vazio e da minha parte, a cozinha perdeu um pouco a graça.

E agora David? Há o que fazer?!

Newton Gomes é militante do PT e amigo do David.

NOSSO PLANETA É MUITO POPULOSO? OS EQUILÍBRIOS AMBIENTAIS E OS RECURSOS ENERGÉTICOS ESTÃO EM PERIGO? MICHEL HUSSON, AUTOR DE **SEIS BILHÕES NO PLANETA: NÓS SOMOS MUITOS?**, OFERECE-NOS AS PRIMEIRAS RESPOSTAS AOS DESAFIOS POSTOS PELA DEMOGRAFIA.

ENTREVISTA COM MICHEL HUSSON

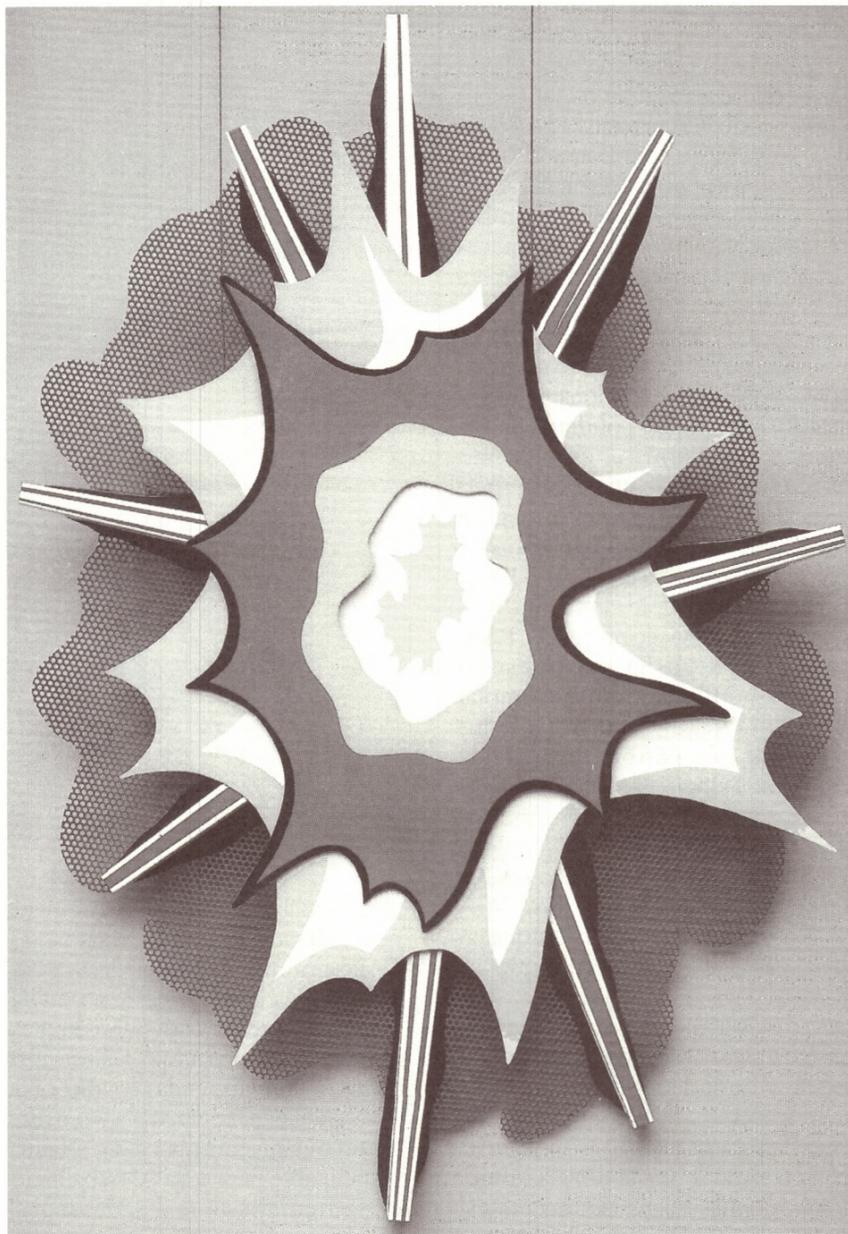
ENTÃO, SOMOS VERDADEIRAMENTE MUITOS NO PLANETA?

A superpopulação é, senão a causa dos problemas ecológicos, ao menos um obstáculo maior à sua solução? Eu respondo com uma outra questão: admitindo que isso seja verdade, o que devemos fazer? Conseguir que a população cresça mais devagar, ou mesmo diminuí-la? Mas isso não é possível sem recorrer a métodos bárbaros (epidemias, genocídios, esterilizações forçadas, eugenismo, etc). A população mundial aumenta já mais devagar, é razão de um movimento geral de redução da fecundidade. Nos países do Maghreb, por exemplo, o número médio de filhos por mulher caiu de cinco a sete em 1980 para 2,2 hoje. Dificilmente se poderia ir mais rápido! Além disso, esta diminuição não conduzirá à uma estabilização da população senão em duas ou três décadas: cada mulher tem menos filhos, mas a proporção de mulheres em idade de procriar permanece muito importante. Em síntese, o cenário plausível é que passaremos de seis para nove bilhões de habitantes no meio do século XXI, e que em seguida, a população mundial se estabilizará ou mesmo começará a declinar.

QUE PROPÕEM OS DEFENSORES DA SUPERPOPULAÇÃO?

Os mais reacionários, sobretudo nos Estados Unidos, dizem que o planeta só comporta dois ou três bilhões de habitantes, mas eles não dizem como dividir a população por dois. Em seu último livro, *O relatório Lugano*, Susan George coloca exatamente esta questão e imagina respostas forçosamente cínicas, e forçosamente bárbaras, de tecnocratas coerentes. Sem chegar a este extremo, o discurso da superpopulação é implicitamente discriminatório para com aqueles que tem muitos filhos. O único método humanista para obter uma estabilização a longo prazo de população consiste, muito mais do que neste eugenismo sócio-étnico, na difusão do progresso econômico e social: estabilizar os rendimentos da agricultura tradicional, favorecer a educação e a autonomia das mulheres. Uma evolução sociológica como a elevação da idade do casamento, por exemplo, é um fator decisivo para a queda da fecundidade. No sentido inverso, vemos que os únicos países que não entraram na transição demográfica, onde a fecundidade continua alta, são os países mais pobres. Devemos mudar de perspectiva e adotar uma lógica de hospitalidade, para se

DEMOGRAFIA E ECOLOGIA: NÓS SOMOS MUITOS?



LICHTENTHEN, EMPORIO N° 1, 1985

perguntar como acolher melhor a população suplementar que podemos suportar que existirá.

ESTE AFLUXO DE POPULAÇÃO É ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL?

Esta é, evidentemente, a grande questão. Tomemos, por exemplo, o efeito estufa. O volume total de CO2 emitido é produto de três elementos: o número de habitantes no planeta, a produção por pessoa e a quantidade de energia poluente por unidade de produção. Se o aumento da população não é compensado por uma produção mais econômica de energia, pode ser que a emissão de CO2

ultrapasse um limite irreversível e provoque um desequilíbrio ecológico que leve ao desaparecimento de boa parte desta população. É um risco real, que não devemos elidir em nome de um cientificismo que afirma que o progresso da técnica resolverá tudo. Minha abordagem é mais a de explorar um caminho estreito, que permita acompanhar este meio século de crescimento demográfico sem paralisar tudo. Trata-se de identificar os verdadeiros problemas. Por exemplo, deveria ser evidente não retornarmos ao malthusianismo clássico, onde o crescimento da população seria limitado pelas disponibilidades alimentares. Há riscos de

esgotamento do solo e um enorme problema no que diz respeito à água, mas se tratam acima de tudo de problemas de distribuição e não de um limite absoluto.

E A ENERGIA?

Se admitimos que não podemos jogar com a população, deve-se diminuir ou baixar o consumo por pessoa. Mas penso que os ganhos possíveis são relativamente limitados, porque o desenvolvimento necessita um crescimento material: não se constroem escolas, estradas, sistemas de distribuição de água, sem gastar energia. Poderia se exigir que os países ricos adotassem um modelo de crescimento mais frugal, mas isto não necessariamente resolve o problema. Quando examinamos as projeções de consumo de energia para os próximos cinquenta anos, os aumentos globais vêm sobretudo dos países do Sul e as eventuais economias obtidas no Norte não são suficientes para compensar isto. Parece-me que, nessas condições, a única perspectiva racional consiste em um programa massivo de transferência, do Norte para o Sul, de técnicas de produção de energia pouco poluentes. O exemplo da China, onde o crescimento foi muito rápido ao longo das últimas duas décadas, mostra que existem importantes margens de manobra, na medida em que o consumo de energia aumentou, mas em uma proporção bem menor do que o produto nacional. Isso supõe uma forma de cooperação e mesmo, ousemos utilizar a palavra, de planificação em nível planetário. É evidentemente o oposto das concepções liberais, mas é do meu ponto de vista o único método que permite evitar os ajustes regressivos, por exemplo, pelo bloqueio do crescimento dos países do Sul em nome do ambiente, ou o recurso incontrolável a fontes de energia muito poluidoras mas baratas, como o carvão.

A COMPRA DA PERMISSÃO DE POLUIR OU AS ECOTAXAÇÕES NÃO SÃO FERRAMENTAS POSSÍVEIS?

Devemos situá-las em relação à um contexto teórico fundamental, bem resumido neste slogan notável, que proclama que "o mundo não é uma mercadoria". A lógica profunda da economia dominante reside justamente em uma confiança cega nos mecanismos de mercado. O que há de específico na questão ambiental é que despejar o lixo ou esgotar os recursos naturais não custa nada para o operador privado. Há externalidade, como dizem os economistas, no sentido de que o custo recai sobre outros. A forma de enfrentar o problema nesta lógica passa a ser a seguinte: deve-se atribuir um preço àquilo que não tem, instaurar um mecanismo mercantil onde ele não existe. É a ecotaxação ou ainda o mercado de direitos de poluição, uma solução particularmente absurda, pois ela permitirá aos países ricos de comprar dos países mais pobres os direitos de poluir e fazer o contrário do que deveria ser feito, ou seja, dar os meios dos países pobres se desenvolverem sem poluir muito. A redistribuição deveria ir no sentido inverso. O fato deste tipo de proposta ser retomada pelos ecologistas coloca um problema enorme, que é a existência do paradigma ecológico.

APOSENTADORIAS E MIGRAÇÕES

O debate recente na Europa sobre os sistemas de aposentadorias reintroduziu a questão demográfica: a proporção entre trabalhadores aposentados e ativos tende a aumentar e a pesar sobre os sistemas de aposentadoria. Entre as variáveis de ajuste figura a imigração, que pode contrarrestar esta tendência. A Divisão de População da Organização das Nações Unidas efetuou há pouco tempo um exercício, que consistia em calcular quantos imigrantes teriam que ingressar nos países centrais para manter a proporção atual entre trabalhadores ativos e aposentados. Para a União Européia, obteve-se a cifra de um pouco mais de cem milhões de imigrantes, acumulados ao longo dos próximos trinta anos – o que é, evidentemente, um número

considerável, pois a população total da União é hoje de 280 milhões de pessoas. Este tipo de exercício tem ao menos a vantagem de desdramatizar o discurso sobre a imigração, que certos setores da direita e do patronato levantam sempre que possível. A verdadeira questão, todavia, será a de saber se a imigração vai servir para aprofundar ainda mais a fragmentação do mercado de trabalho. É um contexto de lutas sociais futuras e, de imediato, uma justificativa suplementar para a regularização total da situação dos trabalhadores estrangeiros. Trata-se, de fato, de um meio para reduzir a mão-de-obra clandestina, que pesa sobre as condições de trabalho do conjunto do proletariado dos países europeus.

Marianne Pinguet

DE QUE SE TRATA?

A questão é de saber se a questão ecológica muda ou não a maneira de colocar as questões sociais. Meu ponto de vista consiste em dizer: se estamos tratando somente de qualidade de vida, de mudanças cosméticas e de estética urbana, então a ecologia não existe enquanto tal. É uma aspiração entre outras, que não tem uma natureza diferente, por exemplo, da vontade de lutar por condições de trabalho decentes. Se a ecologia introduz uma dimensão suplementar, é na medida em que a própria possibilidade da vida na Terra está em questão. Penso que é o caso e que existe um paradigma ecológico, isto é, um tipo de problema a ser resolvido, ameaças a serem enfrentadas, que são de uma natureza e um alcance diferente das outras questões sociais, por exemplo, do urbanismo. Mas devemos ser coerentes: se esta especificidade da questão ecológica existe, então ela exige instrumentos diferentes daqueles criados por um pseudo-mercado. Uma ecotaxa não é um mal absoluto e mesmo os mercados de permissões de poluir podem ser legítimos em áreas muito específicas. Eles não funcionaram mal no caso dos clorofluorcarbonos (CFC), responsáveis pelo buraco na camada de ozônio, cujas emissões foram reduzidas em mais de 70%. Neste caso específico, a existência de substitutos rentáveis ajudou muito. Mas quando se trata de questões como o efeito estufa, parece-me hoje que não se pode ser um ecologista de forma coerente sem uma boa dose de anticapitalismo.

A QUESTÃO ENTÃO SÓ PODE SER RESOLVIDA PELO SOCIALISMO?

Não se trata de afirmar que a revolução socialista é uma condição preliminar indispensável a toda política ecológica. Mas de rejeitar ao apelo ao realismo governamental dos Partidos Verdes europeus, que consiste em propor mudanças marginais, e perfeitamente ineficazes, no capitalismo. Este hiperealismo faz com que um pequeno aumento no preço da gasolina pareça definir uma política alternativa, quando representa, na verdade, o seu abandono. Devemos, ao contrário, privilegiar tudo aquilo que representa um aumento de controle sobre o movimento do capital, como a edição de normas, de proibições e de sanções. É, inclusive, neste sentido que freqüentemente se movem os problemas concretos. No caso do afundamento do navio petrolífero "Érika", a resposta lógica é endurecer a regulamentação, não cobrar uma ecotaxa! Na questão do preço do petróleo, por exemplo, a elevação recente do seu preço questionou tudo aquilo que os Verdes tinham conseguido obter. Por que? Porque nenhuma política alternativa de transportes foi concretamente esboçada.

O anticapitalismo em questão aqui é modesto, porém, firme: o que deve ser atacado é a reivindicação de uma liberdade total do capital. Isso supõe a intervenção pública, subvenções a programas alternativos, em síntese, tudo aquilo que este capitalismo radical do final do século detesta. É também nesta condição que a luta ecológica pode contribuir para refundar um projeto socialista que não pode, evidentemente, existir independente das aspirações e mobilizações.

MICHEL HUSSON É ECONOMISTA E ACABA DE LANÇAR O LIVRO **SIX MILLIARDS SUR LA PLANÈTE: SOMMES-NOUS TROP?** (PARIS: ÉDITIONS TEXTUEL, 2000). ENTREVISTA REALIZADA POR MARIANNE PINGUET, PUBLICADA ORIGINALMENTE NO JORNAL **ROUGE** DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000.

SÉRVIA: A VITÓRIA DE KOSTUNICA

A batalha entre Milosevic e Kostunica na arena eleitoral acarretava muito mais que o simples enfrentamento entre o "democrata" e o "ditador" e, igualmente, que a oposição entre aquele que pretendia resistir à Otan e aquele que afirmava encarnar um nacionalismo sérvio "próprio". Seria excessivo dizer que a revolução sérvia começou na quinta-feira, 5 de outubro, mas é inegável que naquele dia se produziu uma mobilização de massa excepcional na Sérvia, carregada

zido à direção do Estado por uma mobilização popular e vai se confrontar com aqueles que lhe deram a vitória.

A greve dos mineiros de Kolumbara, que tanto pânico semeou no campo de Milosevic, não acabou naquela quinta-feira. Ela continua. Os mineiros exigem, além da partida de Milosevic, a mudança na direção da mina. Desde sexta-feira, dia seis, os estudantes de Belgrado reclamam que a lei universitária imposta por Milosevic seja revogada. Segunda-feira, eles manifestavam. Terça-feira,



SEBASTIAO SAIGADO

de conteúdo democrático e social. Porque as pessoas foram às ruas e massivamente participaram de uma marcha nacional a Belgrado? Fundamentalmente, porque eles tiveram o suficiente de sua vida cotidiana afetado pela catástrofe econômica, desemprego, salários não-pagos e remuneração baixa.

ASPIRAÇÕES SOCIAIS

As aspirações que se lançaram atrás do voto por Kostunica já tinham largamente ultrapassado o quadro de seu programa. Ele foi, em seguida, condu-

os trabalhadores de uma empresa de tratores e de motores reivindicavam a saída da direção imposta havia dois anos. Enfim, os grevistas da rádio e da televisão sérvia tomaram o controle do comitê editorial das cadeias.

Pela Constituição iugoslava, Milosevic seria presidente até junho de 2001... E depois do último nove de outubro, o governo da Sérvia, completamente dócil ao antigo poder, se demite. O parlamento sérvio combinou uma espécie de suicídio: retornar daqui até dezembro diante dos eleitores. Todos esses fatos indicam claramente que não se trata mais de uma ruptura normal entre dois

A CHEGADA DE KOSTUNICA AO GOVERNO DA IUGOSLÁVIA ENCERRA A ERA MILOSEVIC. A NOVA SITUAÇÃO É MARCADA POR UM MOVIMENTO DE MASSA NA CENA POLÍTICA. MAS O NACIONALISMO SÉRVIO PERMANECE A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO.

XAVIER ROUSSELIN

poderes mas de um acontecimento excepcional. Qual será seu conteúdo? Essa é a questão atual.

A preocupação nacional vai permanecer central. Kostunica declarou que a independência do Kosovo seria "impossível" e a de Montenegro não poderia ser "autorizada". Em Kosovo, todos aqueles que, entre os albaneses, tinham colocado suas esperanças em uma parceria estratégica com a Otan começam a se preocupar. A esperança de que a América proteja seus direitos à autodeterminação dos Albaneses vai se revelar ilusória. E Montenegro vai ter muito trabalho para fazer ouvir sua voz na torrente de sustentação que Kostunica recebe da União Européia.

QUESTÕES NACIONAIS

Djindjic, um dos líderes históricos de oposição à Milosevic, afirmou que sem uma parceria estratégica com os Estados Unidos, não há solução para os interesses nacionais da Sérvia. Além disso, ele indicou que a vontade do novo poder era de aplicar no plano econômico "a terapia de choque polonesa". As confrontações políticas vão, então, se organizar em torno de dois eixos: um eixo nacional e um eixo econômico.

O direito à autodeterminação dos kosovares e dos montenegrinos vai continuar a ser um dos focos de tensão da situação política. Agora que a "democracia" foi restabelecida, vê-se mal em nome de quê seria impossível que todos os habitantes de Kosovo, como de Montenegro, possam livremente se pronunciar sobre sua vontade ou não de ficar no seio da Federação Iugoslava. Os prisioneiros kosovares detidos na Sérvia (quase mil) devem ser imediatamente libertados.

A suspensão das sanções da União Européia vai desembocar numa terapia de choque na qual os mineiros serão as primeiras vítimas. O FMI não se cansará de o lembrar ao novo poder. Uma resistência se organizará? Os mineiros de Kolumbara serão confrontados com esta questão, assim como os de Tuzla, na Bósnia, e os de Trepca em Kosovo. Isso poderá desembocar em lutas comuns? Em 1998, uma conferência contra as privatizações já tinha permitido o encontro dos sindicatos de Kolumbara e de Tuzla.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL **ROUGE**. TRADUZIDO POR ALESSANDRA CEREGATTI.

A ALCA, ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS, PODE SER VISTA COMO UM MODELO PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO DE ACORDOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. TRATA-SE DE UM PROJETO ECONÔMICO PLANETÁRIO, DO QUAL A AMÉRICA LATINA É APENAS UM DOS ELEMENTOS.

JANETTE HABEL

Com o fim da guerra fria, a formação de um espaço econômico panamericano continental entrou na ordem do dia. A negociação para a construção de um mercado único, a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, iniciada em Miami, em 1994, por 34 países do continente, à exceção de Cuba, foi confirmada em Santiago do Chile, em 1998. Com um prazo previsto para 2005, a Alca iniciará, segundo Washington, uma nova era de cooperação, aproximando pela primeira vez as duas metades do continente em torno de um projeto comum. Parte dos dirigentes latino-americanos seguem esse mesmo ponto de vista.

Por mais surpreendente que possa parecer num continente que vem sofrendo os efeitos da agressividade comercial hegemônica dos Estados Unidos, essa atitude explica-se pelas dificuldades acumuladas no passado: fracasso do modelo anterior de desenvolvimento interno; crise da dívida no início da década de 80, que levou à adoção de uma política neoliberal (desregulamentação, privatizações, liberalização do comércio); baixo índice de integração das economias, dificultando uma estratégia comum de desenvolvimento político. O passivo enfraqueceu a credibilidade de um projeto de integração propriamente sul-americano. Garantir a longo prazo o acesso ao mercado norte-americano e incentivar os investimentos estrangeiros é um objetivo-chave para os pequenos países da região (de 34 Estados, 24 são considerados economias de tamanho reduzido).

NOVA DOUTRINA MONROE

De acordo com a secretária norte-americana do Comércio, Charlene Barchevsky, "as exportações (para a América Latina) triplicaram de 1990 a 1996. Em 1996, foram duas vezes mais que o comércio norte-americano com relação ao resto do mundo. Para os Estados Unidos, a América Latina é um comércio mais importante que a União Européia". Compreende-se que o objetivo norte-americano seja o de liberalizar ainda mais as economias continentais, cujos mercados ainda são muito protegidos. "Pode-se comparar a Alca à versão do século XXI da doutrina Monroe", afirmam Victor Bulmer-Tomas e Sheila Page. "O sucesso das negociações (...) reforçaria indiscutivelmente os laços econômicos e políticos entre os países da América Latina e os Estados Unidos,

ALCA: UMA INTEGRAÇÃO À



enfraquecendo os acordos comerciais com a União Européia" ("Trade Relations in the Americas: Mercosur, The Free Trade Area of the Americas and the European Union", in *The United States and Latin America: the new agenda*, Londres, Harvard University Press, 1999).

A secretária de Estado, Madeleine Albright, em sua viagem à Argentina em agosto passado, vem pregando abertamente uma rápida desregulamentação da área das telecomunicações, com o objetivo de pôr fim ao monopólio da empresa espanhola Telefonica e da franco-italiana Telecom, em proveito das grandes firmas norte-americanas.

Este projeto da área de livre comércio não é, aliás, estranho às preocupações de segurança de Washington. Desde o fim da guerra fria, em 1991, trata-se de controlar novas ameaças: tráfico de droga, lavagem de dinheiro, imigrações ilegais, guerrilhas, danos ao meio-ambiente... Os mecanismos de controle policial, a fiscalização nas fronteiras, e, de maneira geral, a segurança do continente – e, portanto, a do comércio e dos interesses norte-americanos – são parte importante do plano de ação adotado. A luta contra o narcotráfico constitui um excelente meio de pressão sobre os governos da região e permite ampliar a presença norte-americana. Um bom exemplo são os esforços de Madeleine Albright para envolver o maior número possível de países da região no Plano Colômbia – em princípio voltado contra o tráfico de drogas, mas de fato dirigido contra a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi revalorizado. Sua carta, reformada pelo Protocolo de Washington em 1992, prevê o "direito de ingerência" no interior das fronteiras nacionais em caso de crises políticas ou de interrupção do processo democrático.

É portanto em nome do estabelecimento de uma "boa governança regional", apregoada pelas instituições financeiras internacionais, que Washington propõe dismantlar no conjunto do hemisfério as barreiras comerciais. Na realidade, trata-se de concretizar um projeto econômico planetário, do qual a América Latina não passa de um dos elementos, a fim de fazer progredir uma agenda comercial mais adaptada às multinacionais. Com efeito, prevalecendo o ponto de vista norte-americano, "a Alca pode ser vista como um esforço pioneiro para modelar a próxima geração de acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC)" (Christian Deblock e Dorval Brunelle, "Le projet de zone de libre-échange des Amériques, un régionalisme en trois dimensions", in *Amérique latine 2000*, Paris, La Documentation française, julho de 2000).

Por outras palavras, trata-se de introduzir formas novas de regulamentação, utilizando diferentes alavancas. Enquanto certas áreas são objeto de acordo no contexto da OMC, outras, na América Latina, nem sequer são abordadas. É o caso dos mercados públicos cativos. Trata-se de um assunto delicado "que comporta toda uma concepção de Estado, de suas relações com o setor privado, e sua 'soberania', quase sempre garantida pelas constituições na América Latina, que previam um tratamento preferencial para as empresas nacionais" (Olivier Dabène, "Le Mercosur et la zone de libre-échange des Amériques: vers la convergence?", *Amérique latine 2000*).

É esse tratamento preferencial que as multinacionais norte-americanas querem abolir, ao exigirem o fim das "discriminações". O que é resumido por um especialista da seguinte maneira: "É uma apólice

AS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

Foi o presidente norte-americano George Bush (republicano) que propôs, em 1990, a criação de uma área de livre comércio das Américas: seria uma "estréia" de parcerias entre uma hiperpotência e países em vias de desenvolvimento. A iniciativa foi retomada, em 1992, por Bill Clinton (democrata). O projeto conta, portanto, com o apoio conjunto dos dois partidos no Congresso.

A Cúpula das Américas, realizada em Miami em 1994, reuniu pela primeira vez – desde a conferência de Punta del Este, em 1967 – todos os chefes de Estado ou de governo da região (à exceção de Fidel Castro). Foi lá que começaram a ser discutidas as modalidades de negociação prévias a um acordo. Após quatro anos de trabalho, a Segunda Cúpula das Américas deu início à negociação propriamente dita. Esta deveria, em princípio, concluir-se em 2005. Sua sede, em Miami até fevereiro de 2001, passará ser no Panamá, e depois no México. O

desejo declarado de Washington, porém, é o de que Miami seja a sede permanente da Alca e a "capital" das Américas.

Para conduzir as negociações a bom termo, foi criado um dispositivo complexo e bastante amplo. Uma Comissão de Negociações Comerciais (CNC) reuniu-se em junho de 1998, enquanto os nove grupos de negociação o fizeram em setembro do mesmo ano. Estes vêm fazendo um trabalho intenso sobre nove temas: o acesso aos mercados, os investimentos, os serviços, a minuta sobre mercados públicos, o acerto das divergências, a agricultura, os direitos de propriedade intelectual, as subvenções anti-dumping e direitos de compensação, e as políticas da concorrência. Uma comissão tripartite apóia o projeto; ela é composta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). As empresas privadas são representadas por país e por setor através do America's Business Forum (ABF). Os acordos devem obedecer aos critérios da OMC.

FORÇA

de seguros que permite trancar as tendências favoráveis à volta do protecionismo”.

Uma vez concretizado, esse gigantesco mercado hemisférico poderia fazer das Américas “um espaço econômico totalmente aberto à livre circulação de mercadorias e capitais, dando a esse espaço o contexto normativo de um novo modelo de integração” (Deblock e Brunelle, *op. cit.*). Desde que fique bem entendido que não se trata da livre circulação de pessoas.

ABERTURA GERA DESIGUALDADE

Making democracy work (Reforçar a democracia), *Making democracy prosperous: hemispheric economic integration* (Promover a prosperidade pela integração econômica), *Making democracy endure: sustainable development* (Promover a democracia através do desenvolvimento sustentável), tais são os títulos do Plano de Ação adotado em 1998. Uma parceria baseada numa economia estável, que por sua vez se baseia na competição e integração econômicas, conduz ao desenvolvimento sustentável, garantem seus adeptos. É verdade que “o livre comércio implica em obrigações desiguais, que pesam mais sobre os países em desenvolvimento que sobre os países industrializados”, reconhece Jeffrey Schott, assessor do Senado norte-americano, mas esta desigualdade é “compensada” pelo fato do país “se tornar mais atrativo para os investidores estrangeiros”. No entanto, a partir do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Alena, ou Nafta – North American Free Trade Agreement), a experiência do México vem mostrando que a abertura comercial para com um país de nível de desenvolvimento muito superior provoca uma desindustrialização, erradicação integral de áreas da agricultura tradicional e aumento das desigualdades sociais.

Considerando a importância estratégica do projeto, como explicar a lentidão para o implantar? A multiplicidade e a complexidade dos acordos comerciais regionais, sub-regionais ou de cooperação bilateral que se sobrepõem no continente – mais de 56 em 1997 – tornam particularmente difícil sua harmonização no âmbito da Alca. Fatores sociais e políticos freiam também o avanço do mercado único.

É o caso dos países reunidos na Comunidade Andina (CAN): na Colômbia, a violência de uma guerra civil; no Equador, a crise econômica continua gravíssima; na Venezuela, a tensão com os Estados Unidos aumentou a partir dos encontros do presidente Hugo Chávez com Saddam Hussein e Muammar Khadafi, e de seus esforços para a constituição de uma frente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Por fim, no Peru, após a eleição contestada de Alberto Fujimori, os acontecimentos se precipitam. A revelação – filmada – de tentativas de corrupção dirigidas a alguns deputados de oposição para que aderissem à maioria parlamentar do presidente, terminou por conduzir à sua renúncia – o que abriu um novo período de incertezas para o país. Além do mais, se é certo que os interesses econômicos vão se encaminhando progressivamente, os projetos geopolíticos di-

ferem. A cúpula da Comunidade Andina, que se reuniu em 9 de junho no Peru, com a presença dos presidentes boliviano, equatoriano, colombiano e venezuelano, decidiu formar um mercado comum regional e um “bloco nacionalista andino” para o ano de 2005, data prevista para o fim das negociações da Alca. A CAN está também engajada em negociações com o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, mais dois sócios, o Chile e a Bolívia). Finalmente, por ocasião da reunião dos presidentes sul-americanos, realizada em Brasília em 1º de setembro passado, esses mesmos países andinos concordaram em formar um bloco latino-americano em 2002.

ACÚMULO DE CONTRADIÇÕES

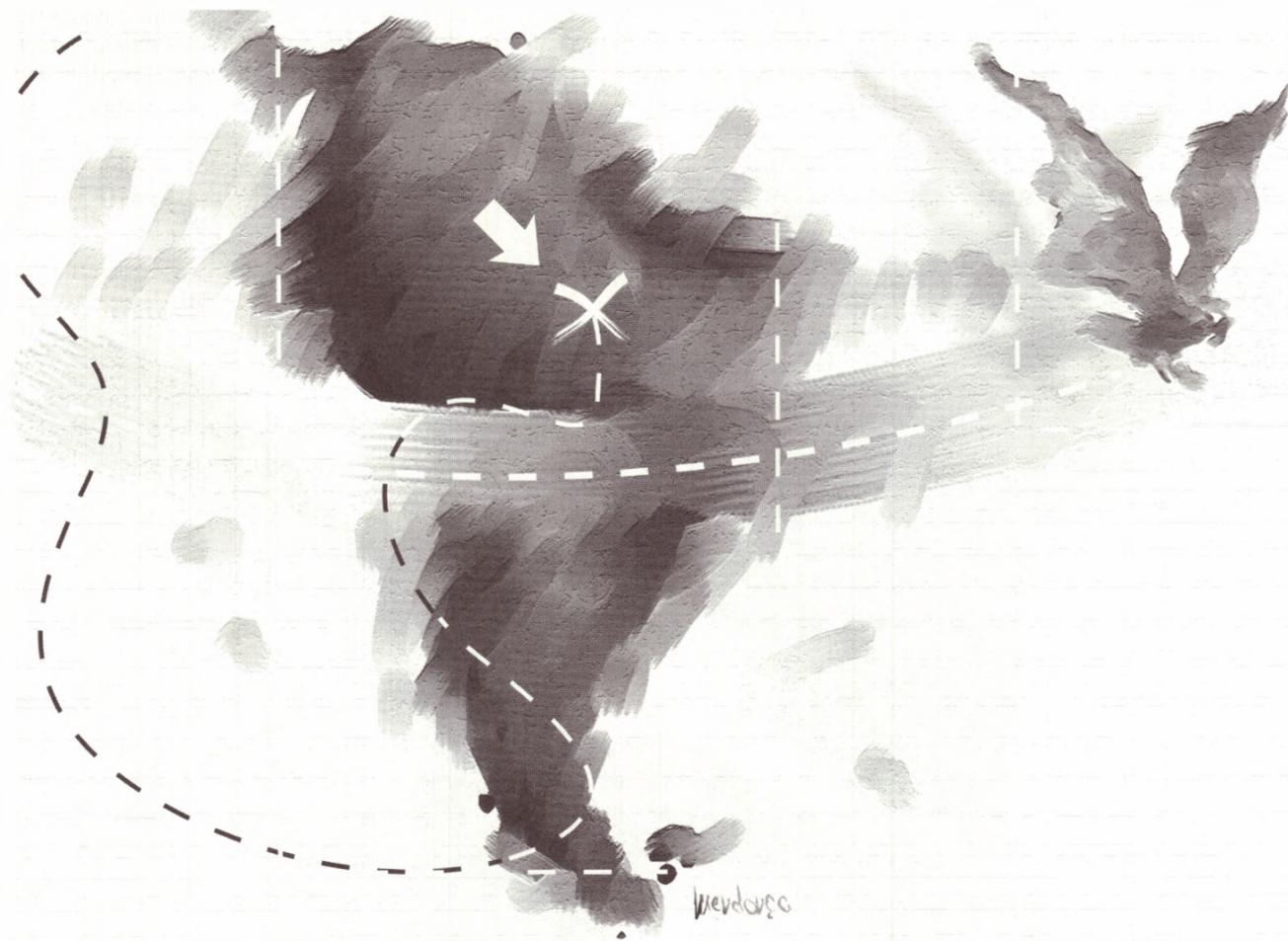
Na realidade, o Brasil pretende dirigir a integração econômica e negociar com os Estados Unidos, após ter consolidado um bloco sul-americano. Mas essa

fast track (procedimento de negociações rápidas), necessário à sua discussão e aprovação pelos parlamentares. As dúvidas e os medos criados pela crise mexicana após a adesão à Alena (Nafta) em 1994, e, em seguida, o veto dos republicanos em incluir nos acordos cláusulas sociais ou de proteção ao meio ambiente – exigidas pelos sindicatos norte-americanos (que temem um *dumping* social) e grupos de ecologistas – atrasaram as negociações.

Stop fast track, exige a AFL-CIO, central sindical norte-americana que denuncia a perda de 420 mil empregos após a criação da Alena (Nafta) e o arrocho salarial. Entre os sindicatos norte-americanos, a hostilidade ao projeto da Alca é bem forte. Mas não é isenta de ambigüidades: *Fast track to unsafe foods* (fast track = insegurança alimentar), *Fast track to more drugs in our schools* (fast track = mais drogas nas escolas), *Fast track to unsafe highway* (fast track = insegurança nas es-

eficaz tratar o Mercosul como parceiro estratégico que como um concorrente regional. É este último ponto de vista que parece ter triunfado. A despeito das dificuldades atuais e de seu atraso previsível, a integração está em marcha, quer ela se faça pela negociação de bloco a bloco, pelo desenvolvimento progressivo da Alena (Nafta) em outros países, ou mesmo pela extensão de acordos bilaterais.

Seja como for, o futuro presidente dos Estados Unidos deverá decidir sobre o caminho a seguir nas primeiras semanas após sua posse, uma vez que a III Reunião de Cúpula das Américas ocorrerá em Quebec, em abril de 2001. Os dois candidatos, George W. Bush e Albert Gore, declaram-se decididos a obter o *fast track* antes dessa data, mas o roteiro pode ser diferente, dependendo de uma maioria republicana ou democrata no Congresso. As declarações do assessor do candidato Bush, Robert Zoellick, são muito firmes. O presidente eleito deverá



ambição, vinda do país mais poderoso do subcontinente, preocupa seus parceiros menores – o Uruguai e o Paraguai – que reclamam da vontade hegemônica de Brasília (o PIB brasileiro representa 70% do conjunto dos países do Mercosul) e de uma parceira bilateral com Buenos Aires que os deixa fora do jogo.

A Argentina manifestou no passado seu interesse pela Alena (Nafta) defendendo, em várias ocasiões, a ideia da dolarização para afastar os riscos de instabilidade monetária. Ela goza, em Washington, do *status* de parceiro privilegiado dentro da Otan, em nome das “relações carnis” que mantém com os Estados Unidos, de acordo com a expressão do antigo ministro das Relações Exteriores de Menem, Guido di Tella, atualmente acusado por cumplicidade no tráfico de armas.

Além dessas dificuldades, resta superar as divergências de ponto de vista expressas internamente nos Estados Unidos. Ainda que a Alca seja uma iniciativa do presidente George Bush sustentada sem reservas por William Clinton, este não conseguiu com o Congresso o

tradas) proclama o sindicato dos caminhoneiros, como se as razões para a insegurança e o tráfico de drogas não fossem largamente compartilhadas.

Por seu lado, as organizações não-governamentais (ONG) norte-americanas ou grupos de defesa do meio ambiente denunciam “as empresas multinacionais norte-americanas e canadenses que vêem a América Latina como uma oportunidade de poder aproveitar-se dos baixos salários e de uma legislação menos restritiva no que se refere ao meio ambiente e à saúde” (Andy Olivastro, “Will free trade come cheap?”, 11 de maio de 2000, www.policy.com).

A III CÚPULA DAS AMÉRICAS

Finalmente, a negociação também foi freada devido à vontade norte-americana de negociar bilateralmente com os países latino-americanos. Mas o desenvolvimento das associações sub-regionais é uma oportunidade tão grande para as grandes firmas que certos especialistas norte-americanos consideram mais

retomar a iniciativa, concordar com a prioridade desse dossiê e enfrentar os sindicatos norte-americanos, se necessário.

Na realidade, após o fracasso da OMC em Seattle, a Alca aparece como uma ferramenta sobressalente, uma reserva estratégica que permite entrar pela janela o que não pôde entrar pela porta, ou seja, realizar em escala regional aquilo que não pôde ser feito em escala mundial. Nessa parceria regional desequilibrada, a fraca competitividade das economias latino-americanas se curva diante das práticas norte-americanas, implacáveis em matéria comercial: Washington ameaçou o México, seu parceiro da Alena (Nafta), de apelar à OMC para, segundo Charlene Barchevsky, obrigá-lo a abrir seu mercado de telecomunicações à concorrência, parar de proteger a companhia nacional Telefônos de México e “cessar de prejudicar os interesses norte-americanos”. Uma liberalização assimétrica ilustrada pelo fato de ser o PNB dos Estados Unidos 16 vezes maior que o do Brasil, 25 vezes maior que o do México e 30 vezes

 CONTINUA NA PÁGINA 12

maior que o da Argentina – sem falar das distâncias abissais entre os países mais pobres do continente.

A nova ordem que emerge baseia-se em dois princípios: “o princípio jurídico da igualdade de tratamento e o princípio econômico da livre concorrência”, constata Christian Deblock e Dorval Brunelle. Em termos mais prosaicos, trata-se de permitir à raposa penetrar livremente no galinheiro, para concorrer com as galinhas, igualmente “livres”. Quaisquer que sejam as desigualdades iniciais, os direitos privados do indivíduo antecedem os direitos sociais: é o consenso da “sociedade civil” (quase sempre restrita à presença dos meios financeiros nas negociações) que deve ser o fundamento da lei, e não o Estado, agora destituído de suas prerrogativas tradicionais. Mais facilmente ainda, pelo fato de este ter perdido sua legitimidade, fazendo com que o mundo do trabalho passe a suportar o peso do ajuste estrutural, tendo como pano de fundo a luta contra a corrupção das “elites”.

Seria possível contrapor, a uma integração tão desequilibrada, um projeto desenvolvimentista, ou será que os go-

vernos latino-americanos não têm mesmo escolha caso queiram ser competitivos no mercado global, como afirmam os economistas liberais?

ZONA FRANCA OU MERCOSUL AMPLIADO?

Para Emir Sader trata-se de escolher entre uma Alca que transforma a América Latina numa imensa zona franca ou um Mercosul, ampliado e aprofundado, com base num projeto de integração alternativo. A vontade de Hugo Chávez e de Fidel Castro, de reativar um projeto bolivariano, tenta encontrar uma resposta para a ausência de um projeto de integração política latino-americana. Mas tal exercício pressupõe a existência de uma burguesia latino-americana unida em torno de uma estratégia de desenvolvimento, decorrente de um projeto social, e decidida a enfrentar as multinacionais norte-americanas e europeias. Ora, “a vontade política de união não é suficientemente forte para superar os interesses econômicos presentes; daí, o risco de questionamentos, a cada perío-

do de crise econômica, por parte dos diversos parceiros”. É verdade que o Mercosul enfrenta tensões sérias, desde a desvalorização do real no Brasil, e as relações entre Brasília e Buenos Aires atravessam um momento difícil. Os dois países não têm uma política comum de desenvolvimento tecnológico e não existe uma consciência regional suficientemente mobilizada para fazer face às estratégias globais das multinacionais.

Um outro projeto de integração só poderá ser bem sucedido se gozar de legitimidade social. Esta só é possível com base em um programa de justiça social e de transformações econômicas radicais, num continente que tem o triste privilégio de conhecer as maiores desigualdades do mundo. A distância entre ricos e pobres aumentou ainda mais a partir de 1990. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 150 milhões de pessoas vivem com apenas dois dólares por dia.

Análise das políticas adotadas pelos atuais governos permite duvidar que esta seja a orientação escolhida. Para enfrentar a concorrência dos produtos bra-

sileiros, após a desvalorização, e com pensar a falta de competitividade da Argentina, o governo de De la Rúa decidiu abaixar os custos de produção, adotando medidas que visam a uma maior flexibilidade do trabalho. Outras reformas são anunciadas, principalmente a desregulamentação do sistema de previdência social – e isso, num país em que 40% da população ativa tem empregos “informais”, sem nenhuma cobertura social e sem direito a aposentadoria. No Brasil, a abertura econômica levou à precarização do emprego; as indústrias demitiram e o mercado “informal” explodiu.

Nessas condições que valor têm as preocupações sociais anunciadas pelos governantes? A Carta Social de Buenos Aires, aprovada em junho de 2000, não prevê nenhuma medida para reforçar a proteção dos trabalhadores. No entanto, como constata a Organização Internacional do Trabalho (OIT), não só a internacionalização da produção reduziu as possibilidades de negociações coletivas como se multiplicam as violações do direito do trabalho.

Se os povos latino-americanos, já pauperizados, tivessem outras opções além de escolher com que molho neo-liberal desejariam ser comidos – se norte-americano ou latino-americano –, é bem possível que rejeitassem ambos. Na ausência de soluções alternativas, face ao crescimento da insegurança e da miséria, abandonadas ao narcotráfico e à corrupção, as sociedades poderiam soçobrar no caos, antecipado pela desintegração territorial e o deslocamento social que já atingem certas regiões.

Nesse sentido, longe de erradicar o narcotráfico, o Plano Colômbia corre o risco de provocar o êxodo das populações radicadas no Sul do país. Atualmente, já existe grande mobilização militar brasileira junto à fronteira colombiana para evitar que o conflito se possa alastrar. Aprovando (com reticências) o plano norte-americano, peça estratégica de Washington para a manutenção de sua hegemonia, talvez certos dirigentes latino-americanos tenham posto o dedo numa engrenagem perigosa.



JANETTE HABEL É PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DE MARNE-LA-VALLÉE E NO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE EM AIX-EM-PROVENCE. ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO **LE MONDE DIPLOMATIQUE** Nº 9, OUTUBRO DE 2000. TRADUÇÃO DE NENA MELLO.



MERCOSUL: INTERESSES DIVERGENTES

Em julho de 2000, o Brasil suspendeu o acordo que tinha assinado com a Argentina sobre o setor automobilístico. Ao fazê-lo, Brasília protestava contra o decreto do presidente Fernando De la Rúa destinado a proteger as empresas fabricantes de autopeças argentinas para veículos produzidos naquele país. Desde sua vitória eleitoral, em dezembro de 1999, importantes representantes da indústria argentina vêm exigindo dele mais firmeza nas negociações com o Brasil, assim como na cobrança de impostos das empresas públicas privatizadas e compradas por multinacionais. O vice-presidente da União das Indústrias da Argentina reivindica “uma mudança profunda da política econômica”.

Esta é a primeira vez em muitos anos que o empresariado local e as pequenas e médias empresas entram em conflito com bancos e exportadores, reivindicando uma maior intervenção do Estado na economia. O conflito que opõe o setor financeiro, as empresas privatizadas adquiridas pelo capi-

tal estrangeiro e os grandes latifundiários, por um lado, e os industriais e as pequenas e médias empresas comerciais, por outro, vem se acirrando. O governo argentino diz pretender “reativar o Mercosul, mas defendendo com firmeza a indústria e a produção nacionais”. Na verdade, o ministro da Economia, José Luís Machinea, e o secretário de Estado das Finanças, ambos estreitamente vinculados ao capital financeiro norte-americano, querem preservar o sistema de conversibilidade peso-dólar. A chegada, prevista para breve, de grandes empresas norte-americanas – entre as quais, a AT&T, que domina o mercado de telefonia fixa – foi preparada por ocasião da viagem do presidente De La Rúa a Washington, em junho de 2000.

O Brasil, por seu lado, age em função de seus interesses. Embora o Mercosul seja apresentado por FHC como “uma segunda nacionalidade”, é significativo que, quando da desvalorização do real, em 1999, nenhum de seus parceiros foi consultado, quando se

tomou o ponto crucial da atual crise. O Mercosul permite a Brasília negociar com os Estados Unidos numa posição de força e ganhar tempo. Na realidade, o Brasil corre sérios riscos, ao se alinhar intempetivamente com a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Alguns setores empresariais avaliam que se trata de uma abertura excessiva. “A Alca significaria uma maior liberalização. Ora, a liberalização, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na sub-região, afetou os interesses das empresas do Mercosul.” O economista brasileiro Roberto Macedo, ex-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Elétricos (Eletros), também aconselha cautela contra qualquer tipo de precipitação, considerando a competitividade norte-americana, bastante superior não apenas na indústria, mas também na agricultura. “A nossa indústria seria varrida pela indústria norte-americana”, prevê Macedo, citando os setores automobilístico, eletrônico e a agro-indústria.

O presidente uruguaio Jorge Batlle tem outra opinião. Para ele, uma aproximação com o Acordo de Livre Comércio da Amé-

rica do Norte constitui a única solução, uma vez que os esforços para negociar um acordo comercial com a Europa foram em vão.

O problema monetário também está no centro do debate. Dolarização ou moeda comum? E, nesse caso, qual? A dolarização liquidaria o Mercosul e deixaria campo livre à Alca. O governo brasileiro opõe-se, embora até recentemente não tomado qualquer iniciativa. Amplia-se o debate e os empresários e as “elites” latino-americanos mostram-se divididos. No Equador, a dolarização vai a todo o vapor; e o sucre (moeda nacional) desapareceu no dia 9 de setembro. Prevendo-se, com a medida, convulsões sociais.

Os doze representantes de governos sul-americanos que se reuniram no dia 1º de setembro em Brasília discutiram o futuro do Mercosul e o problema da moeda. Será que a adesão do Chile, que se dará em dezembro, assim como as declarações do presidente Ricardo Lagos – que se referiu à “aliança estratégica” do Cone Sul como ABC (Argentina, Brasil e Chile) – permitiriam uma aproximação das posições? E como a que tipo de desenvolvimento?

PRAGA: A RESISTÊNCIA SE AMPLIA



OS OPOSITORES DA MUNDIALIZAÇÃO NEOLIBERAL REALIZARAM UM PROTESTO MARCANTE, EM 26 DE SETEMBRO, NA CIDADE DE PRAGA, DURANTE A ASSEMBLÉIA GERAL DO FMI E DO BANCO MUNDIAL.

FRANÇOIS DUVAL

dias, de verdadeiro quartel-general da contestação. Foi lá que foram dados os últimos retoques às diversas iniciativas e que se encontraram e se confrontaram as diferentes redes que estão ao centro da mobilização. Todas as mídias destacaram igualmente a importância das delegações vindas do estrangeiro: quinhentos participantes da Grécia e da Suécia e mais de mil manifestantes da Espanha, onde ao mesmo tempo uma manifestação em Madri reunia quatro mil participantes. Ao nível dos movimentos políticos, destacam-se principalmente a presença do *Socialist Workers Party* da Grã-Bretanha, dos verdes e dos diferentes partidos comunistas da Europa. A diferença de Seattle ou Washington, o principal ponto de fraqueza era a falta de participação dos sindicalistas. Isso se explica, sem dúvida, pelo pouco investimento do movimento sindical dos países fronteiriços, particularmente a Alemanha, na luta contra a mundialização e pela extrema fraqueza do movimento sindical tcheco.

OS PRÓXIMOS ENCONTROS

No lançamento do contra-encontro, várias organizações — entre as quais a Iniciativa Contra a Globalização Econômica (Inpeg, que coordenou as ações em Praga), a *Focus on the Global South*, a rede “50 anos, basta!”, os Euromercados contra o desemprego, o Jubileu 2000, Attac França etc. — adotaram uma declaração que fixa as perspectivas futuras. “Enquanto esse modelo continuar a ser imposto pelos ricos e os poderosos, organizações como as nossas continuarão a protestar e a fazer tudo aquilo que está em seu poder para desmascarar as falhas patentes do sistema. Por todos os lugares onde aqueles que se apoderaram do poder de tomar as decisões pela economia global se reunirem, nós estaremos para testemunhar, desmascarar e protestar”. Está desde já inscrito no programa de manifestação a reunião de Nice no dia 6 de dezembro, por ocasião da conferência intergovernamental da União Europeia. E voltaremos a nos encontrar no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001. Essas datas não podem ser esquecidas por todos aqueles que queiram construir uma alternativa a mundialização capitalista.

Com a realização em Praga da assembleia geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, as autoridades tchecas multiplicaram as manobras destinadas a dissuadir a participação nos protestos criando uma verdadeira psicose sobre os riscos de enfrentamento com medidas como o fechamento das escolas, o envio de crianças em férias para longe da capital, a repressão de delegações nas fronteiras e, sobretudo, um dispositivo policial massivo. Tantas medidas se mostraram incapazes de impedir o sucesso do contra-encontro e das manifestações dos opositores à globalização capitalista. O engajamento à ideia de que cada reunião das instituições internacionais seja colocada sob vigilância “cidadã” foi mantido pelas diferentes associações, ONGs e organizações que compõem o movimento de resistência à globalização. A reunião de vinte mil banqueiros e burocratas internacionais teve como contrapartida uma reunião de vinte mil manifestantes. E se o bloqueio da Assembleia Geral do FMI e do Banco Mundial não foi assim tão espetacular quanto aquele da OMC em Seattle, foi importante o sufici-

ente para que os trabalhos fossem rapidamente encerrados e a reunião acabasse um dia antes do programado.

O FMI NO BANCO DO RÉU

Esse, aliás, é um dos primeiros efeitos das manifestações e contra-encontros repetidos: o FMI e o Banco Mundial passam hoje por uma verdadeira crise de perspectivas e de orientação que se traduz principalmente na partida precipitada de vários responsáveis por essas instituições e um esforço sem precedente de “comunicação”, visando neutralizar as críticas. Na falta de verdadeiras mudanças na política conduzida, assiste-se a uma mudança de vocabulário: os “planos de ajuste estrutural” passam a ser, aos olhos da opinião pública internacional, sinônimos de regressão social e enquadramento das economias menos desenvolvidas. Evoca-se agora então, com prudência, “as políticas de desenvolvimento e de luta contra a pobreza, colocadas em andamento em acordo com as populações”!

Do mesmo modo, o FMI e o Banco Mundial não são somente o objeto das críticas dos movimentos cidadãos pela

sua falta de transparência e os efeitos sociais desastrosos de suas políticas. Eles são igualmente desestabilizados pelas correntes mais liberais, principalmente nos Estados Unidos, que querem reduzir suas funções e limita-las à medidas de curto prazo, destinadas a evitar as crises. Essa crise de legitimidade é ainda mais grave que o fato de as promessas, feitas há vários anos, sobre a anulação da dívida dos países “mais pobres” não terem sido cumpridas. Quanto à ajuda ao desenvolvimento, Willy Kiekens, administrador do FMI, é obrigado a confessar que “essa diminuiu, no momento em que o crescimento econômico se instalou em numerosos países. Os países desenvolvidos tinham se comprometido a lhe consagrar 0,7% de seu PIB. Atualmente, essa taxa está em 0,24%. Resta, então, efetivamente um caminho a percorrer”. É dizer muito pouco...

A reunião de Praga confirmou que estamos agora na presença de um movimento mundial de resistência que, para além das diferenças regionais e nacionais, não para de crescer e de reunir novas camadas da sociedade, como os camponeses, a juventude, os setores do movimento sindical, as ONGs etc. Para além das diversas instituições visadas, o que é regularmente colocado em questão é a “*corporate globalization*”, a mundialização em benefício das grandes empresas.

UM MOVIMENTO POR SER CONSTRUÍDO

Em Praga, os aspectos mais surpreendentes foram a juventude dos participantes e a retomada espontânea das técnicas de manifestação colocadas em prática no ano passado em Seattle. É assim que, em um bairro do Norte da cidade, o “*Convergence Center*” serviu, durante vários

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 45,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

A MARCHA MUNDIAL FOI UMA EXPERIÊNCIA MARCANTE PARA A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES E PARA SUA VINCULAÇÃO À LUTA CONTRA O CAPITALISMO.

MIRIAM NOBRE



A Marcha Mundial das Mulheres 2000 foi uma campanha que mobilizou mulheres de 186 países e territórios do mundo entre oito de março a 17 de outubro. Foram recolhidas mais de cinco milhões de assinaturas de apoio às reivindicações da Marcha que foram entregues na sede das Nações Unidas. Os resultados que alcançamos neste período e os desafios que permanecem apontam para a continuidade desta articulação internacional do movimento de mulheres.

BASTA DE NEOLIBERALISMO E MACHISMO

A Marcha teve como eixos o combate à pobreza e a violência sexista. A discussão das causas e manifestações mais imediatas destas questões deu visibilidade à necessária articulação entre a luta contra o capitalismo e a luta contra a opressão das mulheres.

Mulheres de todo o mundo se debruçaram sobre aspectos atuais da ordem capitalista neoliberal, como dívida externa, comércio internacional, financeirização da economia. Foram debates, oficinas, aulas públicas, cartilhas, programas de rádio que procuraram popularizar entre as mulheres estes temas, os quais se expressaram na plataforma de reivindicações, nas instituições interpelladas (FMI, Banco Mundial, órgãos responsáveis pela política econômica nos países), nos locais das manifestações de protesto (Bolsas de Valores, bancos e empresas transnacionais, escritórios do FMI e do Banco Mundial). Desta forma, a Marcha evidenciou as organizações de mulheres como sujeitas nas lutas anti-globalização neoliberal na trajetória de Seattle, Washington e Praga.

As mulheres se sentiram mais fortalecidas para interferir e propor ações nas lutas contra o capitalismo neoliberal e sua expressão em cada país. Ao mesmo tempo, os movimentos mistos incorporaram bandeiras do movimento de mulheres, em particular no campo da violência sexista. Na Marcha das Margaridas, as trabalhadoras rurais não só denunciaram a impunidade no assassinato de Margarida Alves, mas também vários casos de violência doméstica e sexual, e nas áreas de pobreza extrema, a venda de meninas para a prostituição. Em São Paulo, os movimentos de moradia discutiram a violência sexista e começam a debater se suas estruturas de apoio jurídico não deveriam tratar dos casos de violência doméstica, rearranjos familiares e suas implicações na posse da casa.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES 2000



MULHERES EM AÇÃO, OCUPANDO AS RUAS

A unidade internacional da Marcha se deu em torno da ação. Envolveram-se mulheres dispostas a expressar de forma coletiva seu descontentamento e a certeza de que o mundo pode ser diferente.

A Marcha nos lembrou que o movimento de mulheres tem uma grande capacidade de mobilização. Foram grandes manifestações: 50 mil mulheres em Bruxelas no ato regional da Europa, 50 mil em Ottawa, 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília, 10 mil mulheres dos quatro cantos do mundo na passeata de 17 de outubro em Nova York. Foram milhares de atividades em todo o mundo. Aqui no Brasil ocorreram 30 atos de caráter regional. Em São Paulo mais de 5 mil mulheres participaram da passeata que se organizou em três alas: pobreza, violência e irreverência.

Outras formas de ação foram incorporadas ao repertório feminista. Longas marchas como a que aconteceu em Quebec em 1995 se repetiram na África e na Europa. Aqui no Brasil, as mulheres trancaram rodovias federais no Acre e em Barreiras na Bahia. Foram inaugurados monumentos com símbolos da Marcha em praça pública de Porto Alegre e de Mossoró. Novos locais relacionados ao conteúdo das reivindicações, como a Bolsa de Valores e o Banco Central, entraram para o trajeto das manifestações de mulheres.

A Marcha se desenvolveu em ações locais, regionais, nacionais e internacionais. Foram criados espaços de articulação e muitos já existentes foram dinamizados, ampliados. As mulheres mobilizadas deram respostas rápidas em situações concretas. Em Piracicaba, o comitê da Marcha respondeu à ocorrência de um estupro, exigindo iluminação nas vias públicas, o que foi atendido pela prefeitura. Em São Paulo, o movimento de mulheres continua atuando no caso Sandra Gomide e aproveitamos para

ampliar o debate sobre a lei 9.099, que desarmou a intervenção policial na punição e prevenção dos crimes de violência doméstica. A intervenção do movimento de mulheres em casos concretos de violência sexista também ocorreu em Belo Horizonte, Maceió e Aracaju.

Nestes e em tantos outros momentos, novas lideranças emergiram preparando e coordenando ações de grande vulto, dialogando com a imprensa, com lideranças de movimentos mistos. Além de ampliar a interlocução do movimento de mulheres com a sociedade e os movimentos sociais a Marcha permitiu ao movimento envolver mulheres de diferentes setores. Militantes do movimento popular, de pastorais sociais e grupos religiosos participaram, debatendo as propostas e recolhendo assinaturas no abaixo-assinado.

A MARCHA NÃO ACABOU

Os laços entre as mulheres urbanas e rurais se fortaleceu em especial na preparação da Marcha das Margaridas. As garotas que se identificam como *riot girls*, que tocam em bandas de rock e produzem fanzines, bem como jovens do movimento estudantil se juntaram à Marcha, participando com peso nas manifestações de 17 de outubro.

Um primeiro balanço da Marcha foi realizado na reunião da delegação internacional em Nova York, no dia 18 de

outubro. Naquele momento com a presença de mulheres de cem países decidimos manter nossa articulação, realizar ações conjuntas e estreitar os laços com os movimentos internacionais contra a globalização neoliberal. Um primeiro momento para isso será o Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre entre 25 e 30 de janeiro de 2001. Durante o Fórum, uma companheira do movimento de mulheres do Quebec comentará a experiência da Marcha em um dos painéis que discute o fortalecimento das ações da sociedade civil. Além disso, estamos organizando uma mesa de intercâmbio e debate entre as mulheres presentes que participaram da Marcha em seus países.

Reuniões de avaliação estão previstas nos países, em regiões continentais e uma reunião mundial até o final de 2001.

A marca do movimento de mulheres realizando grandes ações de rua permanece e deve ser recolocada no oito de março. Estaremos abrindo a agenda das mobilizações dos movimentos sociais brasileiros, reafirmando nossas cores lilás e vermelha, símbolo das nossas lutas contra o capitalismo neoliberal, o machismo e a opressão das mulheres.

MIRIAM NOBRE É TÉCNICA DA SOF, INTEGRANTE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO BRASIL E DO COMITÊ DE ENLACE INTERNACIONAL DA MARCHA.

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

O RENASCIMENTO DO PROGRESSISMO NORTE-AMERICANO

A renovação contestadora emergiu graças à convergência de grupos que, até então, estavam desunidos frente a um movimento sindical corrompido, corporativo e muito ligado ao Partido Democrata, e à uma esquerda política atolada em um radicalismo de *campus* universitário, opondo as novas lutas progressistas (feminismo, ecologia...) e a defesa de minorias étnicas e sexuais às reivindicações sociais clássicas – associadas à caricatura do trabalhador branco, nacionalista e homófobo.

Tudo começou, ou quase, com as mobilizações contra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Alena ou Nafta), em 1995, quando, pela primeira vez após décadas, se concretizava a aliança entre os sindicatos operários (AFL-CIO) e o movimento ecologista, ancorado nas classes médias e muito popular entre os estudantes. Eles foram reunidos pelas organizações de defesa dos direitos humanos (que, depois do esfacelamento da União Soviética, não hesitam mais em agir no terreno dos direitos econômicos), para formar a nova aliança que, em 1998, teve como alvo o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Depois, eles reuniram-se em Seattle em novembro de 1999 (40 mil sindicalistas e 10 mil ecologistas), Washington em abril de 2000 (10 mil jovens) e nos protestos durante as convenções republicana (Filadélfia) e democrata (Los Angeles). No total, mais de 100 mil pessoas participaram das manifestações.

Uma grande novidade, o movimento é ocasião da constituição de um verdadeiro movimento cultural: realizações artísticas elevadas em cores, nova música inspirada pelo hip-hop e pelo rap, marionetes gigantes, teatro de rua, dança, atmosfera de festa, slogans trabalhados... Os recursos às ações diretas (interposições, bloqueios de rua, militantes se acorrentando em certas instalações etc.) contribui também para seduzir bastante os jovens.

As mobilizações se desenvolvem graças a dois tipos de organizações. De um lado, os movimentos políticos, jovens e frequentemente de estudantes, como o *Direct Action Network* (DAN, Rede de Ação Direta) ou o *United Students Against Sweatshops* (que luta contra a super-exploração neoescravidão dos imigrantes clandestinos). De outro, as organizações não-governamentais, cujos membros são frequentemente mais velhos e nas quais a reflexão mais avançada lhes dá um papel de caixa de ressonância de idéias progressistas (*Global Exchange, International Forum on Globalization, Global Trade Watch*...)

CONQUISTAS E LIMITES

Em razão do sucesso que tiveram, as mobilizações recentes trazem várias observações. Inicialmente, pode-se constatar a influência crescente dos anarquistas, reunidos em torno do *Black Block* (mesmo se certos membros da DAN se definem como anarquistas). Pode-se explicar esse impulso pelo fato de o anar-



quismo, sobretudo nas suas formas mais vagas, permitir reconciliar facilmente a vontade radical de mudar o mundo com o individualismo americano tradicional.

Em seguida, a questão da unidade rapidamente foi levantada. Por ocasião das mobilizações de Washington, quando o principal objetivo do movimento sindical era de se opor à obtenção pela China, onde os direitos de greve não existem mais, da cláusula de nação mais favorecida, a coalizão mais ampla contra a mundialização liberal está concentrada no objetivo de impedir a reunião do FMI e do Banco Mundial. Essa divergência entre os dois pólos de aliança acentuou-se em Los Angeles, onde quase todos os sindicalistas se encontravam ao interior da convenção democrata. Parecia então urgente prevenir essas divisões

estabelecendo as bases de um projeto político comum.

Coloca-se, enfim, a questão da ampliação do movimento às minorias étnicas, principalmente afro-americanas, em um país onde a opressão em bases raciais se impõe. Certamente Seattle acolheu numerosos líderes afro-americanos e asiáticos. Mas a nova coalizão, dali em diante designada pela expressão "teamsters and turtles" (motoristas de caminhão e defensores de tartarugas), e que reúne estudantes brancos da classe média e sindicalistas brancos da classe operária qualificada, pena para crescer no sub-proletariado negro e latino. E isso por uma razão simples: para o jovem negro do gueto, o inimigo principal, pelo menos para ele, não é a distante Organização Mundial de Comércio ou a abstra-

UM MOVIMENTO CONTESTADOR, O MAIS IMPORTANTE NOS EUA DESDE A GUERRA DO VIETNÃ, RENASCE GRACIAS À LUTA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA, ROMPENDO COM A MONOTONIA DE UMA VIDA POLÍTICA DOMINADA PELOS GRANDES INTERESSES FINANCEIROS.

SÉBASTIEN CHAUVIN
E DAN LABOTZ

ta globalização, mas o policial racista ou o proprietário branco pronto a expulsá-lo. E depois, quem pode pagar o bilhete de avião até Seattle, depois Washington, sem falar de Praga?

QUE EXPRESSÃO POLÍTICA?

Quando as mobilizações começaram a fazer sucesso, os comentaristas conservadores ridicularizaram o movimento dizendo que seus participantes não sabem aquilo que querem e não propõem nada positivo. E é verdade que há, nesse plano, muita névoa e divisão. Apesar disso, o movimento encontrou uma tradução política inesperada em Ralph Nader, candidato à presidência dos Estados Unidos pelo pequeno *Green Party* (Partido Verde), cuja campanha teve um sucesso inesperado.

A meio caminho entre a ecologia, os movimentos cidadãos e os grupos de defesa dos consumidores, Nader, equivalente político do Attac desse lado do Atlântico, representa, apesar de seus defeitos, a única voz norte-americana realmente progressista. Mas o relativo sucesso de sua campanha foi necessariamente limitado por um sistema eleitoral injusto (escrutínio majoritário indireto em um turno), que alimentou a chantagem segundo a qual o voto em Nader poderia resultar na vitória do republicano George Bush.

De qualquer maneira, as mobilizações destes últimos anos representam o primeiro movimento em direção à esquerda de uma parte da população americana depois de muitas décadas. Para além de sua unificação e de seu alargamento, o próximo desafio consiste em fornecer a esse movimento os meios de se consolidar, através da construção de estruturas locais e nacionais que o farão ainda mais diferente.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL **ROUGE** DE 19/10/2000. TRADUZIDO POR ALESSANDRA CEREGATTI.

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A INDÚSTRIA CULTURAL MUNDIALIZADA PROMOVE A MERCANTILIZAÇÃO DO EGO E DO INCONSCIENTE. MAS A PRODUÇÃO E A COMPREENSÃO DE CADA ARTEFATO CULTURAL CONTINUAM, EM BOA MEDIDA, LIGADOS A FATORES LOCAIS E NACIONAIS.

FRANCISCO LOUÇÃ

A CULTURA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA



A produção de obras de arte é caracterizada por uma lógica e uma temporalidade próprias. Ela frequentemente antecipa o futuro e contribui para a elaboração de mundos alternativos. Entretanto, as criadoras e criadores são ativos nas sociedades concretas e seu horizonte é largamente definido pelas potencialidades de sua época. No mesmo sentido, a criação de uma cultura específica, no sentido geral de uma coerência de formas comunicacionais (quer seja no domínio da moda, da alimentação, da literatura, da arquitetura ou ainda da música) – como, por exemplo, a evolução das linguagens ou de outros artefatos sociais – são em grande parte circunscritos pela sua época. O nível tecnológico, as estruturas sociais e os processos históricos de formação do saber definem o quadro no qual uma obra de arte e, de modo geral, as culturas sociais globais evoluem.

Existem, assim, fluxos próprios à produção cultural e podemos compreendê-los melhor se tomarmos em conta o quadro mais amplo. Esse esquema explicativo é crucial para compreender as formas comunicacionais organizadas que prevalecem em nossas sociedades modernas marcadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

CAPITALISMO E CULTURA

Em duas palavras: as mudanças maiores que afetam a economia são ligadas estritamente às transformações profundas da estrutura social, às formas que tomam o trabalho e os poderes, assim como aos modos comunicacionais dominantes. Os fluxos que caracterizam a produção cultural não podem ser compreendidos se abstraímos esses fatores.

O quadro abaixo desenvolve em parte essa argumentação. Cada época está definida ali pela revolução industrial, verdadeira *maelström* que transformou as relações sociais e forjou cada uma das experiências específicas da modernidade. Enquanto a revolução industrial original dava o tom do processo de modernização – desde seu início, após o Iluminismo do século XVIII –, o modernismo constitui a linguagem emergente da luta contra a dominação do mercado. Não se tratava mais de uma luta contra a tecnologia ou as máquinas – que por outro lado eram reverenciadas pelos futuristas e outros modernistas – mas de uma oposição às relações impessoais forjadas pelo merca-

do e a reificação geral produzida pelo capitalismo. O triunfo do mercado contra essa oposição radical é aperfeiçoado pela sua extensão no que era antes o mundo parcialmente autônomo da produção artística: esse período é comumente chamado de *pós-modernismo*. Como explica Frederic Jameson, “o modernismo [era] a experiência e o resultado de uma modernização incompleta, [enquanto o] pós-modernismo começa a fazer sua aparição quando o processo de modernização não tem mais que se desembaraçar de traços arcaicos, quando não há mais obstáculos diante dele e sua própria lógica autônoma reina triunfal” (*Postmodernism or The Cultural Logic of Late Capitalism*, London, Verso, 1991, p. 366).

Isso dito, o pós-modernismo – à imagem do modernismo – não é hoje nem culturalmente dominante, nem hegemônico. Esses dois conceitos podem ser considerados como traços emergentes da produção cultural, representativos dos conflitos que se desenvolvem ao nível sistêmico. Mas o modernismo e o pós-modernismo formam tendências estreitamente associadas às rupturas e outras fraturas históricas de sua respectiva época. Eles foram testemunhas de verdadeiros estremecimentos de terra. Esses terremotos sociais eram, por outro lado, cla-

ramente ressentidos pelos seus contemporâneos: a obra dramática e várias vezes citada de Paul Klee, *Angelus Novus*, é uma representação das transformações impostas pela segunda revolução industrial e uma fonte de inspiração para as reminiscências de Walter Benjamin: “É um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as atira à seus pés. Ele gostaria de deter-se para ressuscitar os mortos e reconstruir aquilo que foi destruído. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente em direção ao futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (*Sobre o conceito de história*).

Essa onda de progresso invadiu a vida cotidiana e transformou os modos de produção, de distribuição e de comunicação no final do século XIX. A cultura do novo século fazia parte integrante

dessa catástrofe. “É necessário ser absolutamente moderno”, dizia Rimbaud. Agora, a nova revolução industrial e tecnológica em curso impôs uma nova versão desse ditado: “nós não podemos ser outra coisa senão pós-modernos”.

MODOS DE COMUNICAÇÃO

Mas os desajustes e os atrasos são consideráveis entre os acontecimentos e as tendências de fundo. Além disso, uma margem de autonomia subsiste entre as diferentes transformações tecnológicas, o que permite a emergência de novos métodos de difusão e novas experiências originárias do processo de modernização e de seus equivalentes no plano da cultura. Entretanto, é a criação de novos meios de produção que ritma a transformação de conjunto.

Manuel Castells lembra que a criação da “galáxia Gutenberg” no século XV é um exemplo indiscutível desse tipo de evolução: esse salto para frente permitiu o desenvolvimento “de um sistema essencialmente dominado por um espírito tipográfico e a ordem alfabética fonética” (*The Information Age: Economy, Society and Culture*, vol. I, *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell, 1996, p. 331). Como o alfabeto era a “tecnologia conceitual” do-

QUADRO 1:
A PRODUÇÃO DA CULTURA NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

	PERÍODO	REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	TENDÊNCIAS CULTURAIS	MODOS DE COMUNICAÇÃO	CENTROS DE PRODUÇÃO CULTURAL	
	1848-1890	Segunda onda longa	Produção industrial de motores a vapor	Realismo	Conversação	Londres
	anos 1890	Período de transição				Paris
	1890-1940	Terceira onda longa	Produção industrial de motores elétricos e à combustão	Modernismo, expressionismo, cubismo, futurismo	Escrita	Paris, Berlim, Viena, São Petesburgo
	1940-1950	Período de transição		Rock n'roll	Rádio, filme	Nova York
	1950-...	Quarta onda longa	Produção industrial de máquinas elétricas e eletrônicas	Pós-modernismo, pop, punk	Moda, publicidade, cinema, televisão	Nova York, Los Angeles
	?	Período de transição		MTV	Transmissão eletrônica da informação, clips	

minante desde a Grécia de 700 a.C., ele foi imposto como infra-estrutura privilegiada para a codificação do saber cumulativo. Mas o alfabeto se tornou um modo de comunicação dominante somente quando o desenvolvimento industrial permitiu estabelecer a escrita como modo de expressão direta e o livro como instrumento cultural privilegiado das elites. Em consequência, durante todo esse período, os sons e as imagens permaneciam exteriores ao discurso escrito e estavam relegados a domínio separado e ligeiramente esotérico da produção artística.

Uma nova época se abriu com a extensão do modo de produção fordista no conjunto do tecido social, principalmente pela reprodução mecânica das obras de arte. O rádio e o cinema – a primeira forma de arte distintamente mediática – tornaram-se então os modos dominantes da comunicação.

Enfim, nós chegamos até hoje, quando uma nova ordem alfabética, ou antes, uma nova metalinguagem digital está para se impor como infra-estrutura cultural dominante: “Uma transformação de dimensões históricas similares [à aquelas da criação do alfabeto] se desenvolve 2.700 anos mais tarde. Trata-se da integração de diversos modos de comunicação numa rede interativa”. (Manuel Castells, op. cit. p. 328).

Essas transformações de época são tematizadas no quadro 2.

DO REALISMO AO MODERNISMO

As épocas descritas nesses dois quadros não eram uniformes, e sua produção cultural permanecia *a fortiori* uma paisagem turbulenta, marcada pela diversidade e contradição. Os acontecimentos culturais emergentes não eram nem hegemônicos nem dominantes durante todos esses períodos, se bem que eles assinalam uma visão particular da tempestade modernizadora e constituem, no final das contas, os aspectos mais reconhecíveis dessa herança.

O realismo representava a primeira interpretação de um mundo em plena mudança e esse novo mundo reservava um papel específico no mundo da diversão: os romances populares, o teatro e a opereta constituíram, durante séculos, os precursores da indústria cultural que marcou a segunda metade do século XIX. Se bem que esse setor econômico seja separado da produção da “alta cultura”, a disseminação dos princípios mercantis nesse domínio antecipou a estetização da vida quotidiana – uma tal desordem necessitava todavia uma nova ruptura tecnológica maior.

O modernismo era uma resposta a esses primeiros desenvolvimentos: operando uma ruptura com as estéticas da representação artística e o discurso teórico baseado na separação entre os mundos da arte e da vida social (Lash, Scott & Urry, John. *The End of Organized Capitalism*, Madison, University of Wisconsin Press, 1987, p. 113), a revolução modernista se construiu sobre um questionamento do processo de modernização capitalista. Essa evolução engendrou a pintura não-figurativa e expressionista, a nova poesia lírica, a filosofia existencialista e o cinema de autor. Atacando o mercado e não a tecnologia, os modernistas foram fascistas com Marinetti e comunistas com Maïakovsky: eles saudaram o advento do automóvel, a velocidade e o movimento, as cores vivas e os sentimentos fortes. Picabia, Duchamp, Fernand Léger, Diego Rivera pintaram máquinas e a possibilidade de renovar a vida social em um novo mundo tecnológico; em quanto Frank Lloyd Wright, Le Corbusier e Mies aplicavam essa nova visão à arquitetura e remodelavam a vida urbana.

Mas o modernismo estava enraizado na alta cultura, e sua resistência centrava-se em noções como a autenticidade, a originalidade e o caráter único da obra de arte: seu discurso era aquele da criatividade (Lash e Urry, op. cit. p. 226) e a defesa da aura dos artefatos artísticos. Nesse sentido, a arte na sociedade reivindicava uma separação radical das formas culturais e do quadro social – o que dá a ela um poder de atração imensa, ao mesmo tempo em que provoca seu fracasso. Em algumas décadas, o mercado conquistou esse último bastião da cultura crítica e o transformou em uma indústria.

INDÚSTRIA CULTURAL E PÓS-MODERNISMO

A difusão enorme da televisão constituiu a mudança crucial do pós-Segunda Guerra Mundial. De fato, a indústria cinematográfica, epicentro da produção



cultural desde o início do século XX, se transformou de uma produção episódica de peças únicas, vistas por públicos importantes e reunidos em lugares específicos, na produção de um fluxo de imagens e de sons que podem ser vistos simultaneamente em todos os lugares privados. A experiência coletiva simultânea se metamorfoseia em uma experiência individual simultânea. Esse fluxo contínuo abole os esforços de memória e impõe uma perda da historicidade, misturando filmes, informações, séries e concursos em um mesmo nível de discurso e segmentando todos os sons e imagens em porções de *infotainment* (informação-entretenimento).

A grande consequência dessa evolução foi a utilização contínua desse potencial para construir temporalidades fictícias e, por esse viés, permitir a apropriação tecnológica da subjetividade. Essa evolução gerou um novo tipo específico de populismo mediático que constitui a base da indústria da diversão (Jameson, op. cit., p. 74).

As consequências sociais dessa transformação profunda da cultura não foram

ainda completamente compreendidas. A importância crescente da publicidade, do consumo do discursos sobre o consumo e da narração do desejo inscrito no anúncio publicitário, instituiu a imagem como forma final de mercantilização e de reificação: o produto é identificado pela sua marca ou pelo seu logo. A publicidade torna-se a forma dominante da produção de signos na cultura pós-moderna. Jameson descreve dessa maneira o pós-modernismo como o modo de produção no qual a cultura tem uma função e um lugar precisos (Jameson, op. cit., p. 406). A moda e o *fast food*, os filmes série B e os *remakes*, a pop art de Warhol, as paródias e o *kitsch*, a ficção científica, a música e o vídeo reduzido a simples *clips* povoam esse universo de pastiche – para retomar o conceito popularizado por Thomas Mann. As categorias espaciais substituíram as categorias temporais, a

profundidade histórica é relegada ao esquecimento pelo efêmero e as superficialidades triviais substituem a concentração da atenção.

Como esse processo faz parte de nosso cotidiano, suas implicações permanecem ainda largamente indefinidas, se bem que duas dentre elas decorram diretamente do tipo de comunicação imposto pela revolução cultural. Em primeiro lugar, o descentramento das identidades e o afrouxamento – ou melhor, a desestruturação – dos grupos e das grades de compreensão formam um efeito crucial das mídias eletrônicas e das mudanças espaço-temporais que caracterizam nossas sociedades capitalistas em vias de deslocamento (Lash & Urry, op. cit., p. 229). Mas, em segundo lugar, a iconografia da modernidade impõe uma oposição bipolar entre a Rede e o Ego, de tal sorte que “nessa situação de esquizofrenia estrutural entre função e significado, as estruturas de comunicação são cada vez mais colocadas em questão” (Castells, op. cit., p. 3).

Como então se chegou a esse ponto, onde as máquinas produzem a informa-

ção, o que nos transporta de uma cultura da realidade virtual em uma cultura de virtualidade real, como sublinha Castells? A resposta reside nas mutações tecnológicas associadas à revolução informacional e comunicacional, que está emergindo com a quarta longa onda, e no processo concreto de seleção social que determina a forma desse paradigma tecnológico-econômico – o que questiona novamente o modo de desenvolvimento que prevalece ainda no período desajuste (*mismatch*) e de transição que vivemos atualmente.

REIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Para compreender esse quadro, seguimos as sugestões de Jameson e retomamos o conceito de capitalismo tardio, como utilizado pela Escola de Frankfurt (em particular por Adorno e Horkheimer) e mais recentemente por Ernest Mandel na sua obra *O capitalismo tardio*. O conceito de capitalismo tardio descreve a galáxia das estruturas econômicas, dos métodos de produção e dos substratos econômicos derivados da expansão da mercantilização nos domínios da Natureza, do Ego ou do Inconsciente – em síntese, um processo de reificação de conjunto das relações sociais. O capitalismo tardio designa, assim, as transformações tecnológicas difundidas desde os anos 1950, bem como as mutações culturais que elas produziram desde os anos 1960. Enquanto constelação cultural, essa época conheceu um longo amadurecimento: nas primeiras décadas deste século, o movimento Dada e o surrealismo anteciparam aspectos-chaves do pós-modernismo, se bem que eles tenham ancorado suas práticas em uma atitude de denúncia da economia de mercado, considerada como inimiga da arte (mas é necessário considerar igualmente a colaboração de pessoas como Dali com uma ditadura ignóbil, como a de Franco). Entretanto, foi somente quando a tecnologia que permitia a produção de fluxo contínuo de *infotainment* se tornou acessível que o pós-modernismo se impôs.

Mas contrariamente ao que disseram MacLuhan e tantos outros comentaristas, a vitória do pós-modernismo não representou a imposição de uma cultura universal: não vivemos em uma aldeia global, mas em “povoados personalizados, produzidos globalmente e distribuídos localmente” (Castells, op. cit., p. 341). Cada artefato cultural está ligado a fatores locais e a produção de ícones ainda é mediada por fronteiras regionais e nacionais, enquanto sua compreensão permanece amplamente local. Mas os ícones são produzidos industrialmente, formam os fragmentos e os bits de nossa comunicação social e anunciam o triunfo da estética da distração.

FRANCISCO LOUÇA É DEPUTADO DO BLOCO DE ESQUERDA NO PARLAMENTO PORTUGUÊS E AUTOR DE **A MALDIÇÃO DE MIDAS: A CULTURA DO CAPITALISMO TARDIO**, LISBOA, COTOVIA, 1994. ARTIGO PUBLICADO NA INPRECOR Nº 447, MAIO DE 2000. TRADUÇÃO DE ALESSANDRA CEREGATTI.

QUADRO 2:
OS MODOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

PERÍODO	CARACTERÍSTICA DOMINANTE	MODO DE CONTRUÇÃO DO SENTIDO	TÉCNICA DE PRODUÇÃO CULTURAL	ATITUDE SOCIAL CONSTRUÍDA	TENDÊNCIAS EMERGENTE NA CULTURAL
1ª e 2ª ondas longas	Capitalismo liberal	Difusão hierárquica do saber, “aura” da obra de arte (Benjamin)	Produção descontínua e limitada de obras individuais	Reverência, admiração	Modernização prometéica
3ª onda longa	Fordismo	Reprodutibilidade técnica das obras de arte, efeito de distanciamento	Produção densa de artefatos descontínuos	Contemplação, concentração	Modernismo apolíneo
4ª onda longa	Capitalismo tardio	Cultura “anti-aura” e populista, efeito de reificação global	Fluxo contínuo	Distração	Pós-modernismo dionisiaco

OS FÍSICOS PARECEM TER COMPROVADO EXPERIMENTALMENTE O "MODELO PADRÃO", CONSTRUÍDO AO LONGO DO SÉCULO XX PARA EXPLICAR A ESTRUTURA DA MATÉRIA. MAS AINDA PERMANECEM ALGUMAS DÚVIDAS.

AMÉRICO BERNARDES

Crianças têm o hábito de formular perguntas complicadíssimas. É um tal de por que isto e por que aquilo. Muitas vezes, até por não se censurarem e por expressarem a curiosidade bruta, formulam perguntas bem importantes. É claro que todos nós nos perguntamos (ou fomos perguntados) de que são feitas as coisas. Mas só uma criança pergunta "de que é feita a luz?". Ora, luz é luz!

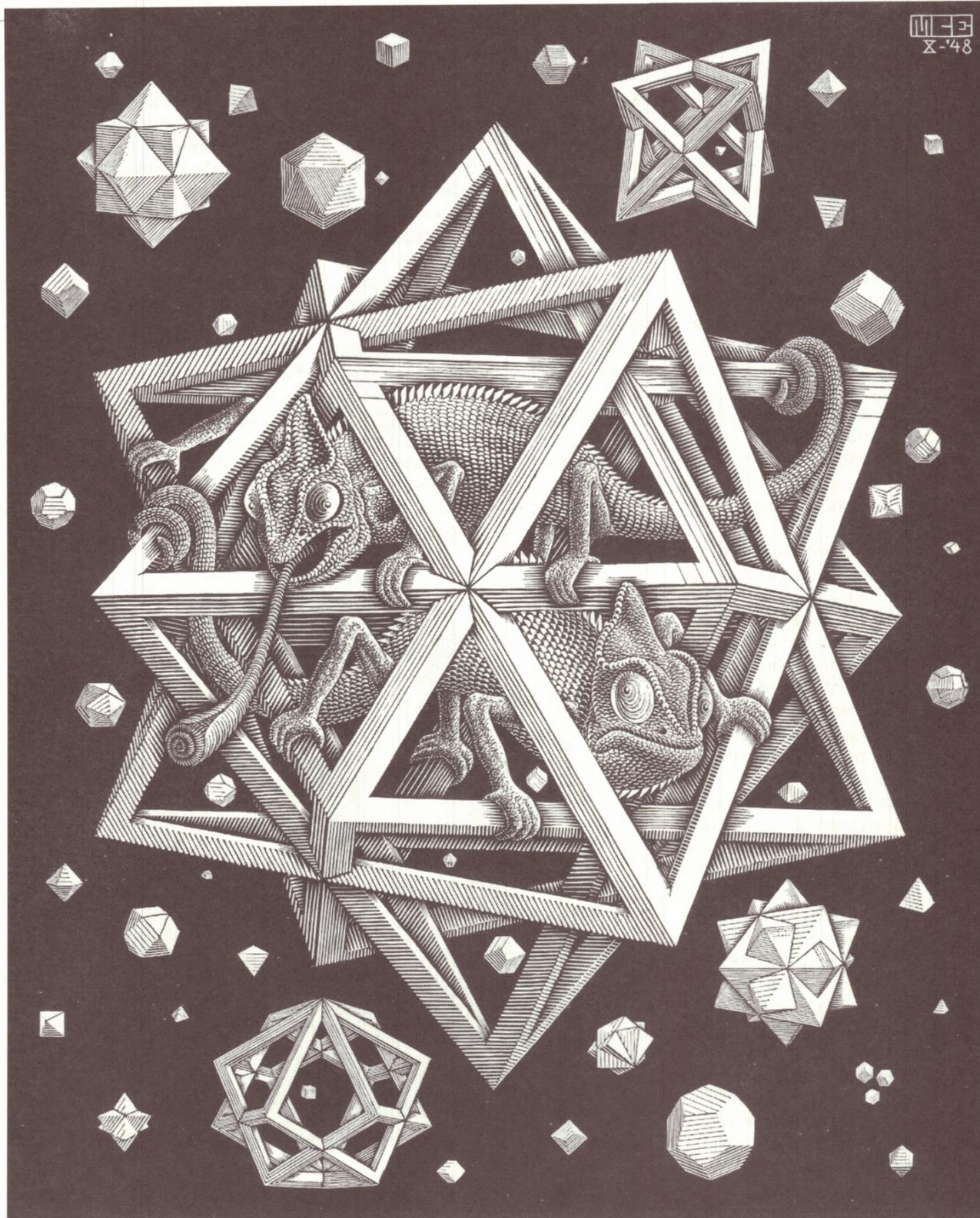
Nos últimos cem anos, a Física construiu uma teoria que busca responder à pergunta: "de que são feitas todas as coisas?" A resposta é o chamado "Modelo Padrão". Contudo, além de responder à pergunta, o modelo padrão busca responder o "porquê" dos constituintes da matéria serem o que são. Seria a tentativa de começar a entender o "plano geral" da criação, se de fato há um...

São investidos neste projeto bilhões e bilhões de dólares, envolvendo centros de pesquisa internacionais (a tarefa já deixou de ser reclusa a centros nacionais), com grupos de milhares de cientistas. Parece coisa de filme de ficção científica, daqueles com direitos a um montão de efeitos especiais...

TODA A MATÉRIA É FEITO DE ÁTOMOS

Hoje em dia, a maioria das pessoas sabe que a matéria é feita de átomos. Foi um longo percurso até que a idéia moderna de átomo se afirmasse. Mais de 2500 anos. Foram alguns gregos os primeiros a falar nisto. Não foram bem vistos à sua época. Para eles, os átomos eram a menor porção da matéria, daí o nome: átomo, aquilo que não pode ser dividido. A idéia moderna começa a ser construída há uns duzentos anos, com os trabalhos de Dalton. Passam-se cem anos, quase na virada do século passado, e descobre-se que o átomo é divisível. São descobertos os elétrons e, logo depois, o núcleo, com seus prótons. Os nêutrons são descobertos um tempo depois. Assim, firma-se aquela imagem da física clássica que temos em geral: prótons e nêutrons no núcleo e em volta dele, orbitando os pequeninos elétrons. A descoberta do átomo e das curiosas propriedades do mundo microscópico, permitiram todo o desenvolvimento da tecnologia que temos hoje ao nosso alcance.

Mas, ao longo do século XX, construímos uma teoria diferente – que, agora, frente a novos e recentíssimos experimentos –, parece prover uma descrição completa dos constituintes fundamentais do universo. É interessante notar que, há cem anos atrás, os cientistas também supunham ter uma descrição completa



DE QUE SÃO FEITAS TODAS AS COISAS?

do universo. Esta descrição, que hoje conhecemos como Física Clássica, mostrou-se ser, meramente, uma aproximação adequada às situações do nosso cotidiano, mas jamais uma descrição fundamental. Os problemas começaram em 1900, com a descoberta da natureza quântica do mundo microscópico. Na nossa experiência do dia-a-dia, a maior parte das grandezas é contínua: a velocidade do carro varia continuamente, de 0 a 100 km/h. Já no mundo microscópico, as grandezas são expressas através de múltiplos de porções, quantidades bem definidas. Assim, falamos de mundo dos quanta, que é o plural latino de quantum. Esta foi a primeira esquisitice.

MAS COMO SÃO OS ÁTOMOS?

A segunda veio um pouco depois. Até o começo deste século, partículas comportavam-se como partículas e ondas comportavam-se como ondas. Para explicar certos fenômenos, Einstein propõe que ondas eletromagnéticas (e no caso a luz) às vezes se comportam como partículas, pelo que ele ganha o prêmio Nobel.

Com base nas descobertas de Planck, Einstein e Rutherford, Niels Bohr apresenta a primeira visão quântica da estrutura da matéria. Descobre-se, assim, que as partículas subatômicas devem ocupar estados quânticos, e são nestes estados que elas podem ser encontradas. É como se o nosso carro, ao ser acelerado, pulasse instantaneamente de 0 para 10 km/h, ou para 25 km/h. Jamais você o encontraria viajando a 20 km/h.... Ah, e você só poderia acelerá-lo quando a energia cedida permitisse a ele dar estes saltos quânticos...

Mais adiante, Louis de Broglie propõe que partículas podem se comportar como ondas. Para piorar, Heisenberg apresenta o princípio da incerteza, segundo o qual não se pode medir com grau de precisão indefinido o valor de certas grandezas, ainda pior, ao medir umas, afetamos a precisão da medida de outras. Nosso átomo, aquele das bolinhas bonitinhas, às vezes até coloridinhas, vira uma figura esquisita. Não podemos saber exatamente onde está o elétron. Temos uma descrição das probabilidades de onde ele se encontra. Não existem miniplanetas

em órbita de um "sol" estável, mas "nuvens de probabilidade", que são chamados de orbitais. O mundo microscópico real já não pode mais ser descrito a partir de nossa intuição clássica.

Mas algumas coisas parecem ainda mais estranhas. Todos sabemos que cargas iguais se repelem. Ora, os prótons existem no núcleo a distâncias muito pequenas e, portanto, devem sofrer uma repulsão intensa. Os nêutrons são neutros, e não participam deste cabo de guerra elétrico. O que evita que o núcleo estoure? Havia também o problema da radioatividade. Átomos instáveis, com excesso de energia, decaem para átomos mais estáveis. A maneira de perder este excesso de energia é a emissão de partículas ou ondas, que foram historicamente chamados de radiação alfa e beta (as partículas) e gama (as ondas eletromagnéticas). Conhecíamos as partículas básicas, mas não sabíamos como elas interagem. Na verdade, conhecíamos duas formas de interação: gravitacional e eletromagnética, mas nenhuma das duas poderia ser responsabilizada pelos fenômenos que ocorrem dentro do núcleo

atômico. Contudo, para dar uma certa tranquilidade, ainda tínhamos os prótons, os nêutrons e os elétrons? Certo? Errado!

UM SACO DE TIJOLOS SEM FUNDO

Lá pelos idos da década de 1930 começaram as investigações mais aprofundadas sobre a estrutura do átomo. O estudo dos elementos radioativos apresenta algumas pistas. Naquela época, percebeu-se que havia alguma coisa estranha na emissão beta, pois a energia não era conservada. Assim, Pauli propôs que haveria uma partícula, muito sutil, que participaria do processo e carregaria a energia que faltava. Era o neutrino (que não tem carga e quase não tem massa), que só foi descoberto quase trinta anos depois.

Os físicos vão mais a fundo. Para estudar a estrutura dos átomos, são criados os aceleradores de partículas. Neles, átomos colidem uns com os outros e nestas colisões eles são como que "espatifados". Quanto maior a energia da colisão, mais clara será nossa percepção da estrutura interna dos átomos. Com o aprofundamento maior dos estudos, que envolviam energias cada vez mais altas, começam a aparecer partículas aos borbotões. Para se ter uma idéia do caos que se instaura, chegamos à década de 1960 com cerca de uma centena de partículas diferentes. São conhecidas como hádrons e são agrupadas em duas grandes subfamílias: os bárions – à qual pertenciam os prótons e nêutrons –, e os mésons. É claro que aparece a pergunta: mas por que existem tantas partículas?

O MODELO PADRÃO

Alguma coisa tinha que ser feita, pois a confusão era (quase) total. Em Física, mesmo que as coisas pareçam confusas, acredita-se que elas não devam sê-lo. Assim, em 1964 Murray Gell-Mann e George Zweig propuseram que todas estas partículas – os hádrons – seriam formadas por apenas seis partículas: os quarks. Eles vem em três gerações (ou como o pessoal da área chamou: sabores): up e down; charm e strange; e top e bottom. A existência de todas estas partículas foi confirmada, a última delas em 1995 no acelerador do Fermilab (nos EUA; o outro grande acelerador fica na Suíça, no CERN): o quark top. Os quarks up têm carga elétrica igual a 2/3 da carga

do próton e os down têm carga elétrica igual a -1/3 da carga do próton. Um próton é formado por três quarks: dois up e um down. Já um nêutron é formado por dois quarks down e um up, resultado em sua carga elétrica nula.

A outra família de partículas são os léptons, da qual fazem parte os elétrons e neutrinos. Também vem em três sabores: elétron e seu neutrino, múon e neutrino do múon; e tau e neutrino do tau.

Estes doze tijolos são as partículas fundamentais que compõem todas as outras que conhecemos. Todas elas são classificadas como férmions. Este nome vem de uma propriedade importante: elas jamais podem ser encontradas em um estado quântico idêntico, o que ficou historicamente conhecido como "princípio de exclusão de Pauli". Todas elas têm suas antipartículas, que têm a mesma massa, mas carga oposta. Quando partícula e antipartícula se encontram se aniquilam completamente.

Mas como elas interagem? A interação gravitacional, que experimentamos quotidianamente, não faz parte do Modelo Padrão. Fará parte, junto com o Modelo Padrão – ou outra teoria que possa substituí-lo – no que chamamos de teorias unificadas. No Modelo Padrão, as interações entre partículas são mediadas por outras partículas, conhecidas como as portadoras. As interações correspondem à troca destas partículas, que pertencem a uma outra família chamada de bósons, que, ao contrário dos férmions, podem

ocupar os mesmos estados quânticos. A interação que faz os quarks ficarem unidos é a interação forte (ou força nuclear forte) e é mediada pelos gluons. A segunda interação existente no núcleo é a chamada interação fraca, responsável pelos processos radioativos. É mediada pelos bósons Z, W⁺ e W⁻. E a terceira interação em importância é a eletromagnética, presente na maioria dos fenômenos que observamos em nosso dia-a-dia. Ela é mediada pelos fótons, que são as partículas da luz. Assim, do ponto de vista do Modelo Padrão, a luz é feita de fótons... A interação eletromagnética é a responsável pelas interações entre átomos, na formação de moléculas e, assim, a matéria que temos contato (aliás, o contato é também de origem eletromagnética).

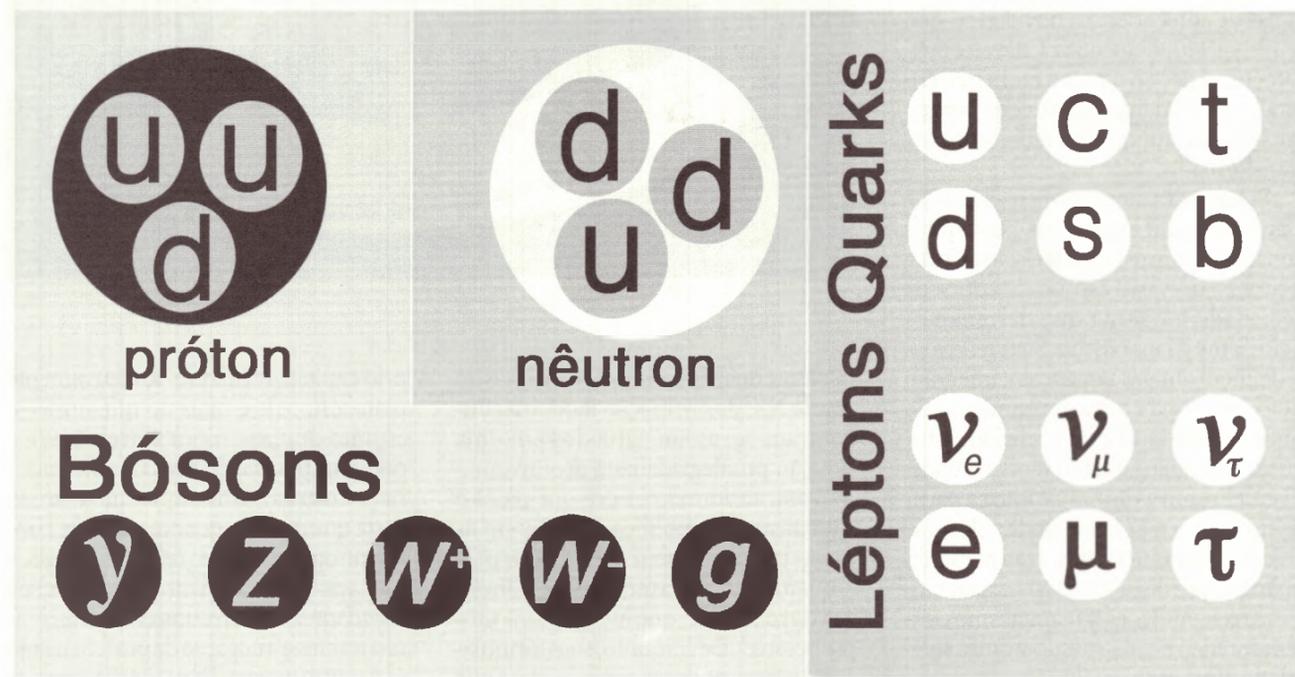
TUDO ISSO É VERDADE?

Mas tudo isto é verdade ou é – como alguns gostam de dizer – simplesmente uma teoria? Todas estas partículas já foram detectadas em laboratório. A última que faltava era o neutrino do tau, descoberto em meados deste ano no CERN. Assim, temos uma teoria bastante enxuta. Enfim, podemos dormir tranquilos? Infelizmente, parece que ainda não. Pelo menos uma questão deve ser respondida: de onde vem a massa das partículas? Como dissemos, uma teoria fundamental tem que responder as questões fundamentais, e uma delas é a existência da

massa, e mais ainda, dos valores de massa que as partículas tem. Para responder a esta pergunta, a teoria prevê a existência de uma 18ª partícula: o bóson de Higgs. Esta partícula seria a mediadora de interações cujo efeito experimentamos como massa. Ficaria perfeito: seis quarks, seis léptons e seis bósons.

Há uma corrida para a detecção do bóson de Higgs. É claro que várias perguntas ainda não estão completa ou satisfatoriamente respondidas pelo Modelo Padrão. Uma das mais sérias é a que diz respeito à gravidade. Contudo, parece que estamos num cenário de muito otimismo. Alguns, contudo, se acautelam. Há cem anos atrás, quando tudo parecia estar tranquilo e em ordem, quando a Mecânica Clássica e o Eletromagnetismo pareciam compor a explicação do funcionamento do universo, Lord Kelvin (um dos físicos mais importantes do século passado), num momento de grande entusiasmo, afirmou que "no céu azul da Física, apenas duas pequenas nuvens cinzas pairavam". Esta "pequenas nuvens" – resultados de experiências que não eram explicadas pelas teorias clássicas – resultariam numa das maiores tempestades que varreram a Física e a Ciência, resultando na Mecânica Quântica e na Teoria da Relatividade. Podemos ficar tranquilos, ou será que vem chuva?

AMÉRICO BERNARDES É FÍSICO E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.



OS ESTADOS UNIDOS DEPOIS DAS ELEIÇÕES

SEBASTIEN CHAURIN

É a história de um país onde o resultado da mais importante eleição nacional depende de manipulações tortuosas em um Estado dirigido pelo irmão de um dos candidatos, cujo pai é ele próprio um antigo presidente e antigo diretor do serviço secreto. Bem-vindo aos Estados Unidos.

Os momentos de pânico, que normalmente sucedem ao colapso da crença na legitimidade de um processo político, revelaram aos Estados Unidos "falhas" democráticas impressionantes. As descobertas são mais surpreendentes na medida em que caíram de cima. Aqui, "perderam-se" boletins de votos. Ali, mais de três mil aposentados judeus, sobreviventes do Holocausto, teriam votado para Pat Buchanan, candidato neofascista. Procuram se justificar afirmando que os processos de contagem são 99,5% seguros: é muito mais do que as poucas centenas

de votos que faltam a Gore para ultrapassar Bush... E o que dizer da existência do sistema de "colégio eleitoral", estabelecido no século XVIII para proteger os interesses dos proprietários de escravos dos Estados do Sul, e que até hoje não foi abolido? É todavia esse sistema que faz com que hoje a voz de um habitante do Wyoming valha a de 3,44 californianos! Deve-se também notar, como se fosse uma descoberta, que 31% dos homens negros da Flórida, por terem estado na prisão, foram privados definitivamente de seu direito de voto, violando convenções internacionais. Sabe-se que estes teriam, em sua imensa maioria, optado pelos democratas.

A Flórida, uma república de bananas? Não somente devido à democracia censitária e à fraude eleitoral. Se acreditamos em um relatório da ONU, as crianças são melhor vacinadas na Jamaica que neste estado, e um bebe tem mais chances de sobreviver ao seu primeiro ano de vida se ele nasceu em Cuba do que em Miami.

Ralph Nader, por sua vez, teve que enfrentar os ataques dos pseudo-progressistas do Partido Democrata. Os apoiadores de Nader foram acusados de privilegiar os ideais abstratos e uma radicalidade principista frente ao perigo concreto representado por Bush. E, de fato, Gore foi salvo pela forte participação eleitoral – muitos dos quais se sentem mais próximos de Nader e hesitaram até o último momento – motivados pelo medo do "governador" Bush.

Mesmo se não atingiu a barreira dos 5% dos votos, o candidato dos verdes foi vitorioso em fazer de sua organização o terceiro partido dos Estados Unidos. Em um comunicado à imprensa respondendo às acusações que o faziam responsável pela possível vitória de Bush, ele responde que "é Gore que é responsável pelos problemas eleitorais de Gore". De fato, as sondagens indicavam que 40% dos eleitores que tinham votado em Nader iriam simplesmente não votar se ele não estivesse concorrendo. E se há uma ruptura entre a esquerda "radical" e a esquerda democrata, esta ruptura é, em grande medida, anterior à 7 de novembro. A dinâmica da campanha Nader foi a ocasião para a estruturação de uma verdadeira for-

ça política sui generis. Em muitos campus da Califórnia foram fundadas coalizões de "Students for Nader", agrupando membros do Partido Verde e socialistas, mas também democratas em ruptura com a agremiação. Políticos democratas deixaram seu partido para entrar nos verdes, como Matt Gonzalez, em São Francisco.

Da mesma forma, poderosos sindicatos da AFL-CIO criticaram o apoio incondicional da central à chapa democrata, reforçado por quase 40 milhões de dólares. Sindicatos ainda mais progressistas, não filiados à AFL-CIO, recusaram-se a apoiar a candidatura de Al Gore. O United Electrical Workers Union chamou o voto em Ralph Nader, que também foi apoiado pela California Nurse Association, a maior organização de enfermeiras da Califórnia.

É ainda muito cedo para fazer prognósticos sobre o futuro desta esquerda em recomposição, indissociavelmente social e política. Mas uma coisa é certa: aqueles que se engajaram na campanha, militantes sindicais, ecologistas, estudantes, não pararão tão cedo.

Artigo originalmente publicado no jornal Rouge de 23/11/2000.

A COLETÂNEA DE TEXTOS DE MICHAEL LÖWY E DANIEL Bensaïd APRESENTA UMA VIGOROSA RELEITURA E ATUALIZAÇÃO DO MARXISMO COMO TEORIA REVOLUCIONÁRIO PARA A LUTA PELA DERRUBADA DO CAPITALISMO.

JOSÉ CORRÊA LEITE

A editora Xamã de São Paulo acaba de lançar uma coletânea de artigos e entrevistas de Michael Löwy e Daniel Bensaïd, *Marxismo, modernidade e utopia*. Os leitores do *Em Tempo* reconhecerão aí dois nomes assíduos em nossas páginas, dois intelectuais comprometidos com os movimentos revolucionários de nossa época e profundamente engajados no esforço de renovação do marxismo. Publicamos a seguir extratos da apresentação do livro, de autoria de José Corrêa Leite. O livro pode ser encomendado à redação do *Em Tempo* ao preço promocional de R\$ 20,00.

Uma nova época exige uma reflexão capaz de apreender sua novidade e suas tendências fundamentais. Criar este pensamento é decisivo para a esquerda: entender as mudanças profundas porque passa hoje o mundo é uma condição para transformá-lo.

Este é o desafio que Michael Löwy e Daniel Bensaïd enfrentam. Suas obras constituem um esforço decisivo de rearticulação do vasto campo de crítica da sociedade moderna que designamos pelo nome de marxismo. Suas reflexões redefinem antigas temáticas e integram novas em uma crítica contundente do mundo mercantil e da sociedade burguesa, em uma crítica da modernidade. Elas delineam as linhas de força a partir das quais um marxismo pode voltar a se colocar como guia para a ação revolucionária, capaz de catalisar as energias utópicas nas condições do capitalismo contemporâneo e construir uma outra sociedade, uma outra civilização.

As obras de Löwy e Bensaïd compartilham, em sua diversidade e abrangência, os mesmos propósitos e preocupações e defendem um método comum para abordar o pensamento revolucionário e a tradição socialista. Como militantes e intelectuais marxistas, ambos viveram a renovação política e cultural dos anos 60 e 70, a crítica da ortodoxia asfixiante do marxismo e das práticas políticas dos partidos comunistas e dos regimes burocráticos, a rejeição da social-democracia e o engajamento na construção da mesma corrente política, a Quarta Internacional. Ambos compartilharam o legado anti-estalinista e internacionalista de Trotsky e sua apropriação por Ernest Mandel. E, de um ponto de vista revolucionário, ambos se apropriaram, por vias próprias, das tradições intelectuais do marxismo ocidental (e, em particular, nos anos 80, da obra de Walter Benjamin). A partir destas referências, Löwy e Bensaïd desenvolveram reflexões inovadoras e, em grande medida, complementares na crítica da sociedade ca-

MARXISMO, MODERNIDADE E



MAIACE, JEAN DAS HONSKIOR, 1937

pitalista e dos experimentos socialistas do século XX, da civilização moderna. Encontram-se, assim, situados em uma posição privilegiada para acompanhar as transformações por que passa o capitalismo e a política e definir as novas trilhas a serem percorridas pela esquerda que busca uma outra organização da sociedade, que luta por uma utopia possível. De conjunto, suas formulações teórico-políticas estabelecem o que podemos considerar o mais forte paradigma de pesquisa e ação do pensamento crítico contemporâneo. (...)

UM VASTO PROGRAMA COLETIVO DE PESQUISA

As obras de Michael Löwy, Daniel Bensaïd e alguns de seus principais interlocutores se desdobram em torno de diversos eixos e problemáticas que reestruturam o campo do marxismo, restabelecendo sua vitalidade como crítica da sociedade moderna e visão social de mundo que aposta em um futuro diferente.

Em primeiro lugar, temos a atualidade, nas condições do capitalismo globalizado, da crítica do mundo mercantil, da sociabilidade capitalista e de suas formas históricas. Como afirma Bensaïd em *Marx, o intempestivo*, o fundamento do "atual ainda ativo" do pensamento de Marx é sua crítica do capitalismo: "Essa vitalidade é antes de tudo a da universalização e da vitalidade mórbida do pró-

prio capital. Tornando-se efetivamente planetário, ele é mais do que nunca o espírito de nossa época sem espírito e o poder impessoal do reino da mercadoria. Nosso nublado horizonte e nosso triste quinhão. Enquanto o capital continuar dominando as relações sociais, a teoria de Marx permanecerá atual, e sua novidade sempre recomeçada constituirá o reverso e a negação de um fetichismo mercantil universal" (p. 11/12). Trata-se de uma crítica cada vez mais necessária. Como destaca Michael Löwy em um dos artigos desta coletânea, "a falsa universalidade do mercado mundial desencadeia os particularismos e reforça as xenofobias: o cosmopolitismo mercantil do capital é as pulsões identitárias agressivas se alimentam mutuamente".

Em segundo lugar, a história humana é concebida como uma trajetória de rupturas, encruzilhadas, escolhas e lutas, é uma história em aberto. O "progresso" no capitalismo é cindido por contratempos, das discordâncias entre as diferentes temporalidades dominantes nos vários planos. Para Löwy e Bensaïd, a história não pode ser vista fundamentalmente como progresso, evolução ou desenvolvimento das forças produtivas — particularmente no século XX, onde as expressões de barbárie moderna se tornaram intensas. Ela passa por bifurcações e não conduz a qualquer destino definido de antemão, ensombreada que é por manifestações destrutivas. As quebras produzidas pelas

temporalidades conflitantes do mundo mercantil, por crises recorrentes, abrem perspectivas, freqüentemente renovadas, para a apresentação de alternativas — se existirem as forças sociais e políticas nelas empenhadas.

Esta história aberta, de escolhas e lutas de resultados incertos, não coaduna com uma concepção de ciência caracterizada por qualquer forma de determinismo rígido, onde a hierarquia de causas está pré-fixada por um materialismo mecanicista. A teoria social engajada na emancipação exige uma apreensão positiva da sociedade e sua dinâmica, mas este é só um passo em uma ciência dialética, que incorpora os valores, a ação e o sentido em todas as suas dimensões e desdobra os "dados" em significados. A ciência social, como formulada nesta problemática, não pode ser reduzida a qualquer modelo fundamental — que torne possível previsões seguras —, passível de ser divulgado como doutrina em manuais didáticos, que permitiriam desvendarmos os segredos da história. Trata-se, antes, de um método capaz de lidar com as estruturas, conflitos e dinâmismos de todos os níveis da existência histórico-social, um método que não pode ser separado de seu objeto nem dos propósitos do estudo e nem tampouco apresentado como acabado. Assim, por exemplo, o debate travado em nosso século sobre a complexidade, a imprevisibilidade e o caráter caótico de muitos fenômenos deve ser incorporado à compreensão de uma ciência dialética da sociedade.

CLASSE, SUJEITOS E POLÍTICA

Os conflitos que advêm do caráter contraditório da sociedade têm uma determinação estrutural, emergindo em distintas ocasiões e fundamentando a constituição de sujeitos políticos. Antagonismos de classe, sexuais, étnicos ou nacionais, resistências ou revoltas contra relações de dominação e hierarquias, podem ter, todos, um impacto maior ou menor na transformação do mundo. A crítica feita à visão dominante na história do movimento socialista, que ele subordina a luta dos setores oprimidos da sociedade à luta de classe do proletariado, é, desta forma, correta e foi colocada em prática por movimentos decisivos, como o das mulheres, dos negros ou o ecológico. Mas o modo de produção capitalista instala uma contradição no coração de nossa sociedade, opondo de maneira nerval o capital ao trabalho assalariado. As transformações na estrutura econômica do capitalismo — como por exemplo, as que produzem uma maior ou menor diferenciação no interior do proletariado ou a alteração do peso relativo e do tipo de atividade manual ou intelectual desenvolvida pelos assalariados — influenciam a forma como esta contradição se expressa. Mas uma diagonal de classe percorre, desta forma, todo tipo de conflitos. Eles só podem, todavia, serem resolvidos no terreno político. Esta abordagem recoloca com mais propriedade a discussão sobre o potencial transformador do proletariado e o papel dos diferentes movimentos sociais, sem recorrer a nenhuma teleologia histórica.

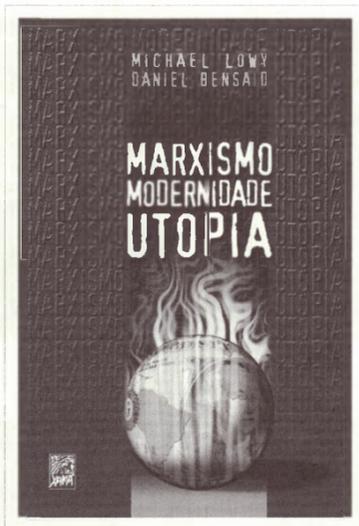
Uma reflexão sistemática sobre o

UTOPIA

campo político e as condições da *ação política revolucionária* na atualidade deve valorizar o conteúdo essencialmente anti-autoritário do projeto marxista e socialista. Mas conceber a revolução como auto-organização e auto-emancipação não significa minimizar o desafio do agenciamento político capaz de conformar uma força revolucionária efetiva. Esta não surge de uma coalizão de movimentos sociais, nem da luta horizontal e democrática por direitos, cidadania e autonomia, embora ambas sejam importantes no movimento pelo socialismo. Não pode tampouco ignorar as instituições políticas existentes, abandonando a luta pelo poder de Estado, ainda que seu objetivo seja superá-las. Mas o fosso crescente que tem separado a luta social da representação política — com a perda de legitimidade das instituições do movimento operário e popular forjadas no período histórico anterior e a erosão dos espaços políticos nacionais por uma esfera econômica cada vez mais mundializada — coloca hoje um enorme desafio político, organizativo, cultural e programático.

A aposta na possibilidade de reinvenção da política como exercício da liberdade, a abertura para a criação de formas de autonomia e democracia efetivas, o desenvolvimento de potencial emancipador da política socialista são tarefas postas no cotidiano, que gerarão as condições para o surgimento de novos acontecimentos fundadores, capazes de redirecionar a história por caminhos distintos dos atuais.

A dimensão simbólica e imaginativa da ação política ganha um grande alcance a partir da valorização da *cultura* e da



utopia, indispensáveis para construirmos outra sociedade. Mas é também uma imposição do capitalismo atual, cuja mídia eletrônica dispõe de meios cada vez mais encantatórios e promove a espetacularização do consumo e da política. Se há uma crítica justificada do utopismo, já que a utopia prometida pode comprometer a utopia desejada, é também necessário reconhecer-se que a esperança de mudança deve se concretizar em propostas de uma nova organização social, em uma utopia concreta que emerge das grandes experiências de nossa época, dos problemas candentes da atualidade e das possibilidades hoje ao alcance da humanidade. E a cultura, mesmo que esteja hoje em grande medida colonizada pelo capital e submetida aos critérios do mercado, é um terreno privilegiado de gestão desta utopia concreta.

CULTURA E ECOLOGIA

A ecologia trouxe uma crítica contundente do produtivismo irresponsável que é própria da economia capitalista — embora a relação predatória com o meio-ambiente já tenha produzido o colapso de diversas outras civili-

zações e marcado também a experiência soviética — e a necessidade de repensarmos em profundidade a relação entre sociedade e natureza. As descobertas realizadas no terreno das biotecnologias e da engenharia genética e a colonização da vida pela propriedade capitalista, através da extensão dos “direitos” de propriedade intelectual, tornam estas mudanças ainda mais urgentes, colocam a luta ecológica no centro da luta anti-capitalista. Desta forma, o socialismo terá que ser, para usarmos uma ideia ambientalista, uma forma de desenvolvimento sustentável, solidariamente comprometido com as futuras gerações.

Estes núcleos temáticos e problemáticas estruturam uma releitura do marxismo como teoria revolucionária que tem um caráter paradigmático, capaz de referenciar um vasto programa coletivo de pesquisa. Ela é inseparável do movimento de resistência ao neoliberalismo, da afirmação da crítica intelectual ao capitalismo e do aprofundamento do caráter revolucionário da obra de Marx.

EIXOS DA DEBATE

É o resultado do trabalho conjunto ou do diálogo entre diversos intelectuais socialistas que buscam, na releitura de Marx, a inspiração para elaborar um pensamento teórico à altura de nosso tempo. Outras contribuições, podem e devem ser levadas em conta. Mas na articulação conjunta das obras de Michael Löwy e Daniel Bensaïd podemos encontrar marcos conceituais fundamentais para reorganizarmos o projeto e a prática política socialistas no mundo atual.

Os textos reunidos nesta coletânea permitem visualizarmos esta dimensão global que emerge das formulações de

nossos dois autores. Mas apesar da coerência em seu conteúdo, eles são muito diversos em sua forma, compreendendo desde muito intervenções sintéticas, quase posicionamentos de princípio sobre questões decisivas para a tradição socialista, até artigos de caráter mais acadêmico, de comunicações em seminários à resoluções políticas, de entrevistas à resenhas. Grande parte do material que agrupamos aqui já foi publicado em revistas de esquerda — como *Crítica marxista*, *praga* e *Outubro* —, em livros temáticos, mas principalmente no *Em Tempo* — no jornal propriamente dito e nos *Cadernos Em Tempo* que circula apenas para os assinantes de apoio do jornal. Isto explica a repetição em algumas passagens dos textos, que mantivemos tal como foram publicados.

Os textos estão organizados em torno de cinco partes: uma colocação inicial sobre o significado das transformações em curso no mundo e da pertinência do conceito de barbárie moderna para compreendê-las; uma discussão sobre o que é o marxismo como teoria revolucionária, a atualidade e o alcance de suas formulações para o mundo contemporâneo em temas como progresso, socialismo, trabalho, cidadania, utopia e revolução; um reexame de contribuições decisivas de Marx, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburg e dos bolcheviques para o pensamento e a tradição revolucionária do socialismo contemporâneo; um apanhado sumário de alguns dos debates atuais em que Löwy e Bensaïd estão envolvidos; e, finalmente, algumas entrevistas e resenhas que nos ajudam a situar melhor suas ideias.

Esperamos que sua divulgação nesta forma permita um aprofundamento do debate marxista em nosso país.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO **EM TEMPO**.

A VOLTA DO FANTASMA

DANIEL BENSÂID ACABA DE LANÇAR *LE SOURIRE DU SPECTRE. NOUVEL ESPRIT DU COMMUNISME [O SORRISO DO FANTASMA: O NOVO ESPÍRITO DO COMUNISMO]* (PARIS: MICHALON, 2000).

MICHAEL LÖWY

Se os livros de Daniel Bensaïd podem ser lidos com tanto prazer, é porque são escritos com a pena afiada de um verdadeiro escritor; que tem o dom da fórmula: uma fórmula que pode ser assassina, irônica, enraivecida ou poética, mas que vai sempre direto ao alvo. Este estilo literário, próprio do autor e inimitável, não é gratuito, mas está a serviço de uma mensagem, uma ideia, um chamado: não recuar, não se resignar, não se reconciliar com os vencedores.

Esta ideia se chama *comunismo*. Ela não pode ser identificada com os crimes burocráticos cometidos em seu nome, da mesma forma que o cristianismo não pode ser reduzido à Inquisição. O comunismo é, em última análise, a esperança de suprimir a ordem existente, o nome secreto da resistência e da sublevação, a expressão da raiva dos oprimidos. É o sorriso dos explorados que ouviam ao longe os tiros de fuzil dos sublevados de junho de 1848 — episódio contado por Tocqueville e reinterpretado por Toni Negri. Seu espírito sobreviverá ao triunfo atual da mundialização capitalista, como o espírito do judaísmo sobreviveu à destruição do Templo e à expulsão da Espanha (eu adoro esta comparação insólita e um pouco provocativa).

O comunismo não é o resultado do “Progresso” (com P maiúsculo), ou das leis da História (com H maiúsculo): trata-se de uma luta incerta sem um fim anunciado. A política, que é a arte estratégica do conflito, da conjuntura e do contratempo, implica uma responsabilidade humana falível e deve confrontar-se com as incertezas de uma história aberta: a vitória dos oprimidos é historicamente possível, mas ela não é nem necessária, nem assegurada.

COMUNISMO

Qual é o estado de coisas contra o qual se insurge o comunismo? Vivemos, constata Bensaïd, numa quarta idade do capitalismo, a da grande contra-reforma liberal, que quer inscrever nas entradas dos prédios públicos sua divisa: “Mercado, Equidade, Caridade”. Assiste-se a mercantilização frenética de tudo: não somente da educação, saúde e informação, mas também da terra, água e ar (com o mercado mundial dos direitos de poluir). A globalização realmente existente, capitalista e imperialista, reforça por todas as partes as identidades exclusivas e vingativas: a fragmentação identitária dos consumidores é o está-

gio supremo do fetichismo da mercadoria.

Nosso autor tem toda a razão ao denunciar a hipocrisia do discurso “humanitário” dominante — bem ilustrada pelas consequências nefastas da propaganda em torno da “guerra humanitária” de Kosovo. Mas deve-se, todavia, ver na “Humanidade com H maiúsculo” uma simples máscara do imperialismo? Deve-se associar Marx a Joseph de Maistre em uma mesma condenação do “homem em geral”? Deve-se compartilhar a condenação, por Kant, da “República mundial” e do “homem abstrato”, apátrida e acósmico, da ética filantrópica? Eu prefiro não seguir Daniel Bensaïd neste terreno, que me parece minado por alguns vestígios do “antihumanismo teórico” de Louis Althusser.

Eu prefiro muito mais as passagens onde o amigo Bensaïd percebe no “carnaval anti-capitalista de Seattle” (como afirma Fukuyama) os sinais de uma mudança de fundo no ar dos tempos que correm e as premissas de um internacionalismo renovado, de uma internacionalização efetiva das lutas contra a mundialização mercantil. Ou quando ele chama à formação de Estados multinacionais e à dissociação entre nacionalidade e cidadania.

MARXISMO

A fidelidade ao fantasma de 1848 não impede Daniel Bensaïd de propor uma renovação profunda do pensamento marxista, principalmente em dois terrenos onde sua tradição é débil: o feminismo e a ecologia. As feministas — como Christine Delphy — têm razão de criticar o procedimento de Engels, que define a opressão doméstica como um arca-

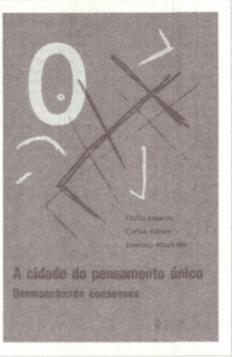
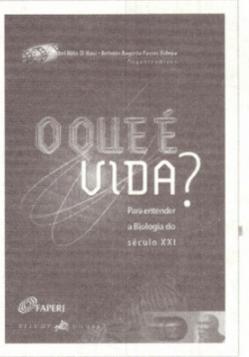
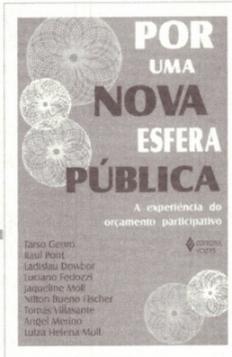
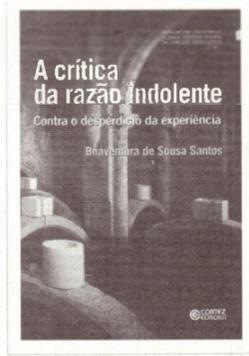
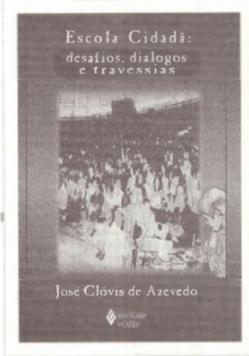
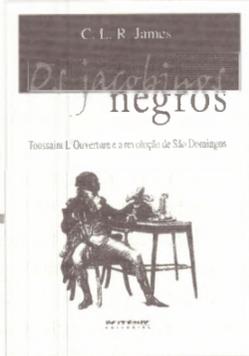
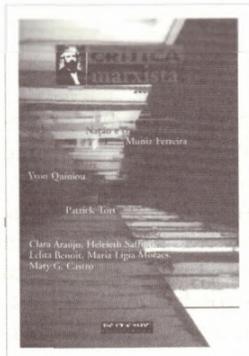
ísmo pré-capitalista, que deveria se extinguir como o assalariamento das mulheres. Quanto ao movimento operário, ele frequentemente deu provas de grande sexismo, retomando por sua conta a noção burguesa de salário familiar. A aliança necessária entre a consciência de gênero e a consciência de classe não pode ser feita sem um retorno crítico dos marxistas sobre sua teoria e sua prática.

O mesmo vale para a questão do meio-ambiente: frequentemente acorrentado ao compromisso fordista e à lógica produtivista do capitalismo, o movimento operário foi indiferente ou hostil à ecologia. Os partidos verdes, por sua vez, têm a tendência a se contentar com uma ecologia de mercado ou um reformismo modesto. Ora, o antiprodutivismo de nosso tempo deve necessariamente ser um anticapitalismo: o paradigma ecológico é inseparável do paradigma social. Face aos danos catastróficos causados ao meio-ambiente pela lógica do valor mercantil, deve-se colocar a necessidade de uma mudança do modelo de consumo, de civilização e de vida: o ecocomunismo.

Anunciou-se frequentemente a morte de Marx, o fim do comunismo. Esta desapareção muito proclamada prova principalmente que a morte ainda está esperando. Em 1848, observa Daniel Bensaïd em sua conclusão, o fantasma rondava apenas a Europa. Ele hoje ampliou seu horizonte. De agora em diante, ele ronda o mundo.

Eis um precioso livro para ser lido, discutido e circulado entre todos aqueles que recusam a acreditar na eternidade da dominação.

Artigo originalmente publicado na *Critique communiste* n° 158, 2000.



Marxismo e feminismo

Crítica marxista nº 11. Boitempo Editorial, 2000.

O último número da revista traz como destaque um dossiê sobre o tema "marxismo e feminismo", com artigos de Clara Araújo, Heleieth Saffioti, Lelita Benoit, Maria Moraes e Mary Castro. Destaca-se ainda um artigo de Yvon Quiniou sobre as afinidades entre a obra de Bourdieu e o pensamento marxista e um importante artigo de Patrick Tort sobre as conseqüências da antropologia darwiniana.

O PODER DA MÍDIA

Vera Chaia e Miguel Chaia (orgs.). Mídia e política. São Paulo: Educ, 2000.

Coletânea de artigos produzidos a partir do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP, que debatem uma ampla gama de temas ligados principalmente à imprensa, da cobertura por ela feita da máfia dos fiscais, na cidade de São Paulo, ao papel do *Granma* na constituição do imaginário nacional em Cuba, das coberturas eleitorais à crise da TV Cultura do estado de São Paulo.

A vitória dos escravos

C.L.R. James. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

A obra clássica do marxista caribenho, originalmente publicada em 1938, finalmente chega ao Brasil. O relato e análise da única insurreição de escravos vitoriosa na história, que levou à primeira independência de um país da América Latina do jugo colônial. Iniciada em 1791, sob o influxo da Revolução Francesa e com a liderança de Toussaint L'Ouverture, ela consolidou-se em 1803, com a derrota de tropas francesas, espanholas e inglesa que buscavam esmagar a revolução.

IMPRESSA NA ERA DO ESPETÁCULO

Eugênio Bucci. Sobre a ética e a imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bucci rastreia a teia de poderes e interesses que envolvem hoje a produção e difusão de notícias, mostrando como os mecanismos de propaganda de cada empresa e instituição são, cada vez mais, responsáveis pela gestão da cultura, deslocando desse papel os meios de

comunicação de massa, em particular a imprensa. Na era das relações públicas generalizadas, que o autor remete à sociedade do espetáculo, a imprensa pode ser reduzida a caixa de ressonância das corporações e grandes poderes.

A educação para a cidadania

José Clóvis de Azevedo. Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

O secretário municipal da educação de Porto Alegre apresenta a experiência do projeto da Escola Cidadã, inspirada em contribuições da escola progressista e de Paulo Freire e baseada em três princípios: a construção de uma cidadania plena, a transformação da realidade e a construção da autonomia moral. Uma obra escrita no espírito de que a escola pública democrática e de qualidade para todos é viável.

OS KIBUTZIM BRASILEIROS

Carla Pinsky. Pássaros da liberdade: jovens, judeus e revolucionários no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

A reconstrução da experiência dos jovens do Dror brasileiro, vinculado ao movimento juvenil sionista socialista dos anos 40 e 50, responsável pela formação do kibutz Bror Chail – movimento do qual participaram figuras como Isaac Karabchevsky, Paul Singer, Alberto Dines, Clara Svemer, Gabriel Bolaffi, Bernardo Kucinski e diversas outras figuras expressivas da cultura e da política brasileiras.

Mudança de paradigmas

Boaventura de Sousa Santos. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

O sociólogo português apresenta o primeiro dos quatro volumes de sua mais ambiciosa obra, "Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática". Para ele, atravessamos uma transição entre o paradigma da modernidade, falido, e um paradigma emergente ainda difícil de identificar: transição que tem uma dimensão epistemológica e outra societária.

MARX E A GLOBALIZAÇÃO

Alex Fiúza de Mello. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Cinco ensaios que analisam como as

intuições de Marx em sua análise do capitalismo no século XIX são fundamentais para a compreensão dos temas vinculados à expansão do mercado, à transnacionalização das empresas, à constituição de padrões monetários mundiais e às crises do sistema financeiro e produtivo.

A indústria fonográfica

Márcia Tosta Dias. Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Análise da trajetória da indústria fonográfica brasileira dos anos 70 aos 90, à partir do conceito de indústria cultural. A autora examina o processo de mundialização do setor; o lugar ocupado pela música popular; o impacto das transformações tecnológicas e o espaço da produção independente na atualidade.

DEBATE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Nilton Fischer e Jaqueline Moll (orgs.). Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

Antologia sobre a experiência de Porto Alegre do orçamento participativo, com textos entre outros autores de Raul Pont e Tarso Genro e prefácio de Ladislau Dowbor. Os organizadores tratam o tema a partir de dois eixos, uma reflexão teórica sobre as formas de um novo contrato social e uma reflexão sobre um novo tipo de sociabilidade, uma nova prática cotidiana da cidadania.

As razões da dependência

Ruy Mauro Marini. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

Emir Sader organizou e apresenta esta coletânea de seis textos do fundador da Polop e teórico da dependência, cuja obra foi quase toda publicada no exílio no México, nos anos 60 e 70. Entre os seis ensaios que compõem a obra estão dois alentados textos sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e a dependência, bem como um artigo de polêmica com Fernando Henrique Cardoso e José Serra de 1978, ainda inédito no Brasil.

COMPREENDER A VIDA

Charbel Niño El-Hani, Antonio Augusto Passos Videira (orgs.). O que é vida?: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Alguns dos mais conceituados especialistas brasileiros e estrangeiros debatem o estado atual da biologia em uma linguagem acessível para o público universitário de não-especialistas. Entre os eixos que estruturam os 13 capítulos da obra, estão: o que é vida? Como defini-la? Como ela se originou? Como ocorre a evolução? Uma obra de grande atualidade no que já está sendo chamado de o "século da biotecnologia".

A cidade do capital financeiro

Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

Ensaio de crítica da estética e da cultura, do planejamento e da sociologia urbana das cidades-marca de Barcelona a Curitiba, mostrando as transformações radicais por que passam hoje as grandes cidades sob a influência o fluxo mundial do capital financeiro, com suas tendências ao *apartheid* e à exclusão, ao urbanismo de marketing, às intervenções pontuais.

CRÍTICA DO GLOBALISMO

Armand Matherlart. A globalização da comunicação. Bauri (SP): Edusc, 2000.

Uma didática análise das transformações que desde os anos 80 promoveram a formação de uma estrutura mundial de comunicações controlada pela indústria cultural globalizada. O autor examina os aspectos econômicos, políticos, tecnológicos e culturais do tema, criticando a ideologia do globalismo e do novo "cosmopolitanismo democrático".

Estratégias midiáticas

Régis Debray. Transmitir: o segredo e a força das idéias. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

O pensador francês procura responder à questão: "de que maneira, por meio de que estratégias e sob quais restrições, a humanidade consegue transmitir as crenças, valores e sistemas que tem produzido nas diferentes épocas da história?" Uma nova incursão do autor pela midiologia.

TOLERÂNCIA

Correndo o risco de parecer paranóia, uma grande parte da imprensa nacional vem fazendo críticas muitas vezes infundadas e injustas sobre filmes brasileiros recentes. Restringe-se a comparar os filmes com *blockbusters* hollywoodianos ou a dar estrelinhas ou bonequinhos sentadinhos. Revoltante!

Entretanto não se pode cair no outro extremo, a xenofobia de dizer que tudo que é feito aqui é bom e não deve ser criticado. A crítica é positiva não quando ela estimula o não-olhar, mas, ao contrário, quando ela é um exercício de contribuição com o olhar, com conteúdo e responsabilidade, seja o filme "bom" ou não. Um filme envolve um grande trabalho, de pessoas, de tempo, de reflexão e reduzir tudo isto a estrelinhas é quase um crime, isto quando não passa a impressão de que a má-vontade prévia impediu o crítico de ver o filme como de fato ele é (ou melhor, como pode ser).

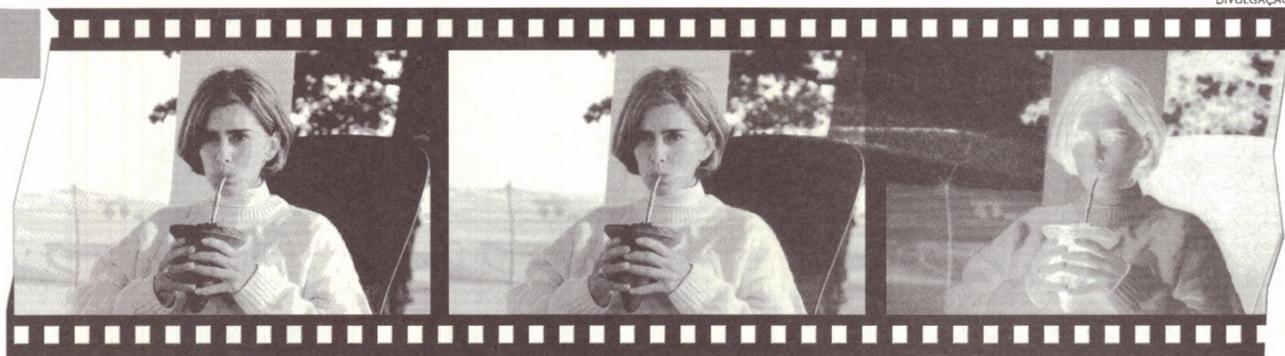
Recentemente estreou em muitas salas de cinema, inclusive em espaços destinados a *blockbusters*, o filme *Tolerância* da Casa de Cinema de Porto Alegre, direção de Carlos Gerbase. Muitas críticas negativas, cobertas de preconceitos foram tecidas, além de vermos restrito o filme a: *é um filme sobre fidelidade, é um filme sobre traição, etc...* nada contra, pois o *também* é sobre isto. Mas o que chama a atenção é a temática extremamente atual e contundente, sobre a manipulação de vontades, de imagens, de vida. *Tolerância* marca o que é nossa vida cotidiana, o falso, o simulacro da realidade.

Embora o filme possa agradar pela sua grande qualidade técnica, pelo seu alto erotismo, pelo seu suspense, pelas duas histórias paralelas (o que remete a *Intolerância*, de D. W. Griffith), realmente o destaque vai para seu conteúdo, sua crítica à pós-modernidade.

A CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE

Conseguir conciliar elementos de grande apelo comercial e este grau de qualidade temática é um feito de quem, além de conhecer muito bem o cinema, está entendendo e questionando o tempo que vive, algo que, sem dúvida, remete a história das mulheres e homens que construíram a Casa de Cinema de Porto Alegre.

A Casa de Cinema de Porto Alegre foi formada por cineastas gaúchos em 1988, fazendo parte dela, atualmente, Carlos Gerbase, Giba Assis Brasil, Jorge



Furtado, Ana Luiza Azevedo, Luciana Tomasi e Nora Goulart. O roteiro de *Tolerância* teve sua primeira versão no ano de 1995 e, apesar da incontestável qualidade técnica e artística deste grupo gaúcho, foram necessários três longos anos de luta para captação de recursos. As filmagens aconteceram nos meses de junho e julho de 99 e a finalização, de agosto a dezembro do mesmo ano.

Tolerância chama a atenção, antes de tudo, pelo roteiro bem construído, por seus personagens que parecem de fato ter saído do nosso cotidiano, mas que em nada são banais, como nosso cotidiano também não o é. E, apesar da grata surpresa de ouvir sotaques regionais sem falsificações, sua trama poderia se desenrolar em qualquer parte do país.

Diversos elementos lembram filmes recentes, como *De olhos bem fechados*, de Stanley Kubrick e *Beleza Americana*, de Sam Mendes, possuindo uma técnica impecável, grande montagem, ótima fotografia, direção de arte, interpretações e diálogos redondinhos, além de fazer um *mix* bem equilibrado de violência, sensualidade, suspense, humor e romance. Sexo, drogas e rock'n roll da melhor qualidade. Seus personagens são bonitos, alegres, "descolados". Nós já vimos este filme: casal harmonioso, classe média, com estabilidade profissional, com ótima vida sexual, bons pais, amorosos, cheirosos... sabemos que algo vai surgir para abalar este equilíbrio... "conseguirão Júlio e Márcia sobreviver aos obstáculos que os maldosos roteiristas colocarão em seus caminhos?"

FIM DAS UTOPIAS

Mas se *Tolerância* é tão *dejá vu* assim, por que dar tanto destaque? Porque, ao contrário do que parece é um filme extremamente revolucionário e nada convencional.

Ao assisti-lo não pude deixar de pensar na atualidade de seus temas e não me refiro simplesmente à questão do relacionamento dos protagonistas ou da análise das gerações.

"O que nos atormenta é essa antecipação de todos os resultados, a disponibilidade de todos os signos, de todas as formas, de todos os desejos. Já não que temos esperança de realizar novas, vivemos a sensação de utopias realizadas. Só nos resta realizá-las, numa simulação indefinida, vivemos na reprodução indefinida de ideais, de fantasmas, de imagens, de sonhos que doravante ficaram para trás e que, no entanto, devemos reproduzir numa espécie de indiferença fatal" (Jean Baudrillard, *Simulacros e simulação*).

O ex-fotógrafo Júlio (Roberto Bomtempo) e a advogada Márcia (Maitê Proença) se conheceram quando jovens em um acampamento sem-terra. Sonharam juntos pelo fim das injustiças, lutaram juntos, tiveram uma filha, adquiriram certa estabilidade financeira. Hoje em torno dos 40 anos já abandonaram sua militância política e, algumas vezes, conseguem tratar de forma cínica e utilitarista suas antigas utopias, como quando Márcia utiliza-se dos conflitos no campo para livrar seu cliente de uma condenação por homicídio. Em fim de milênio suas posturas libertárias se resumem a uma pretensa e possível liberdade na escolha de outros parceiros, tudo em nome da *verdade* e da sinceridade. Entretanto, quando esta hipótese se torna uma realidade, com a aproximação de uma "lolita" amiga da filha do casal e de um cliente da advogada, mais uma vez eles vão se separar com a imensa distância entre o que acreditam e o que praticam.

SIMULACROS

Neste ponto vai o destaque para a personagem Márcia. Como uma pessoa do nosso tempo, ela pensa dominar todas as situações em torno de si, ela tem total controle sobre a filha, sobre os sentimentos do marido, sobre sua profissão e, inclusive, sobre os conflitos que envolvem seus clientes. Ou pelo menos pensa que tem. Márcia verá toda sua auto-confiança desmoronar ao verificar como pode ser tão pouco sujeito, inclusive, da sua vida.

"É também o afundamento da realidade no hiper-realismo, na duplicação minuciosa do real, da preferência a partir de outro meio reprodutivo – publicidade, vídeo, fotografia, de meio em meio – que o real se volatiliza, torna-se a alegoria da morte, mas também se reforça ao lado de sua destruição, transmuta-se em real para real, feticismo do objeto perdido — não mais o objeto de representação, mas arrebatamento de recusa e de sua própria exterminação virtual: hiper-real. Hoje, é toda realidade cotidiana, política, social, sexual, histórica, econômica, etc. que incorporou desde logo a dimensão simuladora do hiper-realismo; já vivemos na alucinação "estética" da realidade" (Jean Baudrillard).

Tolerância poderia se chamar *Simulacro*, ou *Pós-moderno*, pois trata, e muito, da simulação, da perda do real. É o simulacro cinema, falando sobre simulações, de ideais, de imagens, de situações, a própria trama é uma simulação, onde uma aparente vingança pode ser um ato de amor, ou uma aventura policial pode ser um manifesto sobre a condição humana.

Márcia simula que um simples caso de homicídio tem proporções políticas, incorpora um discurso dos sem-terra para libertar seu cliente. Júlio, que antes fotografava a realidade no campo, hoje retoca, por computação gráfica, fotografias de mulheres nuas para uma revista masculina, simula bundas, apaga as marcas do real. Ambos simulam um comportamento libertário. Os gaúchos da Casa de Cinema de Porto Alegre simulam se tratar apenas de um *thriller* ou um romance, mas estão, na verdade, fazendo um tão sonhado cinema popular, sem o medo do erotismo, do humor, do mistério. Entretanto, em nome deste "popular" não abriram mão de críticas profundas e incisivas e, quando mostram o ceticismo e o cinismo atuais, em nada corroboram com eles.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora da Universidade Federal de São Carlos.



O trato dos viventes

Luiz Felipe de Alencastro. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Temos aqui um livro fundamental, provavelmente a mais importante obra de "história do Brasil" publicada em muitos anos. Ela elucida raízes profundas de nossa formação histórica, retomando

a trilha inaugurada por Caio Prado Jr. e cimentada por Fernando Novais.

Para Alencastro, o Atlântico Sul português, integrado pelas capitânias "brasileiras" e por Angola, formava nos séculos XVI e XVII um agregado único. Submetidos a um choque microbiano, os povos indígenas sucumbem às doenças trazidas pelos europeus e africanos.

O elemento africano incorpora-se à paisagem americana e o que será o Brasil entrelaça-se com Angola. Interesses concretos movimentam pessoas e mercadorias nos dois sentidos do Atlântico: os escravos para os engenhos, tropas brasileiras que reconquistam Angola aos holandeses, cachaça produzida aqui e que é exportada para os mercados africanos. Há um jogo de efeitos recíprocos determinando o desenrolar dos acontecimentos em ambos os lados do oceano. Brasil e Angola são, até o século XVIII, dois lados da mesma moeda e só podem ser entendidos nos marcos da dinâmica geral do Atlântico português.



Enrique Dussel. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis(RJ):Vozes, 2000.

Este livro constitui a mais ambiciosa obra do filósofo, historiador e teólogo argentino-mexicano Enrique Dussel. Depois de dedicar as décadas de 70 e 80 a um amplo estudo da obra de Marx, Dussel dedicou-se, na última década, a debater com os principais filósofos que se tratam do tema da ética (liberais

como Rawls, comunitaristas como Taylor e MacIntyre, Habermas e Apel, pragmáticos), estabelecendo uma crítica às suas morais formais. Para ele, a ética deve partir de um princípio material com pretensão de universalidade: o dever de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade.

Mas é articulando Marx, Freud e Levinas que Dussel formula agora uma ampla fundamentação do que chama de "ética da libertação". Como os que sofrem em sua corporalidade vulnerável a impossibilidade de viver são o ponto de partida de toda ética, que aspira ao bem, ética que culmina no princípio-libertação, que inspira as transformações com pretensão de justiça. Dussel enraíza essa eticidade em uma análise da trajetória das culturas humanas compreendidas a partir de uma concepção que busca romper com qualquer laço de eurocentrismo. Trata-se de uma obra nuclear para o debate socialista sobre o tema.

EM UMA OBRA FUNDAMENTAL, RIDENTI RECONSTRÓI AS RELAÇÕES ENTRE AS VANGUARDAS POLÍTICAS E ARTÍSTICAS ENTRE OS ANOS 60 E 80, DESVENDANDO O IMAGINÁRIO DA ESQUERDA BRASILEIRA.

MARCELO RIDENTI



Em seu novo livro, Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv (Rio de Janeiro: Editora Record, 2000), Marcelo Ridenti utiliza o conceito de romantismo revolucionário para

traçar um vasto panorama dos movimentos culturais influenciados pela esquerda dos anos 60 aos 80. Sua obra que passa a se constituir em uma referência imprescindível para a compreensão do Brasil recente, a mais abrangente análise da produção cultural que ajudou a moldar a geração política que ainda hoje vertebram a esquerda em nosso país. Ela é enriquecida por um importante encarte iconográfico, um caderno com fotos históricas e reprodução de cartazes, pinturas e objetos.

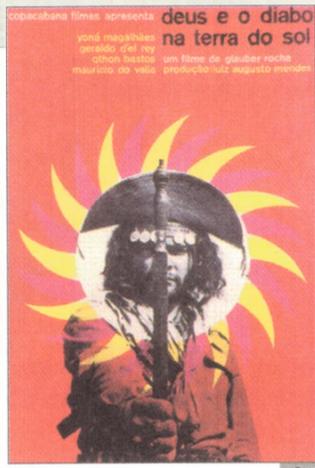
A seguir, reproduzimos um breve trecho do livro, em que o autor fundamenta a utilização do conceito de romantismo revolucionário, bem como a apresentação da obra por Daniel Aarão Reis.

A partir desta constatação – e considerando também as várias acepções em que o conceito de romantismo é usado pelos cientistas sociais –, tratei de propor uma hipótese, em que se pode falar com mais precisão num romantismo revolucionário para compreender as lutas políticas e culturais dos anos 60 e princípio dos 70, do combate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura. A utopia revolucionária romântica do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a História, num processo de construção do *homem novo*, nos termos do jovem Marx recuperados por Che Guevara. Mas o modelo para esse *homem novo* estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista. Como o indígena exaltado no romance *Quarup*, de Antonio Callado (1967), ou a comunidade negra celebrada no filme *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues (1963), na peça *Arena canta Zumbi*, de Boal e Guarnieri (1965), entre outros tantos exemplos.

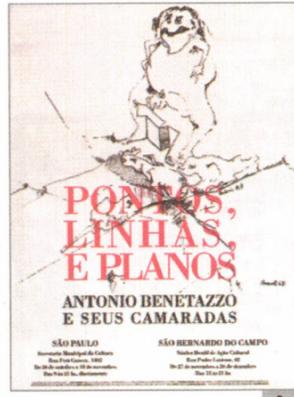
Versões diferenciadas desse romantismo estavam presentes nos movimentos sociais, políticos e culturais do período pré e pós-golpe de 1964, como os de sargentos e marinheiros, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e intelectuais – estes últimos mais destacados após o golpe civil-militar. Os grupos de esquerda, que procuravam organizar esses movi-



1



2

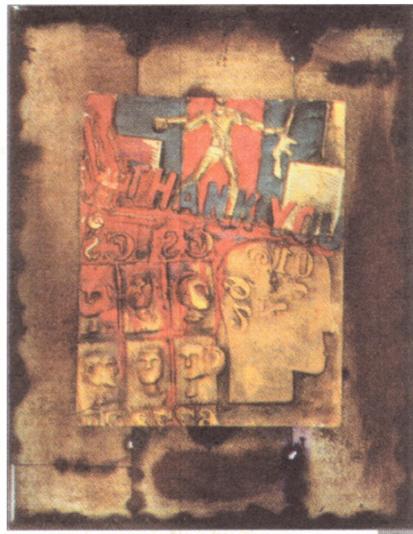


3

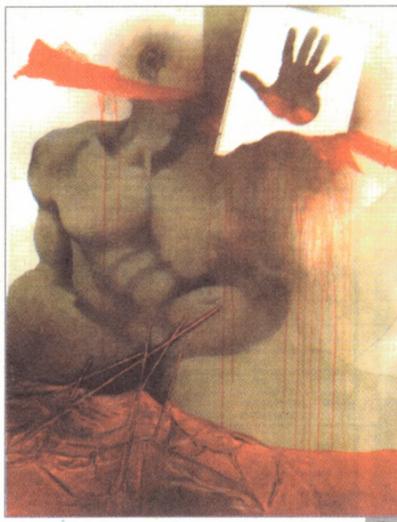


4

EM BUSCA DO POVO BRASILEIRO



5



6



7

1. Carlos Zílio: *Lute (marmita)*, 1967; 2. Rogério Duarte: *Cinema Novo*, 1964; 3. Cartaz exposição obras de Antonio Benetazzo, 1990; 4. Cláudio Tozzi: *Guevara*, 1967; 5. Flávio Império: *Vinde a nós*, 1966; 6. Sérgio Ferro: *Adão*, 1976; 7. Sérgio Sister: *Tiradentes*, 1970.

ONDE ESTÁ, OU ESTEVE, OU ESTARÁ O POVO BRASILEIRO?

Onde está, ou esteve, ou estará o povo brasileiro? Será possível encontra-lo em algum lugar? No coração do Brasil estará, nas matas cerradas, entre os índios? Ou nos braços rudes dos lavradores, esquecidos de todas as lembranças, crestados de tanto sol e labuta? No canto dos pescadores, puxando o arrastão, ou entre os trabalhadores manuais, imaginados como coveiros da Ordem? Estará o povo no sertão das vidas secas que um dia ainda vai virar mar? Ou nas Sompas delirantes e trepidantes, com seus viadutos e zumbidos atordoantes?

Como pastores noturnos, à cata de ovelhas perdidas, com seus lampiões, saíram os intelectuais e artistas em busca do povo brasileiro, recorrendo, como a lanternas, aos seus instrumentos de trabalho e formas de expressão: a poesia, a escritura, a pintura e a escultura, e ainda a fotografia, o filme, a música e a canção.

No percurso, narrado com simpatia e espírito crítico, foi preciso amar o povo, antes de inventá-lo. E construir e desconstruir imagens e concepções, viver e morrer por utopias revolucionárias, impregnando as obras de arte com propósitos que as transcendiam, conferindo-lhes sentido. Um processo, sem-

pre acidentado e zigzagante, permeado de ambigüidades e armadilhas, vigiado e reprimido pelos severos olhos e pesados braços do Poder.

Aqui estão reunidos, e recobram vida, os febris anos 60, quando a revolução parecia ao alcance das mãos, das mãos do Povo, e a noção era tão densa que até mesmo os que desejavam detê-la agiam em seu nome. E os seguintes anos 70, de chumbo, de imprevistas reviravoltas, derrotas e exílios, quando restava apenas sobreviver, no sentido próprio e figurado. Depois, os anos 80, quando a euforia das liberdades reencontradas deu lugar a uma estranha perplexidade e a uma certa melancolia – embaralhou-se o passado, tornou-se incerto o futuro e vacilaram, desamparadas, as antigas certezas.

Nesta saga há um fio condutor – o romantismo revolucionário. Pontes e propostas para uma justa e igualitária modernidade que haverá de ser construída pela ação humana. Mas com pedra e cal, cimento e argamassa de um povo lírica e nostalgicamente reapropriado. Futuro e passado tensionados em síntese criativas, formando tradições que ainda estão longe de se esgotar. E que se redefinem, em novas apostas, tentando enfrentar os inquietantes presentes desafios.

Falando de artistas e intelectuais, que exprimem, em cada momento, o ânimo das gentes, Marcelo Ridenti nos diz o país em que vivemos, este enigma.

Daniel Aarão Reis Filho

mentos, produziram versões diferentes entre si do romantismo revolucionário: da trajetória da AP, partindo do cristianismo para chegar ao maoísmo (sempre destacando a ação, a vivência dos problemas do homem do povo, encarnado nos trabalhadores, sobretudo os rurais); passando pelo guevarismo de diversas dissidências armadas do PCB, a valorizar a necessidade de iniciar a revolução pela guerrilha

rural – caso típico da ALN –; até outros grupos que pegaram em armas contra a ditadura, enfatizando a necessidade da ação revolucionária imediata. Como será exposto mais adiante, havia grupos mais românticos que outros, mas todos respiravam e ajudavam a produzir a atmosfera cultural e política do período, impregnada pelas idéias de povo, libertação e identidade nacional – idéias que já vinham de

longe na cultura brasileira, mas traziam especialmente a partir dos anos 50 a novidade de serem mescladas com influências de esquerda, comunistas ou trabalhistas.

O romantismo das esquerdas não era uma simples volta ao passado, mas também modernizador. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Não era, pois, um romantismo no sentido da perspectiva anticapitalista prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no *homem do povo*, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades – como fica claro nas palavras do cineasta Nelson Pereira dos Santos: “Naquela época, a favela era um ambiente semi-rural. Você pode reparar no filme [*Rio Zona Norte*, de 1957] que todas as casas têm um espaço, não estão grudadas umas nas outras. A maioria das casas tinha um quintal, com alguma criação, uma horta. As pessoas estavam reproduzindo condições de existência que tinham no campo, fora da cidade”.

A volta ao passado, contudo, seria a inspiração para construir o *homem novo*. Buscavam-se no passado, elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas sim de pensar – com base na ação revolucionária a partir do campo – a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas no final dos anos 60 como *túmulos dos revolucionários*, na expressão do teórico guevarista francês Régis Debray.

MARCELO RIDENTI É PROFESSOR LIVRE-DOCENTE DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP E PESQUISADOR DO CNPQ. É AUTOR ENTRE OUTROS LIVROS DO JÁ CLÁSSICO, **O FANTASMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA** (ED. DA UNESP) E **CLASSES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO** (CORTEZ). EMAIL PARA CONTATO: RIDENTI@DUALTEC.COM.BR.

